

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

MARCELA DE OLIVEIRA CARDOSO

ENTRE BECOS, VIELAS E MALOCAS

cartografias do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres
trans e travestis negras em situação de rua

Assis
2025

MARCELA DE OLIVEIRA CARDOSO

ENTRE BECOS, VIELAS E MALOCAS

cartografias do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres
trans e travestis negras em situação de rua

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia e Sociedade –
Processos Psicossociais e de Subjetivação na Contemporaneidade

Orientador: Professor Doutor Leonardo Lemos de Souza.

**Assis
2025**

C268e Cardoso, Marcela de Oliveira

Entre becos, vielas e malocas : cartografias do saber-fazer das
psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e
travestis negras em situação de rua / Marcela de Oliveira Cardoso. --
Assis, 2025

144 f. : fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis

Orientador: Leonardo Lemos de Souza

1. Negritude. 2. Travestilidade. 3. Transgeneridade. 4. Situação de
Rua. 5. Psicologia. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARCELA DE OLIVEIRA CARDOSO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 14 dias do mês de março do ano de 2025, às 15h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARCELA DE OLIVEIRA CARDOSO, intitulada **Entre becos, vielas e malocas: cartografias do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. PAULO VITOR PALMA NAVASCONI (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Londrina (UEL). Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA



Documento assinado digitalmente

LEONARDO LEMOS DE SOUZA

Data: 27/03/2025 13:36:10-0300

Verifique em <https://validar.ig.gov.br>

Em memória de Val Ferreira de Sousa.

Desde já, agradeço...

Às meninas e mulheres trans e travestis negras que compartilharam o caminho traçado na selva de pedra, agradeço por cada encontro-história-afeto nesse tempo-espaço único que construímos em meio às ruas. Sem vocês, as inquietações aqui destrinchadas permaneceriam nos armários da colonialidade. Em especial, à Val Ferreira de Sousa, que ancestralizou durante este percurso.

Aos profissionais de psicologia que aceitaram percorrer esse trajeto comigo, mapeando as territorializações e desterritorializações dos nossos saberes e fazeres na cidade de concreto.

Aos meus familiares e aos meus amigos, agradeço a cada palavra de incentivo para que eu persistisse em cada passo. Agradeço (ainda mais) por permanecerem comigo diante das possibilidades de desistência tão presentes no trajeto acadêmico. Em especial, à minha avó, Sirley Francisca, que ancestralizou durante esse percurso. Agradeço pelas partilhas em vida e pelo cuidado para além dela. Te guardo em minha memória!

Aos meus orientadores e aos professores que aceitaram o convite para compor a construção deste escrito, agradeço por possibilitarem o retorno para a universidade e ao espaço para dar voz às inquietações aqui expostas.

A todos que vieram antes e a todos que permanecem em movimento para que nossas histórias rompam as barreiras do silêncio: agradeço pelos caminhos abertos!

“Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é, para mim, o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo”. (Conceição Evaristo, 2020, p. 219)

Cardoso, Marcela de Oliveira. **Entre becos, vielas e malocas: cartografias do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua**. 2025. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2025.

Resumo

Neste trabalho, partimos do pressuposto que as colonialidades de raça, de gênero e de classe atravessam historicamente a construção do saber-fazer das psicologias e a produção do sofrimento psicossocial em corporalidades-subjetividades dissidentes da narrativa hegemônica. Propomos cartografar os caminhos traçados pelas psicologias no acompanhamento psicossocial de meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua na região central de São Paulo, tendo como objetivo identificar a expressão da ideologia colonial (branquitude, cisnormatividade e elitismo) nos processos formativos e nas práticas psicossociais, bem como as estratégias de enfrentamento elaboradas pelas psicologias que se comprometem ética, política e afetivamente com as existências negras, transgêneras e travestis em situação de rua. Recorremos aos saberes contracoloniais enquanto referencial epistêmico, enunciando as produções de conhecimento afrodiaspóricos e interseccionais como guias no trajeto proposto. O processo cartográfico, utilizado enquanto instrumento para construção do percurso metodológico, dialoga com as onze entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da psicologia que se encontram em atuação na Rede de Atenção Psicossocial na região central de São Paulo e acompanham meninas e/ou mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua. Através de quatro capítulos, os encontros com os psicólogos são apresentados por meio de fragmentos das narrativas, manifestando-se enquanto um diálogo com os questionamentos/reflexões elaboradas e as epistemologias contracoloniais. Em “A colonização das memórias: histórias únicas de existências” refletimos sobre os impactos psicossociais que a história única (universalidades) da branquitude, da cisnormatividade e do elitismo produz nas corporalidades-subjetividades negras, transgêneras e travestis que se encontram nas ruas, dialogando com as escutas/ações psicossociais propostas pelas psicologias. Em “À margem do arco-íris: travestilidades e transgeneridades negras entre becos, vielas e malocas” discutimos sobre os prejuízos materiais que o racismo, a transfobia e o elitismo produzem no acesso/garantia aos direitos sociais da população negra, trans e travesti em situação de rua, destacando a atuação das psicologias nas políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e no direito à convivência familiar e comunitária. Em “Currículos ocultos, (des)educação (im)permanente e (des)continuada” repensamos as formações em psicologia, identificando tanto os resquícios quanto os movimentos de rompimento com a colonialidade na construção de saberes e fazeres psicossociais. Por fim, em “Aquilombamentos: buscando o que esquecemos” traçamos as linhas de fuga/fratura às narrativas/práticas coloniais, trazendo fragmentos narrativos dos profissionais que enunciam movimentos de aquilombamento enquanto reorientação da escuta/ação psicossocial. Esta pesquisa sugere que a subversão às lógicas manicoloniais de existência é um compromisso ético-político-afetivo das psicologias com as existências negras, as travestilidades e as transgeneridades que nas ruas se encontram.

Palavras-chave: Negritude. Travestilidade. Transgeneridade. Situação de Rua. Psicologia.

Cardoso, Marcela de Oliveira. **Entre becos, vielas e malocas: cartografias do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua**. 2025. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2025.

Abstract

In this work, we start from the assumption that the colonialities of race, gender, and class have historically permeated the construction of knowledge and practices in psychology and the production of psychosocial suffering in dissident bodies-subjectivities from the hegemonic narrative. We propose to map the paths traced by psychology in the psychosocial support of black trans girls and women and travestis who find themselves homeless in the central region of São Paulo, aiming to identify the expression of colonial ideology (whiteness, cisnormativity, and elitism) in formative processes and psychosocial practices, as well as the coping strategies developed by psychologists who are ethically, politically, and affectively committed to the existences of black, transgender, and travesti individuals in street situations. We draw on counter-colonial knowledge as an epistemic reference, enunciating the productions of Afro-diasporic and intersectional knowledge as guides in the proposed journey. The cartographic process, used as a tool for constructing the methodological path, engages with the eleven semi-structured interviews conducted with psychology professionals working in the Psychosocial Care Network in the central region of São Paulo, who support black trans girls and/or women and travestis in street situations. Through four chapters, the encounters with psychologists are presented through fragments of narratives, manifesting as a dialogue between the questions/reflections elaborated and counter-colonial epistemologies. In "The Colonization of Memories: Unique Stories of Existences," we reflect on the psychosocial impacts that the single story (universals) of whiteness, cisnormativity, and elitism produces on the black, transgender, and travesti bodies-subjectivities found on the streets, engaging with the psychosocial listening/actions proposed by psychology. In "At the Margins of the Rainbow: Black Travestilities and Transgenerities among Alleys, Streets, and Shanties," we discuss the material harms that racism, transphobia, and elitism produce in accessing/guaranteeing social rights for the black, trans, and travesti population in street situations, highlighting the role of psychology in public policies for Social Assistance, Health, Education, Work, and the right to family and community living. In "Hidden Curricula, (Un)Education (Im)Permanent and (Un)Continued," we rethink psychology training, identifying both the remnants and the movements of rupture with coloniality in the construction of psychosocial knowledge and practices. Finally, in "Aquilombamentos: Seeking What We Forgot," we trace the lines of flight/fracture from colonial narratives/practices, bringing forth narrative fragments from professionals who articulate movements of aquilombamento as a reorientation of psychosocial listening/mobilizations. This research suggests that the subversion of manicolonial logics of existence is an ethical-political-affective commitment of psychology to the existences of black individuals, travestilities, and transgenerities found on the streets.

Keywords: Blackness. Travestility. Transgenerity. Situation of Street. Psychology.

Sumário

1. Percursos introdutórios.....	13
1.1. De onde viemos: retomando os passos.....	13
1.2. Para onde vamos: trilhando objetivos-subjetivos.....	20
1.3. Por qual caminho nos guiamos: cartografias contracoloniais.....	21
1.4. Com quem dialogamos: traçando narrativas localizadas.....	24
2. A colonização das memórias: histórias únicas de existência.....	34
2.1. A história única da cisgeneridade: transgredindo o gênero.....	39
2.2. A história única da branquitude: escurecendo os fatos.....	53
3. À margem do arco-íris: travestilidades e transgeneridades negras entre becos vielas e malocas.....	66
3.1. Ilê de Saúde ou Saúde de Equê?.....	77
3.2. Ilê de Assistência Social ou Assistência Social de Equê?.....	83
3.3. Ilê de Educar ou Educação de Equê?.....	89
3.4. Ilê de Trabalho ou Trabalho de Equê?.....	91
3.5. Ilê de Afeto ou Afeto de Equê?.....	98
4. Currículos ocultos, (des)educação (im)permanente e (des)continuada.....	104
5. Aquilombamentos: buscando o que esquecemos.....	118
Licença pra continuar.....	128
Referências	135
Anexo - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	141



Foto 1 – Malocas (Acervo pessoal)

Cruzando a esquina às sete da manhã e a rua permanecia cheia, assim como na despedida da noite anterior. Os radinhos misturavam Barões da Pisadinha com Mc Hariel enquanto alguns entoavam aquele refrão “enquanto a lata chacoalhar e a ilusão for a sensação de ser mais poderoso, vários vai memo se arrastar, que a Cracolândia tá lotada de curioso”. A gente que tá na rua sabe que a curiosidade não dá conta de explicar os vários atravessamentos na vida de cada pessoa que nela se encontra. Mas serve de ponte pra pensar junto daqueles que a curiosidade também atravessou os caminhos. Entre as malocas que resistiam nas calçadas, alguns preparavam o café, outros dobravam as roupas de cama, alguns estendiam as roupas molhadas e tinha até um churrasquinho de lei rolando logo cedo. De longe sabia que o ontem de alguns ainda não tinha acabado. Um bom dia daqui, um abraço dali. As malocas se formavam como uma comunidade. A gente sabia onde procurar cada um enquanto elas permanecessem montadas. Mesmo quando o rapa passava arrastando tudo. Ou quando as chuvas fortes inundavam as ruas. Elas se reerguiam, cada uma em seu espaço. O fio que segura a lona, sustentando as malocas, também servia como varal para as roupas secarem. As paredes marcadas com a chama do fogo usado para preparar as refeições no dia a dia. O sofá, que se movimentava de maloca em maloca, partilhado entre os vizinhos e pares da rua, colocado embaixo de uma árvore pra manter uma leve sombra pro descanso. Parecia mais um dia comum. Seguimos nas encantarias. A rua e suas sutilezas, também são produções de vida.

PERCURSOS INTRODUTÓRIOS

1.1. De onde viemos: retomando os passos

Refazer o trajeto nos permite localizar de onde falamos. Enunciar reflexões e sentidos não somente enquanto pesquisadora e psicóloga, mas também como pessoa que esteve nos últimos cinco anos compartilhando o tempo-espço com sujeitos que nomeamos estarem em “situação de rua”, em “situação de vulnerabilidade social”, em “situação de violação de direitos” – mas que, para mim, têm nomes, cores, memórias, afetos, histórias.

Histórias essas narradas e contadas em primeira pessoa. Pessoa-sujeito que sente, vive e fala – para quem se dispõe a escutar. O território é vivo e é fluído: se inventa e reinventa a cada tentativa de romper com a sua existência. Então, de onde viemos para construir esse estudo?

O ano era de dois mil e vinte. Recém formada em psicologia, do interior de São Paulo de volta para a cidade de concreto. Fui criada em Carapicuíba, zona oeste da grande metrópole – até o centro era uma viagem. Antigamente a gente dizia que ir ao centro era ir pra “cidade”, como se as periferias dela não fossem parte. Todo dia colocava “Sou + Você”¹ pra tocar no fone pela manhã: era um lembrete para continuar. Desistir de desistir.

Em meio à pandemia, consegui meu primeiro trabalho como psicóloga. Na realidade em que vivia, não era comum que a gente se formasse e nem que conseguisse trabalhar no campo que desejava – muito menos, tão jovem. Na verdade, o trabalho sempre esteve mais ligado ao afastamento da pobreza do que ao sentido-significado da prática. Reforçado pela ideia de que corpos como os nossos não podem escolher onde querem estar, fomos ensinados a permanecer atentos onde haveria maior possibilidade de (sobre)viver. Ainda hoje, sinto que não posso dizer que seja totalmente diferente, mas compreendo que construímos coletivamente algumas linhas de fuga e outras cosmopercepções (Oyèwùmí, 2021) de existência.

“Corpos como os nossos não podem escolher onde querem estar”. Essa ideia internalizada durante vinte e nove anos ainda ressoa. Não à toa: os traços negros e a origem periférica não cabiam na cosmovisão da psicologia eurocêntrica aprendida durante o período de graduação. Me questionava se poderia eu ser uma psicóloga?

Vamos voltar mais um pouco. O ano era de dois mil e dezesseis. Entre os corpos-subjetividades distantanciados, epistemologias embranquecidas, paredes esterilizadas

¹ Música dos Racionais MC's, que compõem o álbum “Nada Como Um Dia Após o Outro Dia”, lançado no ano de 2002.

de um consultório ou dos muros manicoloniais (David, 2022), com CIDs para um lado e DSMs² para outro, me encontrava distante de um saber-fazer que compreendia como possibilidade de construção emancipatória.

Nos movimentos de encontrar linhas de fuga, um dos professores da graduação me apontava o quanto minha escrita era “*violenta demais*” para ser aprovada. O descontentamento do professor se deu a partir da citação de Abdias Nascimento de que não estaríamos interessados em exercer qualquer ginástica teórica, imparcial e descomprometida ao abordar os atravessamentos étnico-raciais em nossos estudos e práticas. O professor sugeria, então, a substituição de Abdias Nascimento por Gilberto Freyre. Veja, o mito da democracia racial silenciando o genocídio dos povos negros através de (não tão) novas roupagens. A disputa de narrativas tenta, constantemente, nos submeter às limitações que o racismo impõe. Mas ouvir-ver-sentir as epistemologias e vivências afrodiaspóricas³ nos abrem outros caminhos.

Nove anos depois, reitero o compromisso estabelecido com Abdias Nascimento, enfatizando que não desejamos exercer ginásticas teóricas imparciais e descomprometidas. Propomos, aliás, o afastamento da suposta neutralidade tão destacada em âmbito acadêmico e pelas psicologias ditas tradicionais para assegurar a legitimidade do discurso hegemônico. Assim como Alves e Delmondez (2015), compreendemos que aqueles que se dizem neutros estão, majoritariamente, posicionados em concordância ao discurso colonial – algo que pretendemos nos esquivar no decorrer deste escrito.

Ressalto, portanto, o movimento de contracolônização⁴ aqui proposto: centrado em práticas e vivências de pessoas – profissionais, pesquisadores e usuárias – que resistem às margens das estruturas coloniais, enunciando (e dialogando sobre) as existências, saberes e fazeres contrahegemônicos.

² A Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) são comumente utilizados para diagnosticar transtornos mentais e doenças. Quando aplicadas ao contexto da atenção psicossocial, é comum que ocorra a patologização das iniquidades sociais, desencadeando a psicologização e a psiquiatrização da desproteção social e das violações de direitos.

³ O termo “afrodiaspórico” é utilizado, neste contexto, para se referir aos saberes construídos pelos povos negros (pardos e pretos) que se encontram no território brasileiro – africanos e afrodescendentes em diáspora –, visando o rompimento com a colonialidade do poder, do saber e do ser imposta pelo eurocentrismo.

⁴ Antônio Bispo dos Santos (2015), também conhecido como Nego Bispo, nos apresenta as denominações “colonizadores” e “contracolônizadores”, compreendendo “(...) por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contracolônização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contracolônizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (p. 47).

Foi na Vila Progresso – nome que por si só narra sua resistência: progredindo mesmo diante dos desinventamentos estatais e sociais – que consegui me encontrar. As idas ao território expunham denúncias narradas pela população que fora vulnerabilizada: não havia identificação, pertencimento ou afetividade com os corpos-subjetividades que reproduziam a colonialidade dentro (e fora) dos muros institucionais. Começava a me questionar a quem aquela psicologia apreendida era destinada? Da Avenida Dom Antônio pra cá, a vida é diferente.

No território (re)encontrei o caminho a trilhar. A comunidade negra e periférica da vila não tentava me assimilar ou enquadrar em performances incompatíveis para que psicóloga pudesse ser. Ao contrário, no cotidiano entoavam as ancestralidades como potência para não esquecer onde podemos juntos chegar: nossos passos vêm de longe (Werneck, 2010).

Sentada no meio-fio ouvindo suas histórias, chegando de bicicleta ou a pé, a comunidade já nos acompanhavam desde o começo da vila e os atendimentos começavam ali mesmo nas ruas; dos almoços coletivos feitos a partir da horta comunitária, do pé na terra ao asfalto, das portas de cada casa que foram abertas e de cada diálogo-mediação-intervenção que nos permitiram compor: o território é vivo e é espelho.

Percebi que abríamos caminhos para romper com modos de existências universalizantes quando uma pequena na vila chegou pra mim e falou: “Tia, um dia eu vou ser psicóloga igual você”. E, então, fez sentido. Me encontrei entre Neusa, Lélia e Beatriz que através das escrevivências atravessam tempos-espacos. Retomar nossa história através de percepções afrodiaspóricas e interseccionais nos permite potencializar nossos saberes-fazeres e mapear coletivamente caminhos emancipatórios. Como John Henrik Clarke nos ensina: um povo não pode pedir seu destino emprestado a um outro povo e, parafraseando Beatriz Nascimento, propomos uma história escrita por mãos negras.

Voltando para São Paulo, meu primeiro trabalho foi em um serviço de acolhimento institucional destinado às pessoas que se encontravam em situação de rua e realizavam uso prejudicial de múltiplas substâncias psicoativas na região central da cidade. A população acompanhada era, majoritariamente, composta por pessoas negras.

No primeiro dia, uma das chefes, cuja formação era em Serviço Social, me disse “*Seu processo de seleção foi excelente. Mas você só conseguiu o trabalho porque o psicólogo negou a vaga. É que você é mulher e aqui a gente prefere homem*”. Foi assim que iniciei minha atuação na Assistência Social, com um chacoalhão de que o “ter que ser duas vezes melhor” ainda não tinha acabado.

Tempos depois ela compartilhou o motivo de sua fala. Em seu imaginário, as mulheres eram “*frágeis*”, enquanto os homens eram “*fortes*”. Essa força seria utilizada para enfrentar as situações de conflito recorrentes com a população acompanhada, a qual ela dizia ser muito “*violenta*”.

Aqui entra uma história única para a conta: a de que a população em situação de rua é “*naturalmente agressiva*” e a contenção física se apresentava enquanto intervenção prioritária. Tal narrativa desconsidera, no entanto, quão violentas são as margens que cercam sujeitos e povos que se encontram em situação de desproteção social. Descontextualiza as violações cometidas pelo estado-sociedade e distorce a reação de uma população constantemente violentada, associando a agressividade enquanto inata às existências negras, pobres e periféricas.

No primeiro plantão, uma das técnicas nos trouxe a seguinte fala: “*Tomem cuidado com as trans. Elas gostam de roubar e metem a faca*”. Essa foi a primeira informação que ouvimos sobre as mulheres trans daquele território, na qual as travestis também foram incluídas. Não foram seus nomes, suas trajetórias, suas potencialidades, suas fragilidades, o acompanhamento psicossocial em construção... foi a história única das mulheres trans e travestis naquele espaço: o estereótipo criminalizante.

Adianto que não demorou muito para que esse mito caísse por terra. E nos anos que ali permaneci, a situação relatada nunca ocorreu. Lembrei daquela que diz: “*Quem tem boca fala o que quer pra ter nome*”⁵. O imaginário projetado pela profissional era reproduzido por outros trabalhadores que atuavam no espaço, refletindo na fragilidade dos vínculos e nas intervenções de caráter punitivo exacerbadas às quais mulheres trans e travestis eram submetidas.

A convivência nessa atuação foi permeada por embates. Às vezes, compartilhadas pelos pares de profissão. Mas, muitas vezes, deslegitimadas também por outros: existem muitas psicologias sendo exercidas na prática e nem sempre elas dialogam entre si. Em pouco tempo, a movimentação pela garantia de direitos das mulheres trans e travestis que acompanhava se tornou um incômodo no campo de trabalho, sob o discurso que “*passava a mão na cabeça dos viados*” – nomenclatura pejorativa a qual os profissionais se referiam às mulheres trans e travestis – ao reivindicar condições básicas de existência. Foi nesse contexto que as inquietações que esboçaram esse estudo começaram a tomar forma.

⁵ Música “Jesus Chorou” dos Racionais MC’s, que compõem o álbum “Nada Como Um Dia Após o Outro Dia”, lançado no ano de 2002.

No dia a dia, ia encontrando os atendidos pelo caminho do trabalho. Às vezes no trem vendendo canela de velho ou gominhas de hortelã. Às vezes na porta da estação, mangueando. Outras, sentados no ponto de ônibus do terminal que ficava a algumas esquinas de distância do acolhimento. Vez ou outra, também, pelas calçadas. Mas em todas elas, sem exceção, eles me acompanhavam ao me ver chegar. Assim como na Vila Progresso, os atendimentos transcenderam os muros institucionais. Eram encontros peripatéticos nas ruas do centrão. Entre as feridas sociais escancaradas, caminhávamos e nos reinventávamos.

Tanto minha atuação na Psicologia, quanto este estudo, tiveram início durante o período de isolamento social em decorrência da crise pandêmica por Covid-19. O isolamento se caracterizava por medidas de restrição de circulação nos meios sociais, mantendo somente os serviços considerados essenciais em funcionamento – o serviço de acolhimento era um deles. Me lembro que as pessoas costumavam relatar que as ruas estavam desertas. Mas desertas de quem?

As medidas de restrição foram aplicadas aos que viviam dentro de uma norma habitacional. Àqueles que a habitação se fazia em vias públicas, as medidas preventivas foram construídas descoladas da realidade. As ruas não estavam desertas, a população que nela (sobre)vivia permanecia em cada beco, viela e maloca da cidade de pedra. A restrição de mobilidade também não era algo inovador para aqueles a quem a limitação de circulação nos meios sociais já era cotidianamente imposta. A rua e os corpos-subjetividades que nela se encontravam, mais uma vez, sobreviveu às tentativas de anulação de sua existência.

Neste período, vivenciei incontáveis vezes o que chamavam de “perda da vaga” quando as atendidas se ausentavam do espaço no período noturno para exercer atividades de trabalho – o que significava que aquelas mulheres trans e travestis não teriam o espaço de moradia, alimentação, higiene, atendimento social e em saúde para retornar após a madrugada nas ruas. As contestações eram silenciadas frente aos muros burocráticos: tinham que se justificar os números. Não pessoas. Números. Não existências. Vagas.

Quando uma usuária “perde a vaga” nos equipamentos sociais temos um escancaramento da desproteção social. É como se o Estado e seus braços institucionais dissessem: *“garanto seus direitos sociais, desde que você se comporte dentro dessa expectativa normativa que estabeleci”*. E a cada vez que, enquanto profissionais, replicamos esse discurso, também nos tornamos as margens que cercam as possibilidades de existência da população que se encontra em situação de rua enquanto sujeitos de direito.

Certo dia, estávamos eu e mais um trabalhador dialogando com Val, uma das mulheres trans acompanhadas no serviço. A proposta era de encaminhamento para um outro

espaço de moradia destinado somente às mulheres trans e travestis em situação de rua, visto as constantes violências às quais estava submetida no território, causadas pelo ex-companheiro que vivia em uma das malocas nos arredores do serviço. Ela havia solicitado a transferência, mas algo ocorreu naquele meio tempo de articulação entre os serviços (sempre moroso) que Val desistiu.

Agradeceu, com lágrimas nos olhos. Me abraçou e agradeceu de novo. Val era uma mulher de quarenta e cinco anos, mas me chamava de mãe pelo vínculo construído. Enquanto se afastava, mais lágrimas. O corpo enfraquecido e sem cor escancarava os hematomas em sua pele, os cabelos picotados, a voz embargada e um sentimento de despedida.

Existe uma fala, muito utilizada quando os usuários não se movimentam conforme a expectativa dos profissionais, na qual dizem que eles “não aderiram” ou tem “dificuldade de adesão”, referindo-se à uma suposta “falta de vontade” em realizar as propostas de acompanhamento. Não se pensa na ausência de sentido para eles diante de uma construção hierarquizada, do que o eu-profissional acredito ser certo para que ele-usuário realize. Do eu-que-vê impõe àquele-que-sente. Há um condicionamento da garantia dos direitos sociais à expectativa normativa do profissional em atuação. E nesse meio, se perde a escuta.

Neste dia, após Val deixar o espaço, esse profissional esbravejava o quanto ela não tinha aderência aos cuidados e deveria “perder a vaga”. Um misto de impotência e revolta me revirava o estômago. Quando Val saiu da sala de atendimento, sabia que tínhamos te perdido. A maloca se desmonta e recebemos as notícias. Tuberculose. Cabeça-socos-calçada-sangue. Pneumonia. Boca-chutes-calçada-sangue. Internação. Corpo-socos-calçada-chutes-sangue. Soube de sua morte tempos depois. E também que te enterraram com um nome com o qual não se identificava. O sentimento é de tristeza, raiva, frustração. Seu nome era Val Ferreira de Sousa. “Por isso escrevo, por todas as travestis que não alcançaram saber que estavam vivas, pela culpa e a vergonha de não serem corpos para serem amados e morreram (...) antes de serem felizes”⁶.

Após o período de isolamento social, passei a trabalhar em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ) destinado às crianças e adolescentes em situação de sofrimento psicossocial intenso, também na região central do município de São Paulo. Neste serviço, havia uma particularidade: a presença acentuada de infâncias e adolescências que se encontravam em situação de rua e em uso prejudicial de múltiplas substâncias psicoativas.

⁶ Trecho do Manifesto Horrorista Travesti de Cláudia Rodrigues, contido na página 31 do livro “Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização”, descrito nas referências bibliográficas.

Havia uma construção coletiva (afetuosa e dolorida – na mesma proporção) nomeada “fazer rua”.

O fazer rua era estar no território. Desde a Vila Progresso até aqui, percebo que não há possibilidade de garantia dos direitos sociais quando nos distanciamos dos espaços-vínculos comunitários e das articulações entre as políticas públicas. Não se enfrenta as colonialidades através de saberes-fazeres individualizados e, muito menos, dentro dos muros.

O fazer rua é construído por diversas mãos-pés-orelhas-corpos de profissionais-pessoas que escutam-vêm-sentem junto às mina, os mano, as mona e os menô. O fazer rua só é possível longe da manicomialização dos corpos-subjetividades, da patologização e da criminalização das existências ditas desviantes da norma ocidental – e acredito que seja exatamente por isso que nem todos os profissionais o fazem. A atuação no território demanda que, literalmente, coloquemos nossos corpos para além dos muros.

A primeira vez que fiz rua fomos à Praça da Sé. Encontrei Bruna⁷, uma mulher trans negra que costumava acompanhar no serviço de acolhimento. Ela me avistou de longe, veio correndo em minha direção e me deu um abraço. Perguntei por onde ela estava. *“As coisas mudaram. Não sobrou quase ninguém da gente lá”*. Um sentimento já conhecido me visitava: impotência. Aquela foi a última vez que vi Bruna. A rua tem um espaço-tempo diferente. Não existe telefone ou endereço que a gente possa ligar ou bater na porta quando as malocas se desmontam. Num dia você estava lá e no outro, não estava mais. Cada encontro também é um misto: alívio por estarem vivas, preocupação se continuarão, doses homeopáticas de afeto e uma corrida contra o tempo pensando em proteções-prevenções-intervenções que sempre nos escapam.

Me questiono quais psicologias nos formam para acolher e enfrentar os descompromissos estatais e sociais? O que nossas formações nos ensinam sobre a relação intrínseca entre o comprometimento dos direitos sociais e a geração do sofrimento psicossocial? A qual população é permitido recordar, repetir e elaborar as próprias vivências? Como se constroem as subjetividades e as corporalidades de quem é submetido a privações de direitos constantes? E, por fim, a quem serve a colonização de nossos saberes e fazeres? De nossas escutas e de nossas vozes?

Embora tenha iniciado a partir de uma narrativa pessoal, o estudo não abrange percepções individualizadas e não pretende universalizar os modos de fazer psicologia, mas traçar coletivamente – em diálogo com psicólogos que atuam na rede e as vivências relatadas

⁷ Nome fictício visando a preservação da identidade das usuárias.

– estratégias de contracolônização no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua. Trata-se, parafraseando Céu Cavalcanti (2019), de uma estranha dicotomia: observar mortes (concretas e simbólicas) e tentar produzir vida.

1.2. Para onde vamos: trilhando objetivos-subjetivos

Diante das inquietações expostas, para onde pretendemos ir neste estudo?

Propomos cartografar as estratégias e conhecimentos utilizados pelas psicologias na construção do acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua na região central da cidade de São Paulo. Objetivamos identificar os atravessamentos da ideologia colonial (branquitude, cisnormatividade e elitismo) ao saber-fazer das psicologias na atenção psicossocial e a subversão das universalidades enquanto compromisso ético-político-afetivo da profissão com as existências contrahegemônicas.

Em “*A colonização das memórias: histórias únicas de existência*” repensamos a constituição dos saberes ocidentais enquanto universais e inatos às organizações sociais que precedem a colonização dos territórios e corpos-subjetividades, percorrendo pela história única da raça, do gênero, da classe e sua influência à construção do saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua no centro de São Paulo. As reflexões, enunciadas por meio de percepções afrodiaspóricas e interseccionais, analisam os impactos psicossociais do racismo, da transfobia e do elitismo na população trans e travesti negra em situação de desproteção social.

Em “*À margem do arco-íris: travestilidades e transgeneridades negras entre becos, vielas e malocas*” versamos sobre a relação entre o comprometimento dos direitos sociais e a produção de sofrimento psicossocial. Por meio do mapeamento da atuação dos psicólogos nas políticas públicas, visamos ampliar a compreensão dos modos de fazer psicologia em confluência com os direitos sociais, sustentando a prática coletiva e intersetorial no enfrentamento de iniquidades direcionadas à população trans e travesti negra que se encontra em situação de rua na região central de São Paulo. Neste capítulo, cartografamos psicologias que se fazem na partilha para além dos muros, evidenciando as atuações nas políticas de Assistência Social, à Saúde, à Educação, ao Trabalho e o direito à convivência familiar e comunitária.

Em “*Currículos ocultos, (des)educação (im)permanente*” e *(des)continuada*” cartografamos o processo formativo institucional dos psicólogos, buscando compreender como o diálogo (ou sua ausência) com as relações étnico-raciais, de gênero e de classe durante os processos de formação das psicologias podem atravessar a construção dos acompanhamentos psicossociais de mulheres trans e travestis negras em situação de rua no centro de São Paulo.

Em “*Aquilombamentos: buscando o que esquecemos*” mapeamos estratégias (linhas de fraturas) elaboradas pelas psicologias na construção de um saber-fazer contracolonial na atenção psicossocial, dialogando com práticas de aquilombamento fundadas nas mobilizações coletivas de luta pela existência das negritudes, das travestilidades, das transgeneridades e das classes populares. Do Provérbio Afrikano do Povo Akan, “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” nos diz que “*não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu*” (Tena, 2020). Abrimos, então, os caminhos para as reflexões propostas neste estudo.

1.3. Por qual caminho nos guiamos: cartografias contracoloniais

A saída do armário da colonialidade nos permite a liberdade para produzir, criticar, alterar e promover trocas entre saberes e fazeres. Propomos possíveis caminhos de inversões epistêmicas das psicologias, por meio de saberes contracoloniais – afrodiaspóricos e interseccionais –, como parte da construção do processo de libertação social dos poderes organizados como desigualdade, discriminação, exploração e dominação (Quijano, 1992). Através da inversão enunciada, vislumbramos a revisão de epistemologias eurocêntricas disseminadas no território em que vivemos por meio da colonialidade e suas histórias universalizadas – projetando as reflexões em diálogo com a descaravelização conceituada por Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó.

Por meio do movimento de “aprender a desaprender” e “aprender a estar” (Mignolo, 2008), o processo cartográfico é enunciado no estudo enquanto instrumento para a construção de caminhos metodológicos que transgridem as “formalidades do cientificismo academicista e dos modos de produção hegemônicos” (Ferreira, 2020, p. 25). Apresentamos o processo cartográfico associado à percepção contracolonial como instrumento potencializador dos desvios, objetivando desobedecer epistemicamente as narrativas coloniais de existência e enfatizar o protagonismo de vozes negras, transgêneras, travestis, pobres e periféricas na construção de conhecimentos e práticas psicossociais. Ou seja, descaravelizar as produções de saberes e fazeres nas psicologias que ainda apresentam resquícios coloniais.

O processo cartográfico envolve uma revisão metodológica, na qual renunciamos a metodologia como palavra de ordem, despindo-nos de regras e protocolos previamente estabelecidos ou respostas e soluções determinadas. Manifestamos, diante dos diálogos com psicólogos que atuam na Rede de Atenção Psicossocial no centro de São Paulo e no acompanhamento de mulheres trans e travestis negras em situação de rua, a construção de rizomas: um mapa com múltiplas entradas, saídas e linhas de fuga, que se monta e desmonta, que é territorializado e desterritorializado, que pode ser rompido em determinado lugar, retomado a partir de alguma de suas linhas e seguir por outras linhas (Cunha, 2019).

Compreendemos que o processo cartográfico não é construído somente de maneira vertical ou horizontal, como também de modo transversal (Passos, Kastrup e Escóssia, 2020). Os relatos dos entrevistados se entrecruzam, se associam e desassociam entre si e em diálogo com as reflexões propostas através das percepções contracoloniais.

O mapeamento das práticas dos psicólogos no acompanhamento psicossocial com mulheres trans e travestis negras em situação de rua na região central de São Paulo permite compreendê-las como cartografias em movimento constante. Nos possibilita identificar as conexões entre as atuações e observar uma miríade de vozes que se bifurcam, se atravessam e se reúnem, afirmando uma natureza e fundando, momentaneamente, outra (Cunha, 2019).

É possível transgredir a colonialidade das escutas e ampliá-las através de percepções éticas, políticas e afetivamente comprometidas com as negritudes, as transidentidades e as classes populares, acompanhando o surgimento das fissuras provocadas pelos movimentos de desterritorialização e a construção de linhas de fuga e linhas de fratura (Sales, 2019) por meio de produções coletivas de conhecimento e de narrativas plurais de existência. Reafirmamos, então, o movimento de aprender a desaprender nas confluências com saberes-fazeres contrahegemônicos.

Sales (2019) aponta que as táticas de sobrevivência elaboradas por comunidades que são, majoritariamente, marginalizadas, excluídas e segregadas dos direitos sociais (teoricamente garantidos à toda população de acordo com as legislações do país), se apresentam como subversão às linhas rígidas e territorializadas da colonialidade. Esses movimentos, de desterritorialização, também podem ser nomeados de “linhas de fratura” e “linhas de fuga”, considerando as fissuras que causam ao propor o rompimento das histórias únicas da branquitude, da cisnormatividade e do elitismo. Sales (2019) demonstra que as desterritorializações estão “(...) confluindo com muitas experimentações de vidas, que podem dar outros tons para algumas políticas públicas já instruídas, podendo ser um dispositivo de resistência” (p. 33).

Transgredir a cosmovisão eurocêntrica demanda que encontremos saídas epistêmicas para produzir outras percepções de poder, de saber e de ser (Mignolo, 2008; Quijano, 1992; Quijano, 2005). Recorremos, então, aos saberes afrodiaspóricos e interseccionais enquanto instrumentos de resistência à homogeneização eurocêntrica.

Consideramos que o território brasileiro vivencia, de maneira sistemática e constante, o processo de desistorização dos povos que o compõem por meio da assimilação compulsória dos ideais ocidentais. Dessa forma, enunciar a construção dos saberes e fazeres através de narrativas afrodiaspóricas é localizar as vivências de africanos e afrodescendentes em diáspora como “(...) ferramenta política, cultural e social que combate a lógica da marginalização de determinadas políticas negras, tendo nela a aposta de transformação contracultural” (David, 2022, p. 54).

De acordo com Tena (2020), as narrativas afrodiaspóricas demonstram que os povos africanos trouxeram princípios e fundamentos que possibilitaram a criação da cultura afro-brasileira e a preservação de nossas memórias e histórias. Apesar da violação, do silenciamento, da criminalização e da assimilação à qual as narrativas afrodiaspóricas têm sido submetidas há séculos, evidenciamos os movimentos de restauração e retomada como central na emancipação e libertação do povo afrobrasileiro. Trata-se do abandono do espelho eurocêntrico (Quijano, 2005), no qual as subjetividades-corporalidades negras são compreendidas para além dos discursos distorcidos pela branquitude.

Simultaneamente à cosmopercepção afrodiaspórica, a interseccionalidade se apresenta indissociável do mapeamento de saberes e fazeres contracoloniais. Consideramos que as vivências dos povos negros em diáspora, apesar de terem sua centralidade nas desigualdades raciais, são atravessadas por outros marcadores sociais e opressões que intensificam a marginalização, a criminalização e a patologização das existências afrodiaspóricas. Dessa forma, enunciamos o compromisso ético-político no mapeamento e na descaravelização de marcadores sociais e opressões que se entrecruzam – como raça, gênero e classe –, comprometendo a garantia dos direitos sociais de mulheres trans e travestis negras em situação de rua na região central de São Paulo e produzindo sofrimentos psicossociais intensos.

Crenshaw (2002) e Akotirene (2019) apontam que os os marcadores sociais e de opressão se entrelaçam, tornando-se intrínsecos e dispensando uma análise hierárquica das violências coloniais. Torna-se indispensável que os saberes e fazeres da psicologia se alinhem à percepção interseccional do território brasileiro, considerando os impactos psicossociais

que o silenciamento das categorias analíticas de raça, gênero e classe acarretam à concepção de mulheres trans e travestis negras em situação de rua enquanto sujeitos de direitos.

O estudo, a partir da cartografia desnorteada⁸ (David, 2022) por saberes afrodiaspóricos e interseccionais, se apresenta como um emaranhado de pistas que pretendem abrir caminhos contrahegemônicos, dialogando com a garantia dos direitos sociais de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua e com a inversão epistêmica, a descaravelização dos saberes e fazeres das psicologias no território brasileiro.

Conforme pontua Quijano (2005): “(...) é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (p. 139).

1.4. Com quem dialogamos: traçando narrativas localizadas

Para compor as reflexões sobre o saber-fazer das psicologias no acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua na região central de São Paulo, foram realizadas entrevistas individuais com psicólogos que estão em atuação na Rede de Atenção Psicossocial do território.

A participação ocorreu de maneira voluntária, sendo os encontros propostos nos locais de atuação e direcionados através de roteiro semiestruturado, tendo em vista que a flexibilização permitida por tal estrutura concede às pessoas entrevistadas a possibilidade de envolver-se com a construção do diálogo e encaminhá-lo conforme as próprias linhas de fuga e organizações rígidas traçadas em seus saberes e fazeres profissionais. Ou seja, permitiu que os profissionais direcionassem o diálogo de acordo com seus sentidos e significações dos saberes e fazeres das psicologias.

O estudo se alinha com as diretrizes éticas na pesquisa com seres humanos, sendo aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP Assis) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde (CEP/SMS-SP).

Com o intuito de manter o anonimato e preservar tanto os profissionais, quanto os espaços de atuação, as transcrições presentes no estudo foram identificadas através de codinomes. Apesar da preservação nominal, compreendemos a importância de localizar as

⁸ O conceito de desnortamento proposto por David (2022) refere-se ao acolhimento e a utilização de saberes/vivências marginalizados e subalternizados pelo discurso colonial enquanto referencial epistêmico. O autor contesta as normas da colonialidade, rompendo com a ideia de desnortamento enquanto sinônimo de desorientação, confusão e, principalmente, de loucura, o que supostamente exigiria um cuidado em saúde mental de retorno ao “norte”, referindo-se à normalidade e/ou razão. Aponta para a potencialidade do deslocamento, da mobilidade e mobilização, nas fraturas e nos caminhos que o desnortear nos permitem traçar.

narrativas que serão utilizadas para compor as reflexões propostas, considerando que nossos saberes e fazeres são atravessados por nossas histórias de vida, pelos marcadores que nos são socialmente impostos e pelo conhecimento teórico-técnico que convocamos para produzir nossos discursos (Stona e Carrion, 2021). Dessa forma, apresentaremos os onze profissionais que compuseram o estudo a partir de suas autoidentificações relatadas durante os encontros.

Rita se identifica enquanto mulher preta, cisgênera, pansexual, pobre e periférica. Encontra-se com vinte e cinco anos, sendo graduada em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) desde 2020. Relata orientar sua prática profissional a partir da Fenomenologia e da Psicologia Social, informando atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) desde a sua formação.

José se identifica enquanto homem cisgênero, bissexual e pertencente à classe média. Encontra-se com trinta e um anos, sendo graduado pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) em 2017 e relata orientar sua prática profissional a partir da Psicanálise. José refere, também, que permeou por serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do SUS desde a sua formação.

[No decorrer da apresentação dos profissionais, abriremos algumas reflexões que chamaremos de janelas de pensamentos, trazendo trechos dos diálogos construídos junto aos profissionais que se alinham à percepção de história única a ser abordada mais adiante.

Nessa primeira janela do pensamento traremos José, que ao apresentar sua identidade étnico-racial relata:

Bom, eu sou... é difícil responder, né? Eu falo que é difícil porque, assim, eu sempre pego muito das minhas origens, da base, assim, mas me olhando, eu sou um homem branco, né, é isso. (...) é que eu tenho origem indígena, eu tenho pessoas pretas na minha família, eu tenho brancos... eu tenho muita brasilidade na minha família, entendeu? Então eu acho que a gente... por exemplo, meu bisavô era indígena, tenho uma avó negra, então assim, a gente é muito misturado, né? Mas, assim, a sociedade me vê como uma pessoa branca, algumas pessoas, da maioria das pessoas que falam comigo me vêem como uma pessoa branca, então eu acho que acaba sendo mais confortável falar nisso. Mas, se eu for puxar mesmo pra mim, eu não gosto de me colocar numa caixinha, sabe? Mas é basicamente isso...

No trecho transcrito, é possível observar a influência do pensamento norte-americano na construção do referencial teórico brasileiro sobre a identidade e preconceito racial. Nos Estados Unidos utiliza-se a ideia de “uma gota de sangue” para diferenciar a população

negra da população branca, na qual é destacada a origem racial fundada no princípio de hipodescendência (Munanga, 2023). Ou seja, a partir desse pensamento, se há uma pessoa negra na composição familiar; o sujeito é considerado negro devido à porção de sangue que detém – estimulado, também, pela ideia de pureza racial do branco. Além da demarcação da identidade racial, é constituído o chamado preconceito racial de origem, no qual ocorre o apartamento, a segregação, a violência e a hostilidade a qualquer maneira de convívio contra a população negra (Munanga, 2023).

Torna-se evidente a influência do quesito “uma gota de sangue” quando o profissional relata ser difícil se identificar racialmente, se referindo às suas “origens, da base”, visto que o “bisavô era indígena” e também ter “uma avó negra”. Todavia, é negada a existência do preconceito racial de origem ao referir que “a sociedade me vê como uma pessoa branca, algumas pessoas, da maioria das pessoas que falam comigo me vêem como uma pessoa branca”.

Ao trazer a discussão para o contexto brasileiro, nos deparamos com o chamado preconceito racial de marca ou cor, distinto do preconceito de origem norte-americano, devido às relações étnico-raciais construídas neste território. Baseado na identificação de pessoas negras a partir de características físicas aparentes (fenótipos) e não somente pela composição genética (genótipo), o preconceito de marca ou cor se define a partir da desigualdade baseada em aparências físicas mais ou menos negróides ou caucasóides (Munanga, 2023).

Observamos que, apesar da composição familiar evidenciar o que o profissional nomeia de “brasilidade” e “muito misturado” – o que mais adiante debateremos como a ideologia do branqueamento, sustentada pela mestiçagem e pelo mito da democracia racial –, a identificação racial através da marca ou da cor se sobressai, sendo ressaltado quando José afirma que a sociedade o vê enquanto uma pessoa branca, sendo mais confortável definir-se a partir deste grupo racial.

Destacamos o trecho no intuito de introduzir o debate acerca da construção das identidades étnico-raciais no território brasileiro e as especificidades contidas em nossa história, ressaltando a importância de retomá-la para que possamos localizar de onde falamos, compreender as influências na construção de nossos saberes-fazer e em nossas possibilidades de socialização.]

João se identifica enquanto homem negro, cisgênero, homossexual e pobre. Encontra-se com trinta e um anos, sendo graduado pela FMU desde 2015. Em sua trajetória

profissional, refere atuação no SUAS e no SUS – entre elas, relata a atuação contrastante entre as instituições hospitalares de Psiquiatria e a RAPS. Atualmente, João se dedica ao trabalho enquanto psicólogo no SUS e à Psicologia Clínica, na qual se orienta pela perspectiva teórica da Terapia Cognitiva-Comportamental (TCC).

Amanda se identifica enquanto mulher parda, cisgênera, heterossexual e pobre. Encontra-se com vinte e nove anos, sendo graduada pela Universidade Cruzeiro do Sul desde 2017 e relata orientar sua prática profissional a partir da Psicanálise Winnicottiana. Amanda informa que, atualmente, se dedica exclusivamente à prática no SUS.

Beatriz se identifica enquanto mulher branca, cisgênera, heterossexual e pertencente à classe baixa. Encontra-se com vinte e sete anos, sendo graduada também pela Universidade Cruzeiro do Sul desde 2022 e relata orientar sua prática profissional a partir da Psicologia Social e da Saúde Coletiva, com ênfase nas influências da Psicologia Sócio-histórica. Refere ter experienciado o campo do SUAS durante o período de estágios na graduação, ressaltando a atuação em Serviços de Acolhimento Institucional destinados às mulheres trans e travestis em situação de rua na região central de São Paulo. Atualmente, dedica-se à prática no SUS.

Giovana se apresenta enquanto mulher branca, cisgênera, heterossexual e pertencente à classe média. Encontra-se com vinte e cinco anos, sendo graduada pela Universidade Anhembí Morumbi (UAM) desde 2019 e relata orientar sua prática profissional a partir da Psicologia Social, além de permear pela Psicanálise Winnicottiana e a Fenomenologia. Refere que realiza estágios na RAPS desde o período de graduação e, atualmente, mantém dedicação exclusiva à prática no SUS.

Paula se apresenta enquanto mulher parda, cisgênera e pertencente à classe baixa. Encontra-se com vinte e oito anos, sendo graduada pela UNIP desde 2019. Relata orientar sua prática profissional a partir da Psicanálise, atuando no SUS desde sua formação.

Rafaela se identifica enquanto mulher parda, cisgênera, heterossexual e pertencente à classe média. Encontra-se com vinte e sete anos, sendo graduada pela Faculdade Integrada de Ciências desde 2020. Relata que sua prática, exercida no SUS, é orientada pela perspectiva teórica da TCC.

[Aqui, uma outra janela de pensamento. Ao abordar sua identidade étnico-racial durante a entrevista, Rafaela que: “É difícil, eu me considero parda, visualmente. Mas, pensando em todo histórico familiar, eu sou negra”. É possível, assim como analisamos no discurso de José, identificar as influências do pensamento norte-americano na construção das

*identidades étnico-raciais brasileiras*⁹ quando a profissional remete ao “histórico familiar” para definir-se “negra”.

Todavia, destacamos também a utilização do termo “visualmente” para considerar-se “parda”, o que irá contextualizar seu discurso e sua vivência no que apresentamos anteriormente como o preconceito de marca ou de cor existente no Brasil. Ao situarmos nossas percepções através das demarcações fenotípicas e genotípicas, nossas identidades são construídas e pensadas não somente pelo caráter biológico, como também pelo ideológico. Dessa forma, somos afetados por histórias únicas que determinam quem compõe a população negra e os comportamentos que supostamente adotamos a partir de tais histórias, herdadas do processo de colonização (Munanga, 2023).

Apesar de Rafaela enunciar uma suposta distinção entre negros e pardos ao identificar-se inicialmente enquanto parda e, posteriormente, como negra, compreendemos neste estudo que a população negra é composta por pessoas pretas e pessoas pardas. A distinção e a divisão entre a população negra se apresenta enquanto uma estratégia de dominação comumente utilizada durante os processos de colonização, a fim de nos manter fragmentados e desarticulados, impedindo a construção coletiva de nossas identidades enquanto povo. Segundo Nascimento (2016):

“Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo, e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor; isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas” (p. 48).

Dessa forma, romper com a alienação decorrente da história única da branquitude nos abre caminhos de fortalecimento e reconhecimento de nossas potencialidades em coletivo. Enunciamos desterritorializações das linhas rígidas universalizantes. Retomar nossa história através de percepções afrodiaspóricas e interseccionais nos permite compreender que nossos passos transcendem as colonialidades.]

Maria se apresenta enquanto mulher branca, cisgênera, heterossexual e pertencente à classe média. Encontra-se com quarenta e três anos, sendo graduada pela Universidade São Francisco (USF) desde 2003. Relata orientar sua prática profissional a partir da Psicologia Social e da Psicologia Hospitalar. Atuando na área social desde sua formação, Maria refere ter permeado por serviços do SUAS e do SUS.

⁹ Conforme propõe Tena (2020) “o sentido de “brasileiro” neste texto refere-se a uma noção de localização geográfica (...). Ou seja, não revogamos um sentido nacionalista de pertencimento” (p. 22).

[Aqui, traremos uma brevíssima janela de pensamento... Maria, ao apresentar-se, demonstrou certa confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, respondendo ao primeiro questionamento como “hetero”; no entanto, com a pergunta seguinte sendo acerca de sua sexualidade, Maria revisitou a resposta anterior, sem ser necessária intervenção, identificando-se enquanto mulher cisgênero. Guardaremos essa janela para confluir com outra mais adiante.]

Gabriela identifica enquanto mulher branca, heterossexual e pertencente à classe média. Encontra-se com quarenta e sete anos, sendo graduada pela UNIP desde 2002. Refere orientar sua prática tanto pela Psicologia Analítica, quanto por referências da TCC. Relata atuação na Psicologia Organizacional, exercendo sua prática enquanto psicóloga na área de Recursos Humanos. Posteriormente, dedicou-se à atuação na área social. Gabriela informa ter permeado tanto serviços do SUAS, quanto do SUS.

[Mais uma das janelas de pensamento. A profissional, ao ser questionada sobre sua identidade de gênero responde: “Eu, hétero... é isso, né?”. Ao pontuar que a heterossexualidade se referia à sua orientação sexual, Gabriela relata: “É? Você tá vendo como que a gente se atrapalha?”. Realizamos brevemente uma explicação sobre as cisgeneridades e as transidentidades, questionando, a partir da contextualização sobre identidades de gênero, como a profissional se identificava. Gabriela conclui, então: “Nada do que você falou”. Por fim, perguntamos para a profissional o que ela compreendia enquanto identidade de gênero, a qual ela responde: “Identidade de gênero... não sei te responder”.

Nos atentamos, a partir do relato de Maria e de Gabriela, a possibilidade de irreflexão e de nomeação aos corpos que performam normatividade, os quais – por serem apresentados como histórias únicas de existência em nossa sociedade – afastam-se da necessidade de localização de suas identidades e do risco para existir enquanto sujeito de direito. Em contraponto, enfatizamos as negritudes, as transidentidades, as sexualidades ditas dissidentes e as classes populares enquanto identificações cuja demarcação constantemente precede a autoidentificação, acarretando em prejuízos para a produção subjetiva e a negação de existência enquanto sujeito de direito no meio social.]

Ana se identifica enquanto mulher preta, cisgênero, homossexual e pobre. Encontra-se com quarenta anos, sendo graduada pela UAM desde 2013 e relata orientar sua prática

profissional a partir da Psicologia Social e da Psicanálise. Ana refere que atua no SUS desde a sua formação.

[Essa é a nossa última janela de pensamento. Mas preparem-se, iremos nos estender um tanto com Ana. Durante o encontro, ao questionar sobre a sua identificação de gênero, ela responde: “Olha, essa é uma pergunta que às vezes flutua um pouco, mas como uma mulher cisgênera”. A fim de compreender vivências que causaram a sensação da profissional “flutuar”, retomamos a construção de sua identidade ao final da entrevista, em que Ana apresenta o seguinte relato:

É porque tem uma coisa assim que é um pouco da minha história. Desde quando eu era criança, eu percebia que eu gostava, olhava, pras mulheres de uma forma diferente. Só que eu cresci em um contexto muito religioso, em que isso era um absurdo, era um pecado, era abominável, seja tudo mas não seja lésbica, qualquer coisa era aceitável, menos isso. E aí assim por muitas vezes eu me via em um contexto religioso pedindo pra Deus tirar isso de mim, achando que isso era errado, fazendo milhares de votos, querendo mudar e eu sempre imaginava que eu só conseguiria viver isso se eu fosse um homem, só conseguiria ou poderia me relacionar com uma mulher se eu fosse um homem. Então por muitas vezes eu ficava fantasiando que eu era um homem, que eu tava apaixonada por alguém, que eu ia me aproximar dessa pessoa, ficava pensando assim quase que como uma novela. E aí isso foi uma questão por muito tempo, de que se eu fosse homem eu ia conseguir viver isso que eu tenho desejo plenamente. Acho que demorou muito tempo pra que eu conseguisse de fato entender que não, que eu não precisaria ser um homem pra viver o que eu tinha desejo, mas acho que mesmo assim, em alguns momentos, ainda é difícil pensar, ainda é difícil sair desse pensamento cristão, de que é pecado, de que isso é errado, de que eu deveria ser diferente do que eu sou. Então às vezes é uma coisa que ainda me pega um pouco, eu fico me questionando com relação ao meu desejo, se é ou se não é, porque que é e porque que não é, se poderia ser diferente ou não, porque até pouco tempo atrás eu achava que isso era algo que só ia ficar no meu pensamento. Então que, sei lá, eu ia me casar com um homem, ia ter filhos e ia ficar imaginando, como eu fiquei em toda a minha adolescência, como seria uma relação homoafetiva, uma relação lésbica e tal, mas acho que é um pouco disso. E aí uma amiga minha me perguntou recentemente uma coisa que eu também fiquei meio assim... sei lá, o que te diz que você é uma mulher? Que elementos que você vai pensando que vai te constituindo como uma mulher? E aí eu também fiquei um pouco encanada com isso, mas acho que é um pouco dessa experiência assim, que também foi uma experiência de bastante sofrimento, ainda é algo em elaboração nesse sentido, mas

que hoje eu sei que eu não preciso, que eu sei que eu posso responder aos meus desejos de outra forma. (...) É um exercício me desprender disso, de respeitar a escolha das pessoas, às vezes eu debato um pouco desses pensamentos, mas é difícil não ficar submetida, porque é algo de fato um lugar que eu fui crescendo, me constituindo. E aí quando você percebe um pouco diferente daquilo que é a norma, vem uma angústia, vem um sofrimento, e aí é uma coisa muito solitária, de não poder dividir com muitas pessoas, e uma vez que dividir e aí ficar uma coisa meio esquisita assim, das pessoas se afastarem e tudo mais. E aí são as histórias da gente que ficam no corpo da gente né, como a gente vai se relacionando, como vai conseguindo ressignificar algumas coisas, precisam de um tempo maior, mas acho que é um pouco desse processo.

Ana, ao retratar parte de sua história de vida, subverte o conceito de determinismo biológico, no qual a compreensão de gênero é vinculada às bases biológicas e determinados comportamentos sociais são à elas indissociáveis (Nascimento, 2021), estabelecendo uma relação intrínseca entre a binariedade de gênero (homem e mulher), os componentes anatômicos e as ações sociais. Essa relação determina uma existência universal de corpos e subjetividades – uma história única de existência dos gêneros e, também, das relações sociais.

A imposição de estereótipos que ditam o que é “ser mulher” na sociedade brasileira cerceiam a possibilidade de autodefinição aos corpos que não se enquadram na concepção essencialista de gênero. O discurso hegemônico parte de uma ideia universal do que é “ser mulher”, desconsiderando as dimensões culturais e históricas dessa construção e a maneira que diferentes mulheridades¹⁰ têm suas localizações demarcadas socialmente (Nascimento, 2021).

Em 1851, Sojourner Truth proferiu um discurso no qual questionava “e eu não sou uma mulher?”. Enquanto mulher preta, Sojourner enfatizava em seu manifesto a desumanização e os estereótipos aos quais mulheres negras eram submetidas em relação às mulheres brancas – tidas como expressão da “mulher universal” (Nascimento, 2021).

Diante do relato das mulheridades negras, em contraponto às mulheridades brancas entrevistadas, é possível observar que as inquietações de Sojourner Truth mantêm-se nos dias atuais. Enquanto que para as mulheridades negras, para as transidentidades, para as

¹⁰ Optamos por retomar o termo mulheridades, proposto por Letícia Nascimento (2021), considerando a seguinte contextualização pela autora: “Utilizo o termo “mulheridades”, e não “mulher”, no singular, para demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo “mulher” pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo “mulheridades” aponta para os processos de produção social dessa categoria” (p. 25)

sexualidades ditas dissidentes, pobres e periféricas as demarcações sociais precedem a possibilidade de produção discursiva e performatividade fluída de sua identidade étnico-racial, de gênero, de sexualidade e classe, gerando sofrimento psicossocial intenso pela impossibilidade de existir, para as mulheridades brancas, cisgêneras, heterossexuais e elitizadas, é possível, inclusive, abster-se da localização e afastar-se da dívida de existência produzida pelo não enquadramento ao sistema colonial.

Torna-se fundamental, enquanto profissionais de psicologia, compreender como a raça, o gênero e a classe atravessam nossos processos de subjetivação na qualidade de sujeitos e coletivo, a fim de mapear a partir de quais corporalidades e subjetividades construímos os acompanhamentos psicossociais de mulheres trans e travestis negras em situação de rua. Assim como elaborar estratégias para uma escuta ampliada e emancipatória à produção de subjetividades e corporalidades – de nós e das pessoas que acompanhamos.]

A partir das apresentações dos profissionais que compuseram este estudo, destacamos algumas informações que sintetizam as identificações que construíram as reflexões. Observamos que somente pessoas cisgêneras participaram das entrevistas, estando entre elas oito mulheres cisgêneros e dois homens cisgêneros. Nos atentamos ao fato de que não foram localizados nos serviços que compuseram o estudo psicólogos que se identificassem a partir das transidentidades.

Em relação à identificação étnico-racial, as entrevistas foram compostas por cinco mulheres negras (duas mulheres pretas e três mulheres pardas), quatro mulheres brancas, um homem negro e um homem branco. Nas orientações sexuais, foram identificadas uma pessoa pansexual, uma pessoa bissexual, duas pessoas homossexuais e sete pessoas heterossexuais.

Em referência à classe, duas pessoas se apresentam como classe baixa, quatro enquanto pobres e periféricas e cinco como classe média. Entre as faixas etárias, temos seis pessoas entre 20 e 30 anos, duas pessoas entre 30 e 40 anos e três pessoas entre 40 e 50 anos. Todos os profissionais entrevistados realizaram a graduação de psicologia em universidades particulares no município de São Paulo.

Por fim, os profissionais apresentaram diferentes teorias que referenciam suas práticas na psicologia, como Psicologia Social, Psicanálise, Teoria Cognitivo-Comportamental, Psicologia Sócio-Histórica, entre outras. Reforçando que, na prática, existem diversas psicologias em atuação. Nos questionamos, então, a partir de quais cosmopercepções ou cosmovisões essas psicologias são propostas? E como atravessam o acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua?

Muitas foram as Duzus¹¹ que conheci nas ruas. De diferentes rostos, risos, corpos, memórias, traziam uma história em comum. Vindas de diferentes lugares do território adentro, falavam sobre o sonho de uma vida melhor na grande cidade de São Paulo. Confesso que continuo a não entender o fascínio que a selva de pedra gera nas pessoas. Deve ser coisa de quem há muito vive-acompanha sonhos despedaçados em meio ao concreto. São promessas das mais variadas que atraem as meninas de pouca idade para cá. E poucas são as escapatórias quando rapidamente os sonhos se confundem aos tormentos. Uma delas marcou minha memória. Joana veio ao primeiro atendimento comigo. Dizia querer me testar para ver se boa psicóloga era como as outras diziam. Entre zombarias e seriedades, falava sobre como a Craco se tornou sua Disneylândia nas ruas. Ali não eram as roupas do varal que faziam as Duzus voarem com asas-sem-pernas e sentirem o sabor do vento. Mas também se agarravam aos delírios-chamados-sonhos e entorpeciam a dor-chamada-vida. Assim viajavam e se distanciavam o quanto fosse possível da realidade. Volto no trem-metrô que nem percebo as baldeações da Armênia até Carapicuíba, nem o subir do morro até em casa. Sigo num andar intuitivo onde os pensamentos fervilham, desejando que Querenças existam e umedeçam os sonhos das Duzus como Joana. Que possam reescrever as vidas-sonhos e tracem outros caminhos-encantos. Sigo desejando que um dia as mortes não sejam vistas como formas de vida. E com cada Duzu que me encontro, Joana se faz presente ao me fazer questionar quais são os sonhos que temos construído para que nossos povos vivenciem em vida?

¹¹ Duzu-Querença são pessoas-personagens que Conceição Evaristo compartilha a história em seu livro “Olhos D’água” contido nas referências deste escrito.

A COLONIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS: HISTÓRIAS ÚNICAS DE EXISTÊNCIA

Enquanto sujeitos que resistem historicamente neste território – colonialmente denominado Brasil – somos cotidianamente atravessados por versões de histórias únicas sobre nossas existências. Vejam, é assim que uma história única é semeada: “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie¹², 2019, p. 22).

Adichie (2019), a fim de exemplificar a associação entre as estruturas de poder e a disseminação das histórias únicas, nos apresenta o princípio de *nkali*, que em Igbo significa “*ser maior do que outro*”. As estruturas de poder determinam como as histórias são contadas, quem as conta, em que momento serão contadas e quais histórias serão replicadas. Enquanto povos que foram submetidos ao processo de colonização e alocados na posição de “outros”, é importante que nos perguntemos: quem conta nossas histórias?

Questionar a universalidade dos discursos é contestar o modo como as narrativas são enunciadas e a quais corpos-subjetividades é possibilitada a produção discursiva. A colonização reforça o princípio de *nkali* diante do massivo epistemicídio propagado, no qual vivenciamos a inferiorização dos saberes ancestrais e a sobreposição por saberes ocidentais – como propõe Nego Bispo (2015): dos saberes orgânicos pelos saberes sintéticos. Dessa forma, as epistemologias coloniais emergem e são reproduzidas enquanto histórias únicas de existência no território brasileiro.

A universalidade é, no entanto, uma narrativa incompleta sobre os povos aos quais se refere. Acarreta num processo de identificação a-histórico, desconsiderando a trajetória que antecede a colonização e as resistências diante de sua imposição – os movimentos contracoloniais. Clarke (2021) nos relembra que os europeus não colonizaram somente os territórios, mas as informações sobre o mundo e sobre os povos que subalternizaram. O autor aponta que para estabelecer o domínio e a exploração, fingiram esquecer os modos de vida e as epistemologias que existiam anteriormente, tratando-nos como um povo sem história – sendo este um mito reproduzido até os dias de hoje. Assim como Clarke (2021) enuncia, compreendemos que a história é uma espada de dois gumes, podendo ser utilizada tanto para oprimir, quanto para libertar. Tirar a história de um povo é, portanto, uma maneira de escravizá-lo.

¹² Ressaltamos o alinhamento com os debates propostos por Adichie (2019) em relação ao termo “*história única*” durante o estudo. Em relação aos debates relacionados às identificações de gênero, salientamos o alinhamento aos referenciais epistêmicos presentes no decorrer do texto que divergem de percepções apresentadas pela autora.

O movimento de universalizar existências se apresenta enquanto base da colonialidade (Quijano, 1992), em que é proposta a legitimação de uma identidade superior construída dialeticamente à uma identidade dita inferior. A história única limita a pluralidade das identificações à noção de sujeito universal, disseminando a padronização das existências sob uma perspectiva eurocêntrica e dicotômica – postulada por dualismos como *selvagem x civilizado* ou *com alma x sem alma*. Podemos observar o que Quijano (2005) nomeia enquanto colonialidade do poder, referindo-se à hierarquização entre ditos “dominantes” e ditos “dominados” e atestando a desumanização das corporalidades e subjetividades dissidentes da norma eurocêntrica.

O paradigma da colonialidade postula a invisibilização da existência de corpos e subjetividades que não se encaixam na lógica ocidental, negando a possibilidade de existir enquanto sujeito e, portanto, de ser e estar na sociedade. Às existências contrahegemônicas é designada a posição de objeto, alvo de conhecimento e práticas de dominação e aniquilamento, censurando a elaboração de conhecimento e abdicando a possibilidade de comunicação entre saberes, de compartilhamento; permeia pela tentativa de tornar rígido algo que é fluído: a vivência (Quijano, 1992).

Aqui, por sua vez, podemos observar o que Quijano (2005) nomeia como colonialidade do saber, no qual evidencia a colonização das epistemologias ancestrais, impondo aos povos que foram colonizados a cultura e costumes ocidentais, bem como a renúncia das próprias cosmopercepções. Perde-se a diversidade na construção de sentidos, significados e simbologias de cada povo, tornando-os uma narrativa universal através do saber dito “racional” e “civilizado” – as epistemologias eurocêntricas. O domínio ocidental na produção do conhecimento faz com que seus conceitos e perspectivas se tornem tão difundidos que mesmo aqueles que se propõem a desconstruí-los correm o risco de utilizá-los sem ressalvas (Oyěwùmí, 2021).

Clarke (2021) ressalta que ao negar – ou distorcer – a cultura de um povo, nega-se também seu complemento lógico: a humanidade. A impossibilidade de reconstrução da própria história, através da negação das epistemologias ancestrais, associada ao discurso universal do ocidente, encarcera as existências dentro dos limites da desumanização que a colonialidade propõe.

Pretendemos, no decorrer deste estudo, elucidar como a branquitude, a cisnormatividade e o elitismo, enquanto discursos-estruturas, apresentam-se como a história única das identificações étnico-raciais, de gênero e de classe. Simultaneamente, discutiremos os atravessamentos dos discursos universais à construção do acompanhamento psicossocial

de mulheres trans e travestis negras em situação de rua na região central de São Paulo, dialogando com as narrativas dos profissionais de psicologia que compõem a RAPS do território delimitado.

Compreendemos que para que as narrativas universais existam e afirmem sua normalidade, faz-se necessária a produção do anormal, do abjeto – referindo-se a todo corpo-subjetividade que provoque uma ressignificação, um deslocamento, uma subversão à norma branca, cisgênera e elitista.

Podemos observar o que Mignolo (2008) nomeia enquanto colonialidade do ser, decorrente da colonialidade do poder e a colonialidade do saber. O autor versa sobre o processo de naturalização das violências ao qual os corpos-subjetividades marginalizados são submetidos e a deslegitimação de suas existências; ou seja, a enunciação dos corpos ditos “normais” e os corpos ditos “anormais”, “abjetos”. Evidenciamos que para a universalidade do “ser” poder existir, faz-se necessário que um “outro” também exista e reafirme sua essencialidade através deste contraste, como pontua Sueli Carneiro (2023).

Compreendemos que o conceito de necropolítica de Mbembe (2018) conflui com as colonialidades do poder e do ser proposta por Quijano (2005) e por Mignolo (2008). Através da noção de vidas vivíveis e vidas matáveis, o autor expressa aparatos de manutenção do poder, performados tanto no direito de controle dos corpos-subjetividades (aqueles que são destinados à viver – as vidas vivíveis), quanto no extermínio destes (aqueles que serão destinados à morrer – as vidas matáveis). A necropolítica pode ser compreendida no sentido concreto e no sentido simbólico, abarcando a morte física (corporalidades) de sujeitos negros, pobres e periféricos, trans e travestis e a morte simbólica (subjetividades), enfatizando os obstáculos para a construção das identificações e do pertencimento social.

Rita, durante os encontros realizados, expõe a necropolítica presente nas instituições e propõe desnortear o sentido de “organização” ao qual a psicologia tende a se basear para construção do acompanhamento psicossocial das pessoas que se encontram em situação de rua. A dita organização delimita os corpos-subjetividades que são autorizados ou desautorizados a pertencer à ordem social e acessar os direitos sociais – neste caso, o atendimento em saúde –, tensionando a produção de morte sob o discurso de garantia à vida:

(...) eu consigo observar em (...) profissionais da psicologia uma resistência, de fazer com que o paciente, o usuário, ele se enquadre dentro de uma perspectiva que é nossa, dentro de uma expectativa que é nossa. Então a gente tá falando, quando a gente tá

falando de organização social, que organização a gente tá dizendo? Porque o fluxo¹³ tem uma organização, existe uma organização, existe uma dinâmica, as coisas funcionam de uma forma, aí você tá querendo dizer que a gente vai conseguir atender dentro de uma organização que o usuário tá inserido (...)? Qual é o parâmetro que tá sendo usado como horizonte pra gente exigir isso do usuário? Porque é isso, o usuário ele tá no papel dele, e aí é uma desorganização nossa quando a gente não consegue entender e reestruturar o que a gente tem enquanto base teórica e base técnica pra isso, é uma desorganização que é nossa e não uma desorganização que é do usuário, né (...). Porque o que mais vai ter é usuário chegando aqui fora do horário, quando você não tá aqui ainda, quando você tá saindo, quando você tá chegando, uma hora depois do que tá agendado, isso vai acontecer todos os dias, se você não consegue ter um olhar sensível diante disso você não vai atender quase ninguém, aí eu não sei qual que é o objetivo profissional e individual de cada um, mas eu acho que a gente tem que partir de um contexto de coletividade, porque se não não sei se faz sentido estar aqui nesse território trabalhando com essa população, o objetivo é o coletivo e aí a gente tem que se fortalecer dentro desse mesmo coletivo e se colocar como par e não como diferente, porque eu também fico pensando qual a identificação que esse usuário vai ter com o serviço se ele chegar aqui e tiver um engomadinho “ah, você atrasou cinco minutos, cê atrasou vinte minutos”, não vai...

Ao desnortearmos o sentido de “organização” questionamos os padrões sociais instituídos e abrimos caminhos para outras possibilidades de existência enquanto sujeito na sociedade. Em contraponto, ao reforçarmos exclusivamente determinados modos de ser como socialmente legítimos, reproduzimos noções manicoloniais de existência (David, 2022).

Diante do relato de Rita, uma das inquietações que me acompanha nessa trajetória profissional-pessoal se manifesta: quais as psicologias que têm se permitido escutar as corporalidades e as subjetividades de pessoas negras, trans e travestis que se encontram em situação de rua?

Clarke (2021) nos diz que “(...) a história é um relógio que as pessoas usam para contar sua hora política do dia. (...) A história diz a um povo onde ele está e o que ele é. Mais importante ainda, a história diz a um povo onde ele ainda deve ir e o que ele ainda deve ser” (p. 31). Enquanto profissionais que elaboram coletivamente a construção de história dos

¹³ O termo “fluxo”, neste contexto, é utilizado para se referir ao território da Luz na região central de São Paulo. Especificamente ao espaço no qual se encontram pessoas em uso prejudicial de múltiplas substâncias psicoativas e, recorrentemente, em situação de extrema vulnerabilidade social e violação de direitos. Compreendemos, para além do senso a-crítico direcionado aos territórios em que há a existência dos fluxos, a construção cotidiana de estratégias coletivas de (r)existência pelos usuários como enfrentamento ao higienismo presente no centro da cidade de São Paulo e a desproteção social instituída pelo Estado.

sujeitos que acompanhamos, temos produzido espaços onde ecoam vozes ou silêncios? As histórias têm sido utilizadas como ferramentas de liberdade ou de opressão? As narrativas têm nos permitido abrir caminhos ou limitá-los? De acordo com Ana:

Os usuários chegam nos serviços de saúde muito fragilizados, por uma série de questões, uma série de sofrimentos que já tiveram na vida e chegam num serviço pra serem acolhidos, cuidados, pra fortalecimento desses usuários, da identidade, pra uma série de questões que a gente precisa investir e aí aqui, de alguma forma, eles passam pelas mesmas situações que já passaram em outros lugares. E aí eu fico pensando né que um lugar de cuidado de saúde que ao invés de promover saúde muitas vezes promove o mesmo adoecimento, ou mais adoecimento.

A profissional nos apresenta pistas, através de seu relato, sobre o caminho que as psicologias têm traçado no acompanhamento psicossocial de pessoas que se encontram em situação de rua e, assim como Rita, reitera a ausência de uma escuta sensível às histórias que nos são contadas pelas pessoas acompanhadas. A colonialidade tem, historicamente, atravessado a construção do saber-fazer das psicologias, destituindo as pessoas que se encontram em situação de rua de humanidade e autonomia, causando a mortificação de corporalidades e subjetividades ao reproduzir condutas violentas.

Os silenciamentos são (re)produzidos quando os usuários são projetados como “desorganizados” por não se adequarem à lógica normativa de existência de acordo com as expectativas dos profissionais e as normas institucionais; assim como quando são submetidos ao processo de cuidado colonial¹⁴, no qual as violações que sofrem no meio social são reproduzidas em espaços que deveriam ofertar acolhimento.

Adichie (2019) indica que as narrativas podem ser utilizadas para desempoderar e violentar as pessoas, podem despedaçar a dignidade de um povo; mas, também, podem ser estratégias de fortalecimento e humanização, podem reconstruir a dignidade despedaçada. Dessa maneira, propomos o compromisso em elaborar estratégias de descolonização das histórias únicas de existência, em confluência com o posicionamento de Ana:

(...) acho que são questões de fato pra que a gente vá de alguma forma se posicionando e até cobrando ações nesse sentido, porque não dá pra repetir, acho que já passou o tempo, se é que em algum momento teve esse tempo, de que essas questões eram

¹⁴ Em diálogo com Rachel Gouveia Passos (2020), compreendemos que o cuidado colonial é uma das heranças da colonização, submetendo as existências contrahegemônicas aos discursos e práticas colonialistas. Entre suas expressões, a autora destaca três manifestações do cuidado colonial: a zona do não ser (a negação do pertencimento social), o corpo matável e exterminável (em diálogo com a necropolítica de Mbembe) e a condição de objeto estereotipado (existências capturadas pela colonialidade do poder, do saber e do ser).

naturalizadas, acho que a gente precisa de fato mudar nosso olhar e nossa ação pra que seja de fato um lugar de cuidado em saúde, de acolhimento pra todas as pessoas que aqui estiverem.

2.1. A história única da cisgeneridade: transgredindo o gênero

Permeando pelas histórias únicas de existência, Oyěwùmí (2021) aponta que as suposições ocidentais são utilizadas para interpretar as sociedades independentemente da organização social que antecedeu a colonização, dialogando com as noções de colonialidade do poder, do saber e do ser (Mignolo, 2008; Quijano, 2005). A autora pontua que na lógica ocidental os corpos biológicos são sempre compreendidos enquanto corpos sociais, acarretando em uma hierarquia social que é baseada em distinções anatômicas.

Nessa perspectiva, as categorias de gênero são demarcadas como universais e atemporais, como se existissem em todas as sociedades, independentemente do período e das organizações sociais, sendo muitas vezes “(...) expressa em um tom bíblico, como se sugerisse que “no princípio, era o gênero” (Oyěwùmí, 2021, p. 18).

As corporalidades e as subjetividades tornam-se, então, generificadas. A generificação se manifesta enquanto um processo, uma produção dos gêneros – e, consequentemente, das nossas identidades. Compreendemos que a generificação não se trata de algo “natural” ou “inato” como é postulado nas narrativas bioessencialistas, condicionando o gênero aos aspectos anatômicos; mas que existem intervenções culturais em suas expressões, possibilitando tanto a fluidez e a pluralidade de performances de gênero em diferentes organizações sociais, quanto a hierarquização e a desumanização de pessoas que estejam às margens da hierarquia dicotômica baseada na diferenciação sexual (Nascimento, 2021).

Lugones (2008), a partir da noção de colonialidade de gênero, contesta a leitura biológica e universal à qual as identificações são comumente submetidas, propondo a expansão da compreensão das identidades de gênero para além da perspectiva dicotômica e hierarquizada advinda da lógica colonial. Oyěwùmí (2021) dialoga, neste ponto, com a proposta de Lugones ao referir-se à ideologia do determinismo biológico:

“A lógica cultural das categorias ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “*bio-lógica*”. Categorias sociais como “mulher” são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem” (p. 16)

Visando desessencializar o gênero, conforme propõe Nascimento (2021), utilizamos o conceito de cisgeneridade enquanto categoria analítica. A cisgeneridade se manifesta como discurso universal das identidades de gênero na sociedade em que vivemos e simboliza a

normatividade de corpos e identificações, sendo naturalizada e idealizada através de fantasias ciscoloniais – as quais determinam o gênero enquanto inerente às existências sociais (Vergueiro, 2015). A cisgeneridade constitui, portanto, a história única do gênero.

Vergueiro (2015) ressalta três fantasias da cisgeneridade que nos guiará como base da história única neste capítulo: a pré-discursividade, a binariedade e a permanência. As fantasias dialogam com o discurso dos profissionais entrevistados, sendo identificado no decorrer do capítulo os atravessamentos à construção do acompanhamento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua no centro de São Paulo.

Na pré-discursividade, compreende-se que é possível definir o gênero das pessoas por meio de características corporais – enunciado desde a gestação ou no momento do nascimento –, destinando um conjunto de símbolos e expectativas que estas pessoas devem suprir, independente de suas autopercepções, das localizações socioculturais e, até mesmo, da noção de que os corpos e as subjetividades são demasiadamente complexos para aprisioná-los nos armários das respostas inequívocas (Vergueiro, 2015).

Dentro da perspectiva cisnormativa, a binariedade determina que os gêneros enunciados pela pré-discursividade podem existir somente a partir de duas perspectivas ditas normais: macho/homem ou fêmea/mulher. Dessa forma, a história das identificações de gênero é descontextualizada, narrando a binariedade como a norma, responsável pela restrição das performances corporais e subjetivas diversas (Vergueiro, 2015).

Por fim, Vergueiro (2015) aponta que a permanência parte da premissa de que os corpos ditos “padrões” e “normais” apresentam uma coerência biológica, psicológica e social ao demonstrar-se pertencentes a uma ou outra categoria binária de gênero, expressando a coerência em performances que são ditas apropriadas para cada corpo no decorrer de toda a sua existência – alinhando-se à imutabilidade.

Oyěwùmí (2021) resgata que antes da invasão das categorias ocidentais, as posições sociais eram fluídas: mudavam constantemente a depender com quem estavam interagindo e qual função estavam exercendo. Dessa forma, as identidades não eram essencializadas e imutáveis, mas relacionais. Ao reivindicar percepções afrodiaspóricas e interseccionais para compor o estudo, ampliamos nossa compreensão e possibilidades de existência enquanto protagonistas de nossas narrativas e da fluidez de nossas vivências para além dos aparatos coloniais. É fundamental que saibamos que nossas histórias não iniciam com a invasão dos colonizadores – muito menos com a escravização de nossos povos e a colonização de nossos saberes –, tornando essencial descaravelizar os mitos de origem e de existência, conforme propõe Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó.

Ana, durante o encontro realizado, demonstra a pré-discursividade existente no acompanhamento psicossocial em relação às identidades de gênero, evidenciando a dificuldade ainda encontrada no diálogo entre as psicologias e as possibilidades de intervenções com os profissionais que reproduzem as fantasias ciscoloniais:

Acho que tem uma dificuldade importante de se falar dessa questão, acho que a gente tem experiências muito difíceis relacionadas à questão de gênero, de alguns profissionais acho que não entenderem o sujeito que está ali para além do sexo de nascimento, acho que inclusive em alguns momentos tem uma violência que esse usuário é reinserido, é submetido novamente, então não é toda a equipe que tem o mesmo pensamento e a mesma visão sobre a questão. (...) um assunto difícil de abordar, de precisar apontar pro outro uma conduta que não tem sido uma conduta ética, que não tem sido uma conduta de acolhimento, de cuidado, e que às vezes é uma conduta agressiva e violenta com os usuários que a gente acompanha. Acho que investir nesses espaços de formação e de conhecimento, de sensibilização, é uma tarefa não muito fácil, porque de alguma forma a gente tá conversando (...) entre profissionais que deveriam estar de alguma forma alinhados no cuidado de uma outra pessoa, (...) mas às vezes por conta de questões pessoais vão atravessando um pouco o campo do cuidado. Então vai-se às vezes muito por um senso comum ou pras questões próprias ali, do que a pessoa vai entendendo do que deveria ser, e as questões de saúde, de cuidado, às vezes vão ficando um pouco em segundo plano.

Ana destaca práticas da psicologia (des)orientadas pela normatização dos corpos-subjetividades, abordando o descompromisso dos profissionais diante do rompimento das usuárias com a pré-discursividade. Notamos que, apesar da recente descriminalização das transidentidades no discurso oficial – legislações, códigos e referências técnicas –, o acompanhamento psicossocial apresenta o padrão moral socialmente almejado pela cisnormatividade, reforçado por condutas hegemônicas que vulnerabilizam o acesso da população transgênera e travesti aos direitos sociais.

Ao pontuar que os profissionais não entendem que “o sujeito está ali para além do sexo de nascimento”, a profissional dialoga com a bio-lógica proposta por Oyěwùmí (2021). Ana demonstra que há psicologias que ainda associam as identidades de gênero às características anatômicas, privando as usuárias acompanhadas de protagonizarem suas expressões de gênero de maneira autônoma e fluida. As identificações de gênero são submetidas à lógica normativa, reproduzindo a narrativa universal da cisgeneridade enquanto

história única¹⁵ e aprisionando a existência das mulheres trans e travestis negras em situação de rua ao armário colonial.

O discurso essencialista acarreta a revitimização das pessoas acompanhadas, visto que a profissional refere que as usuárias são “*reinseridas*” nas violências que sofrem nas ruas, sendo submetidas novamente às violações através de uma “*(...) conduta que não tem sido uma conduta ética, que não tem sido uma conduta de acolhimento, de cuidado, e que, às vezes, é uma conduta agressiva e violenta*”. Observamos a colonialidade do poder em ação, na qual os profissionais – aqui, cabe ressaltar, que encontramos somente psicólogos cisgêneros em atuação – se comportam como “dominantes”, desumanizando as corporalidades e subjetividades das mulheres trans e travestis negras acompanhadas ao invalidar suas existências.

A revitimização – compreendida enquanto a reinserção em situações de violação de direito – produzida pelos profissionais, impossibilita que mulheres trans e travestis negras em situação de rua acessem o cuidado integral em saúde, intensificando a situação de desproteção social na qual se encontram. Neste contexto, observamos que há profissionais de psicologia que têm desconsiderado os atravessamentos prejudiciais que situações de violação de direito acarretam à saúde psicossocial das pessoas acompanhadas, submetendo-as a condutas “*agressivas e violentas*” que intensificam o sofrimento psicossocial vivenciado. É recorrente que, diante do sofrimento expressado, sejam destinadas ações que culpabilizam, criminalizam e/ou patologizam as usuárias, como veremos mais adiante.

A partir da binariedade os papéis sociais dos “homens” e das “mulheres” são delimitados, enunciando comportamentos específicos e estereotipados que cada um deve exercer para serem considerados “adequados” ou “normais” na história única do gênero. As performances são postuladas como naturais ou inatas de acordo com a pré-discursividade, vinculando os papéis sociais às características anatômicas. Dessa forma, a narrativa universal da cisgeneridade é reforçada, acarretando a deslegitimação das transidentidades, como pontua Jesus (2012):

“Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero”. (p. 11)

¹⁵ Cabe, aqui, apontar que ao nos referirmos à narrativa universal da cisgeneridade, da branquitude e do elitismo enquanto histórias únicas, compreendemos que permeiam o imaginário social do território no qual vivemos. Contudo, não há a compreensão de que as pessoas que são socialmente privilegiadas através dessas categorias se reconhecem e se nomeiam a partir dos termos apresentados, apesar de seus discursos estarem a eles alinhados. Tal possibilidade é, entretanto, negada às negritudes, às transidentidades e às classes populares, cuja demarcação precede a autonegação.

A pré-discursividade e a binariedade ressaltam o mito de que as características anatômicas guardam alguma verdade sobre a suposta natureza feminina ou masculina, produzindo masculinidades e feminilidades universais. Ao romper com as narrativas essencialistas, transgredimos as fronteiras entre o biológico e o cultural, compreendendo o gênero enquanto possibilidade de construir corporalidades e subjetividades plurais (Nascimento, 2021).

Reforçando a fantasia ciscolonial da binariedade, Giovana traz o relato de uma situação vivenciada com uma usuária trans negra que se encontrava em situação de rua e era acompanhada pela unidade de atenção psicossocial. A situação, além de reproduzir a binariedade, também demonstra a justificativa de condutas violentas dos profissionais através da patologização da usuária:

(...) e aí a profissional vira pra ela e fala “ah, deixa eu ver fotos suas pequena” e começa a questionar assim “você era um homem tão lindo, por que que você fez isso com você?”, “nossa, você é tão bonito...”, e aí a usuária entra numa discussão de “meu, por que que você tá falando isso? Para com isso” e “não, eu só tô dizendo que você é lindo, que você era muito bonito”. Ela, a usuária, fica muito irritada, tem vontade de ir pra cima do técnico, a equipe técnica que compunha a cena entende aquilo como uma situação de crise, contém, medica, culpabilizando a usuária. Quando ela acorda no outro dia, ela pede pra sentar na frente da gerente e fala o que aconteceu. Quando a gente discute isso na reunião geral, isso se some, isso morre, isso murcha, isso desaparece... e aí a gerente fala “não, eu vou fazer uma conversa com essa pessoa... não, tá tudo bem né, isso já passou”. Essa pessoa nunca teve uma advertência. Em outros momentos a gente ouviu e foi dissipada uma outra versão da história, de que a Camila¹⁶ inventou tudo isso, que na verdade não foi bem assim. Quando você pegava os registros do dia, as pessoas editaram os registros nos prontuários, no caderno de plantão... (...) quando você pegava o prontuário tem uma letra que começa e outra letra que surge nas entrelinhas da linha que não foi riscada, pra meio que se autojustificar sobre o que aconteceu. Foi o único caderno de plantão escrito que foi assinado por todas as pessoas que estavam presentes, como se fosse um ato de, tipo, todo mundo aqui se junta e garante que aquilo que foi uma situação de crise, foi a usuária que quis bater na funcionária... e isso cai por terra.

A patologização das transidentidades e a deslegitimação da violência vivenciada se tornam explícitas diante do relato de Giovana. No âmbito da patologização, compreende-se

¹⁶ Nome fictício visando a preservação da identidade das usuárias.

que nada mais pertence ao sujeito, tudo se refere à patologia. Dessa forma, até mesmo as necessidades básicas são alocadas em um lugar de sintoma (Amarante, 2007). Na situação relatada, os profissionais referem-se à violência como “*crise*”. Camila é submetida a um conjunto de saberes e fazeres que sustentam a existência de um lugar de isolamento, segregação e patologização de sua experiência enquanto sujeito de direito.

O relato manifesta a manicomialização das iniquidades sociais, em que a psicologização e a psiquiatrização emergem como justificativa à subalternização dos corpos e subjetividades ditos dissidentes da norma. A desproteção social e a violação dos direitos é direcionada como culpa da usuária que não se submete à fantasia ciscolonial dos profissionais.

Amarante (2007) pontua que nos aparatos manicomiais é comum que a resposta à pessoa acompanhada seja “(...) amarrá-la, injetar-lhe fortes medicamentos intravenosos de ação no sistema nervoso central a fim de dopá-la” (p. 83), demonstrando-nos a manutenção de posturas manicoloniais para além das estruturas concretas dos manicômios. O panorama se repete quando Giovana refere que “*a equipe técnica que compunha a cena entende aquilo como uma situação de crise, contém, medica, culpabilizando a usuária*”. À Camila é negada a possibilidade de fala, enquanto os profissionais se posicionam indisponíveis à escuta.

É possível refazer o trajeto de culpabilização-criminalização-patologização às quais as transidentidades foram (e ainda são) submetidas no decorrer da história neste território. Jesus (2019) pontua que antes do pensamento científico ser compreendido enquanto eixo orientador das narrativas universais, o pensamento religioso ocupava a centralidade dos discursos. Dessa forma, todas as existências consideradas indignas ou imorais aos valores cristãos eurocêntricos eram tidas como pecaminosas e, portanto, alvos de culpabilização enquanto “pecadores”.

Posteriormente, o discurso religioso foi substituído pela narrativa jurídica, nas quais códigos e legislações determinavam os modos de controle e disciplina dos corpos e subjetividades que se deslocavam do padrão moral socialmente difundido (Jesus, 2019). Dessa maneira, as existências desviantes eram consideradas “criminosas” e “periculosas”. Expande-se o viés da culpabilização, associando-o à criminalização.

Atualmente, com o advento do discurso científico enquanto norteador das práticas hegemônicas, observamos a patologização das existências, visto a impossibilidade de justificar as violações de direito somente pelas narrativas religiosas e jurídicas. No entanto, tal discurso “seguir o moralismo: o pecado (algo a ser purificado) se tornou crime (algo a ser punido) e, sob o manto da ciência, ou pseudociência, tornou-se doença, transtorno, patologia,

algo a ser curado” (Jesus, 2019, p. 11). Trata-se somente de uma nova roupagem para o velho aparato assistencialista e manicolonial.

Apesar dos investimentos para anular as existências das transidentidades, Jesus (2019) ressalta que àqueles que outrora eram ditos pecaminosos, criminosos e doentes se negam a aceitar os destinos impostos e apresentam novas narrativas às histórias únicas. Os povos que foram subalternizados produzem saberes e culturas que transgridem as margens da colonialidade, epistemologias estas que por mais que sejam apropriadas, distorcidas ou negadas, como aponta Clarke (2021), permanecem resistentes nas fissuras do pensamento colonial. Tratam-se das contracolonialidades (Santos, 2015) em movimento.

É possível observarmos, ainda no discurso de Giovana, o pacto colonial entre a cisnormatividade, a branquitude e o elitismo, no qual manifestam o distanciamento das localizações étnico-raciais, de gênero e de classe quando se referem às identidades normativas. Este afastamento permite o silenciamento, a omissão e a distorção do lugar de privilégio que a elite branca cisgênera ocupa socialmente (Carone e Bento, 2014), ou seja, uma irreflexão acerca de sua posição social.

Identificamos a relação interativa: de um lado a culpabilização-criminalização-patologização das mulheres trans e travestis negras em situação de rua e do outro, a omissão, o silenciamento e a distorção dos profissionais diante da violação praticada – beneficiando-se concreta e/ou simbolicamente do lugar de privilégio ocupado pela elite branca cisgênera (Carone e Bento, 2014). A distorção se torna explícita quando Giovana relata que *“em outros momentos a gente ouviu e foi dissipada uma outra versão da história, de que a Camila inventou tudo isso, que na verdade não foi bem assim”* – dialogando, também, com a colonialidade do saber enunciada por Quijano (2005). Sendo assim, questionamos: a quem é possibilitado narrar e localizar as histórias?

Ao emitir repetidamente questionamentos regidos pela fantasia ciscolonial acerca da identificação de gênero da usuária, a profissional reforça a localização da cisgeneridade enquanto modelo universal de humanidade, civilidade e racionalidade. A união entre os profissionais que vivenciaram a situação e a alteração do registro de plantão, distorcendo a violência ocorrida, demonstra o pacto colonial entre as existências normativas (cisgêneras, brancas e elitizadas) em prática.

O movimento de autopreservação dos profissionais enquanto manutenção da dominação e das desigualdades (raciais, de gênero e de classe) dialoga com a colonialidade do poder enunciada por Quijano (2005), na qual o desejo em manter o privilégio é combinado com o sentimento de rejeição e inferiorização daquelas que se distanciam dos ideais

normativos. Nesse contexto, o sentimento de indignação diante das violações ocorrerá somente quando forem destinadas ao grupo de pertença dos profissionais, projetando as transidentidades, a negritude e as classes populares enquanto indesejáveis, na posição de “outridade” e, portanto, alvos do silenciamento e do não reconhecimento das violências racistas, transfóbicas e elitistas (Carone e Bento, 2014; Kilomba, 2021).

Durante as entrevistas, João explicita a indignação seletiva que ocorre ao deparar-se com o distanciamento entre as identificações hegemônicas e as identificações que subvertem os padrões impostos, acarretando na inferiorização das corporalidades-subjetividades ditas dissidentes e na deslegitimação das violações vivenciadas:

Me parece que elas (profissionais) também estão atendendo uma demanda, uma demanda de mercado, muito individual também. Muito provavelmente essas pessoas elas não se enquadram nesse determinado perfil, ok eu não sou um homem negro, um homem trans, não sou homem bissexual, LGBT, então talvez eu não me importe tanto com isso quanto outras pessoas.

A exclusão social – associada à indignação seletiva – denuncia o descompromisso ético-político-afetivo com o sofrimento psicossocial de mulheres trans e travestis negras em situação de rua, alocadas em um lugar fora dos limites em que regem as regras e os valores morais da elite branca cisgênera. Carone e Bento (2014) apontam que na busca pela manutenção do grupo enquanto padrão universal de existência, emerge o sentimento de ameaça por aqueles que subvertem este padrão, visto que “(...) é como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal”, exigindo que se modifique, quando se autopreservar remete diretamente à imutabilidade” (p. 30).

O pacto colonial é destacado quando Giovana relata que “foi o único caderno de plantão escrito que foi assinado por todas as pessoas que estavam presentes, como se fosse um ato de, tipo, todo mundo aqui se junta e garante que aquilo foi uma situação de crise, foi a usuária que quis bater na funcionária”. Evidencia a culpabilização, a criminalização e a patologização de Camila pela violação praticada pelos profissionais. Assim como quando João relata que, por não se identificarem enquanto negros ou pertencentes à população LGBT+s, os profissionais alegam que “talvez eu não me importe tanto com isso quanto outras pessoas”, reiterando a exclusão e o descompromisso social destinado às mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua.

Na atenção psicossocial utilizamos a expressão ‘responsabilizar-se’ pelas pessoas acompanhadas, pretendendo uma rede de relações entre pessoas que se dispõem a escutar e

acolher com pessoas que vivenciam e expressam situações de sofrimento psicossocial intenso (Amarante, 2007). Há um abismo entre a noção de “responsabilidade” e “culpabilidade”. Esse abismo é o que afasta a proposta do cuidado em liberdade e da garantia de direitos sociais das práticas assistencialistas e manicoloniais.

Há um compromisso ético-político-afetivo que permeia a construção de vínculos entre as pessoas que acompanhamos e nós, enquanto profissionais, na qual torna-se fundamental que elas “(...) se sintam realmente ouvidas e cuidadas, que sintam que os profissionais que as estão escutando estão efetivamente voltados para seus problemas, dispostos e compromissados (...)” (Amarante, 2007, p. 84) a realizar o trajeto terapêutico em coletivo.

No entanto, como pensar práticas de vida quando os saberes e fazeres em campo se alinham à produção de morte? Como construir vínculos de cuidado quando as situações de sofrimento têm sido provocadas pelo descompromisso ético-político-afetivo das psicologias em atuação?

Amarante (2007) nos traz que o discurso dos usuários denunciam as tramas, os conflitos e as contradições existentes nas relações sociais. A narrativa das mulheres trans e travestis negras em situação de rua se apresenta enquanto abertura de caminhos: precisamos aprender a escutá-las. Quando Giovana relata que Camila acorda no outro dia, senta em frente à gestão do serviço e narra o que aconteceu, mas, mesmo assim, *“isso se some, isso morre, isso murcha, isso desaparece”* e a gerente, posteriormente, diz *“não, tá tudo bem né, isso já passou”*, nos mostra passos distanciados da prática antimanicomial (David, 2022). Nos mostra que o cuidado em liberdade alinhado à garantia de direitos resiste em uma corda bamba na RAPS. Nos mostra que as escutas, neste espaço, tem produzido silêncios.

Ao mesmo tempo, em diálogo com a *“demanda de mercado”* referida por João, compreendemos as dificuldades na produção de vida enquanto o Estado elenca estratégias que desencadeiam mortes – sejam elas simbólicas e/ou concretas –, que também atravessam os profissionais em atuação. David (2022) aponta os retrocessos que têm invadido o campo da Reforma Psiquiátrica brasileira – no qual a Atenção Psicossocial se localiza – a partir da segunda década dos anos 2000. O autor pontua a inclusão de comunidades terapêuticas na RAPS (Portaria n. 3.088/11) e a privatização do SUS, fazendo com que diversos serviços e equipes de saúde mental fossem submetidos à gestão da iniciativa privada, promovendo a lógica neoliberal produtivista na saúde. Os direitos sociais tornam-se, então, mercadorias. É a partir desse cenário que Giovana aponta:

E aí você tem a meta, de ter que atender não sei quantas pessoas, você tem que não sei o quê, você tem que visitar, você tem que... e aí a gente não dá conta e a gente vai adoecendo cada vez mais porque é... a gente é muita gente, mas algumas pessoas vão adoecendo, porque elas vão se implicando com o resultado assim, o resultado de ter uma meta que me obriga hoje a gente a ter uma quantidade de grupos, a ter uma quantidade de atendimentos semanais, me obriga a ter que ficar pensando quem vai dar conta de vir ou quem eu vou dar conta de conseguir escutar, porque eu tenho que ter uma escuta qualificada, e minha escuta hoje não sei se ela tá tão qualificada com essas demandas que são gigantes assim... então, sei lá... tudo se atravessa no final das contas.

Giovana, em dado momento da entrevista, compartilha um questionamento que também nos inquieta:

(...) eu fico pensando que se a gente mal consegue ter usuárias trans, se a gente mal consegue conversar com essas usuárias, tratando-as pelo pronome necessário, se a gente mal consegue falar sobre a questão de raça, como que a gente vai conseguir cuidar dessas pessoas? Porque como que a gente valida isso?

Percebemos que não se trata de uma experiência individualizada quando localizamos vivências semelhantes no discurso de profissionais entrevistados em outros serviços da RAPS. Gabriela, por exemplo, relata a diferença entre o atendimento ofertado às mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua e o atendimento ofertado à população cisgênera, identificando a ausência de escuta dos profissionais e uma espécie de expulsão das transidentidades dos serviços de atenção psicossocial:

De não ser atendida como o outro, com a mesma cordialidade, com a mesma disponibilidade, sabe? Não dar atenção, não aprofunda em relação ao que... não escuta, é essa a palavra, não escuta, não tem esse espaço, fala “parece que o que a gente tá dizendo não tem importância, mas tem... se eu tô falando que ontem eu tava andando na Paulista e eu fui agredida devido à homofobia¹⁷, e aí?”, eu acho que é isso, assim, mais por esse caminho, a porta de entrada. A porta de entrada é tudo, é só a gente se colocar no lugar... dependendo de onde você vai, do jeito que você é tratado, é acolhido, você não volta nunca mais.

Ana relata sobre a rigidez das corporalidades e das subjetividades em atuação e a dificuldade no diálogo entre os psicólogos, demarcando as territorializações, as linhas duras e

¹⁷ Durante os encontros, identificamos algumas dificuldades dos profissionais em compreender a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Neste caso, ao referir-se à “homofobia”, a psicóloga relatava uma situação de transfobia.

estáticas nos saberes-fazeres que compõem a atenção psicossocial. A profissional aponta os prejuízos que as fantasias ciscoloniais acarretam ao (des)acolher as identificações flutuantes, os gêneros nômades (Sales, 2019), que transgridem a permanência, a binariedade e a pré-discursividade:

(...) muitas dessas pessoas têm posturas e pensamentos muito rígidos, a forma que vão vendo o mundo, que vão vendo as pessoas, e eu acho que dificilmente conseguem acolher essas pontuações. Eu tenho impressão de que as pessoas vão primeiro se defendendo, criando justificativas para suas ações, acho que em alguma medida até dizem de alguma possibilidade de rever, mas que na prática algumas delas acabam repetindo as mesmas ações. Então eu acho que algumas pessoas conseguem repensar, mas há quem de fato está muito enrijecido no pensamento e que me parece que de fato não vai mudar. A pessoa se constituiu assim, a questão é de como vai trazendo as questões pessoais pro trabalho e pra um lugar que deveria ser um lugar de acolhimento.

Ao refazer os passos da psicologia enquanto profissão, notamos a extensa contribuição para os processos de normatização, criminalização e patologização das expressões alocadas à margem das categorias hegemônicas. Historicamente, a psicologia foi conivente ao discurso colonial e convocada por diversos setores sociais para consolidar práticas de correção e coerção de comportamentos e performances consideradas desviantes (Sousa; Amaral; Santos, 2019). É possível identificarmos a influência deste pensamento nos discursos-vivências dos profissionais entrevistados, que denunciam as fantasias ciscoloniais nos serviços de atenção psicossocial.

A fim de consolidar o compromisso ético-político com as identificações que foram subalternizadas, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem estabelecido nos últimos anos legislações e referências técnicas que rompam com a lógica colonial e abram caminhos às práticas emancipatórias, propondo dialogar com os movimentos sociais compostos pela população trans e travesti. Tratam-se de legislações que possibilitam a atuação das psicologias em diálogo com a garantia dos direitos sociais de mulheres trans e travestis, orientadas pela autonomia à expressão fluida de gênero enquanto prática de promoção de saúde integral (Sousa; Amaral; Santos, 2019).

Entre elas, destacamos a Resolução nº 01/2018, na qual o CFP estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às pessoas trans e travestis; a Resolução nº 08/2020, na qual estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero; e as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em

Políticas Públicas para a População LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero), emitida em 2023. Apesar das orientações propostas pelo CFP, localizamos o distanciamento do saber-fazer das psicologias entre as narrativas dos profissionais entrevistados. Rita compartilha:

Eu percebo que elas trazem muitos relatos de violência dentro dos equipamentos, que não respeitam o nome social, ainda é uma violência bem comum dos equipamentos cometerem, principalmente, no primeiro contato já vim com algo tão violentador que é o uso de um nome que a pessoa não se reconhece, ignorar o uso do nome social, isso acontece ainda muito e elas trazem. (...) o uso do nome é uma violência que elas identificam com muita facilidade, então quando elas são chamadas pelo nome que elas não reconhecem elas tendem a responder essa violência, muitas vezes retribuindo com violência também.

O desrespeito ao nome social, compreendido enquanto direito inalienável de autoidentificação, se faz presente no discurso de todos os profissionais entrevistados, sendo uma violação recorrente nos serviços que compuseram o estudo. Apesar de expresso pelo CFP na Resolução nº 01/2018 que “a autodeterminação constitui-se em um processo que garante a autonomia de cada sujeito para determinar sua identidade de gênero” (s/p) e que “as psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero” (s/p), notamos a contradição entre as propostas teóricas e o que de fato é alcançado na prática.

Giovana relata sobre uma adolescente trans negra em situação de rua que, por vezes, permanecia em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), localizado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na qual também identificamos a violação de direito à aut nomeação:

“(...) não chamavam ela por Marina¹⁸, chamavam por Guilherme, o nome morto assim... então “Guilherme, Guilherme, Guilherme”, e ela ficava muito irritada com isso “não, eu sou a Marina, não existe Guilherme”.

Beatriz, por sua vez, compartilha que desde o período em que foi estagiária de Psicologia em um serviço de acolhimento institucional destinado às mulheres trans e travestis

¹⁸ Nome fictício visando a preservação da identidade das usuárias

em situação de rua na região central de São Paulo, identificava as violações pelos pares de profissão:

(...) o psicólogo que tava lá ele era novo e ele tava se sentindo muito perdido naquelas coisas, às vezes ainda soltava alguns termos que não deveriam ser soltos, como a questão do nome social, de não respeitar o nome social em algum momento... e aí ele cita que é porque ele se confundia e tudo mais, e aí tava passando um pouco por esse processo. Mas acho que tem um pouco disso... tem a questão de utilizar termos ofensivos, quanto utilizar “passabilidade”, do tipo não parecer uma mulher: “nossa, mas nem parece”, esse tipo de termo acho que acabou surgindo...

O que seria a “passabilidade” expressa pelo profissional se não o posicionamento em concordância ao discurso colonial da “mulher universal”? A qual imaginário de gênero o psicólogo se refere ao dizer que a atendida “nem parece” ser uma mulher trans? As pontuações do profissional nos faz repensar: quais localizações são destinadas às mulheridades trans e travestis negras em situação de rua? Quais espaços tais corpos podem ocupar? Quais as possibilidades de produção de subjetividade e de constituição enquanto sujeito que as psicologias viabilizam a partir de cosmovisões estereotipadas? O que vem à sua cabeça, enquanto nos lê, quando pensa nas mulheridades trans e travestis negras em situação de rua?

Identificamos, na narrativa de Beatriz, a cosmovisão eurocêntrica proposta por Oyěwùmí (2021), na qual autorizam o olhar generificado e racializado aos corpos na sociedade, determinando a posição de uma pessoa e inferindo à ela crenças externas. O corpo das mulheres trans e travestis negras é, então, alocado como um texto a ser lido pelos profissionais e interpretado por meio da perspectiva colonial. É possível identificar o poder atribuído ao olhar, tornando-se um convite para diferenciar e segregar. Diante dos estereótipos limitantes determinados pela cosmovisão, as psicologias se alinham à produção do cuidado colonial, conforme relata Amanda:

(...) a equipe não consegue diferenciar como eu vou abordar uma adolescente negra, que não é cisgênera, que está em situação de rua... eu não acho que a gente faz... eu vejo que a gente não faz um atendimento adequado, um acolhimento adequado, uma articulação de rede adequada. (...) Falta discussão de caso, falta a gente entender sobre a temática, falta a equipe se empenhar (...). A maioria é homofóbico, transfóbico... acho que falta empatia com a pessoa em situação de rua, com a adolescente em situação de rua... recurso... recurso de habilidade, sabe, falta... acho que falta isso, falta

conhecimento! O que eu faço com uma usuária adolescente que é hostil com a equipe, que tá em sofrimento? Não sei o que fazer, como abordar... acho que falta recurso na abordagem.

Compreendemos, a partir da narrativa da profissional, os prejuízos que a ausência de percepções interseccionais acarretam aos saberes-fazer na atenção psicossocial, visto a dificuldade que a equipe vivencia ao se encontrar diante de corpos-subjetividades que transgridem a lógica universal do poder-saber-ser em que baseiam suas epistemologias eurocêntricas. Resistindo e desviando dos processos de docilização e mortificação de existência, as mulheridades trans e travestis negras em situação de rua se posicionam insubmissas às inúmeras tentativas de discipliná-las, exigindo que os modos de fazer as psicologias se ampliem e se descaravelizem para acompanhá-las.

As posições normativas respaldadas em regimes de verdade reducionistas são insuficientes para produção de práticas psicossociais emancipatórias. Basear o saber-fazer das psicologias na história única da cisgeneridade produz violências existenciais e limita as expressões de vida das mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua (Sales, Lopes e Peres, 2016). Insistir em saberes e fazeres coloniais é intensificar o comprometimento dos direitos sociais das mulheridades acompanhadas, reproduzindo a lógica manicolonial de culpabilização-criminalização-patologização de vivências que não se curvam às identidades fixas. Assim como Giovana, desejamos que:

“(...) em algum momento a gente pudesse ampliar a nossa discussão pra que não fosse “você quer morrer? você não pode morrer”, fosse “por quais motivos aquela pessoa ainda tem vontade de morrer?”, porque falando da Marina, falando da Yasmin, falando da Camila, quantas e quantas vezes elas vieram aqui falando “tia, hoje vai ser meu último dia, não aguento mais, eu não quero estar viva”... então, por que elas ainda querem morrer? Como que a gente investe no empoderamento, como que a gente investe em qualidade de vida, como que a gente investe em garantia de direito pra que essa pessoa ainda consiga responder essa pergunta de uma outra forma? E que a gente possa ter mais semanas da visibilidade, que a gente possa ter discussões sobre gênero e raça sem ser por conta que é novembro e a gente precisa fazer alguma coisa (...). Mas eu queria poder tá viva pra ver uma saúde pública que não se questionasse tanto do “você quer morrer?”, mas sim de como a gente garante vida? Como a gente garante qualidade de vida pra essas pessoas? Como a gente garante que esse indivíduo possa ter saúde? Saúde mental, saúde física, saúde social... como a gente garante que essa pessoa consiga?

Por fim, em diálogo com Haraway (1995), questionamos: com o sangue de quem foram (e ainda são) feitos os olhos das psicologias?

2.2. A história única da branquitude: escurecendo os fatos

A história comumente contada sobre o território em que vivemos hoje, colonialmente denominado Brasil, parte de um mito de origem desde sua rotulação como “descoberta”. A partir de uma perspectiva desistoricizada, a historiografia eurocêntrica evidencia a ferida colonial ainda aberta no território brasileiro, desconsiderando os modos de vida e epistemologias que precedem a invasão e resistem através dos movimentos contracoloniais.

O sequestro, a separação, o aprisionamento e o genocídio dos povos africanos e indígenas neste período são descaracterizados pela narrativa imersa nas colonialidades do poder, do saber e do ser (Mignolo, 2008; Quijano, 1992; Quijano, 2005). As fantasias coloniais da branquitude surgem e são mantidas a partir da cosmovisão eurocêntrica, na qual determinam que os povos africanos e indígenas eram “selvagens” e “sem almas”, enquanto que os brancos eram ditos “civilizados” e “humanizados”. Dessa maneira, o branco é alocado como o ideal a ser alcançado, como única possibilidade de existência aos povos, detendo um lugar de privilégio social e dominação racial no território brasileiro.

A assimilação da branquitude enuncia que africanos e indígenas poderiam se humanizar e se civilizar ao incorporar saberes, culturas e estéticas embranquecidas, renunciando às cosmopercepções ancestrais. O discurso emerge como uma culpabilização das existências negras e indígenas¹⁹, tidas como inferiores em relação ao branco, acarretando na integração como uma espécie de “redenção”. Ao evidenciar o branco como modelo de identificação, enuncia-se a assimilação como a única possibilidade de se tornar gente (Souza, 2021), ou seja, de ter a humanidade reconhecida.

A estrutura racial em que vivemos demonstra ao sujeito negro aquilo que lhe é permitido, proibido ou prescrito expressar, sob a intimidação de deixar de existir enquanto ser psíquico autônomo e o da existência de seu povo, enquanto comunidade histórico cultural. Dessa forma, ser negro no Brasil é ser violentado de maneira constante e cruel por uma dupla imposição: a de assimilar o embranquecimento e a de negar a negritude. A violência racista destrói a construção da identidade negra através da internalização compulsória da subjetividade e da corporalidade branca, construindo projetos identificatórios incompatíveis

¹⁹ Neste estudo, apesar de especificarmos as reflexões para a população negra, consideramos a importância em identificar as desigualdades étnico-raciais as quais os povos indígenas também foram (e ainda são) submetidos no território em que vivemos.

com sua existência para ser integrado à dita civilização e demonstrar racionalidade (Souza, 2021).

Neste contexto, a branquitude²⁰ é construída enquanto história única das identidades raciais, apresentando as corporalidades e subjetividades brancas como narrativa universal de existência. Para nos guiar pela história única da branquitude no território brasileiro, ressaltamos três fantasias coloniais: a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial e o processo de mestiçagem. Visamos refazer o trajeto que escancara as feridas coloniais, demonstrando que não é mera coincidência que a população negra seja maioria em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos – trata-se de um projeto sustentado e articulado pelas narrativas hegemônicas e sua política eugenista.

A ideologia do branqueamento descreve o branco enquanto “dominante” e “superior”, enquanto que ao negro era destinada a posição de “dominado” e “inferior” – dialogando com o que Quijano (2005) propõe, posteriormente, como colonialidade do poder. Assim sendo, a fantasia colonial enuncia a necessidade de embranquecer o território para torná-lo civilizado, considerando as corporalidades e subjetividades negras enquanto impuras, selvagens e desumanizadas. Conforme enuncia Gonzalez (2020) “é por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (p. 89).

A ideologia do branqueamento, no entanto, foi enunciada enquanto uma estratégia construtiva para o território brasileiro e os povos que o habitam, mascarando as violações contra a população negra através da articulação com outras fantasias coloniais. Entre elas encontra-se o mito da democracia racial, por meio do qual a elite branca propaga que negros e brancos convivem harmoniosamente no território brasileiro, desfrutando de condições e oportunidades de existências em tom de igualdade. O discurso manifesta que o Brasil seria uma espécie de paraíso racial, no qual as origens africanas não acarretariam na inferiorização da população negra e as origens europeias não privilegiariam a população branca. A democracia racial não passa, no entanto, de uma realidade ilusória, uma ficção ideológica colonial (Nascimento, 2016), forjando teorias da inexistência do racismo no Brasil e dificultando o acesso aos direitos sociais pela população negra.

A fantasia colonial é reforçada diante do silenciamento, da omissão e do distanciamento da sociedade brasileira dos debates referentes às desigualdades raciais,

²⁰ Utilizaremos o conceito de branquitude segundo Carone e Bento (2014), no qual a compreendem enquanto a representação do branco como padrão universal da humanidade, sendo este pensado no imaginário social como a norma e destituído de racialidade. Remete-se à uma suposta neutralidade, na qual por ser considerado o padrão de existência humana, o branco é socialmente isento de localizar-se racialmente.

beneficiando o lugar de privilégio ocupado por pessoas brancas (Carone e Bento, 2014) e assegurando a marginalização da população negra – a quem destinam práticas de culpabilização, criminalização e patologização. Trata-se de um acordo amparado pelo pacto colonial, no qual as narrativas são embasadas em cosmovisões eurocêntricas, subnotificando os conflitos raciais existentes no território e seus impactos psicossociais.

David (2022) pontua que o Brasil vivencia uma abolição inconclusa, considerando que, apesar da teórica aniquilação da escravidão enquanto regime econômico e político, a população negra permaneceu marginalizada no âmbito social. O autor aponta que a ausência de medidas que visem a equidade racial distancia a compreensão de pessoas negras enquanto sujeitos de direitos, intensificando a relação intrínseca entre raça, racismo e os traumas coloniais. A população negra é mantida enquanto alvo de desumanização e subalternidade, expressas através dos projetos de genocídio²¹ – sejam eles concretos e/ou simbólicos.

Quando as histórias únicas são enunciadas e as psicologias se alinham à lógica colonial, o que objetivamos construir no acompanhamento psicossocial com mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua? Ao basear saberes-fazer através das narrativas ocidentais, quais subjetividades-corporalidades estamos dizendo que são vivíveis? E a quais estamos dizendo que são matáveis?

A historiografia colonial narra como “abolição” a proclamação de liberdade ilusória aos povos que foram colonizados. Falamos em ilusório por identificar que, mesmo diante da dita abolição, não houve a extinção da ideologia colonial, mas sua permanência nas entranhas da sociedade brasileira através de novas roupagens racistas. O mito da democracia racial – pautado pela convivência harmoniosa entre diferentes raças na sociedade brasileira – e a ideologia do branqueamento – pautada pela assimilação forçada da corporalidade e subjetividade branca enquanto existência superior e o genocídio da população negra para alcançar embranquecimento da sociedade – ainda são disseminados como conservação da herança escravocrata.

Enquanto continuidade da ideologia do branqueamento, a mestiçagem emerge como mais uma estratégia das fantasias coloniais. Utilizada pela elite branca para vangloriar-se da dita democracia racial, as políticas de miscigenação tiveram como base o apagamento das diferenças fenotípicas da sociedade brasileira através do incentivo da imigração europeia para

²¹ O genocídio pode ser compreendido, segundo Nascimento (2016) como “o uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo” (p. 16), ou ainda como: “recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas intuições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos (...)” (p. 16).

o território e as violências sexuais contínuas contra mulheres negras, visando o embranquecimento da população. Segundo Munanga (2023), a mestiçagem foi elaborada pelos pensadores racistas brasileiros como uma “(...) fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma nação brasileira presumidamente branca” (p. 55).

Os pensadores racistas estimavam que o povo negro – a partir do embranquecimento corporal-subjetivo da população brasileira e a imposição de condições precárias de existência – deixaria de existir em um futuro próximo. Apesar das pretensões não se concretizarem diante das resistências da comunidade negra, os projetos de genocídio se atualizam, exigindo um constante estado de alerta para evitar cooptações e violações promovidas pela elite branca. Souza (2021) aponta que a espontaneidade é um direito negado aos povos negros, que devem sempre estar em estado de guarda, prontos para se defender e se impor como prevenção ao ataque, à violação e à discriminação.

O movimento pela garantia de direitos sociais da população negra demanda que analisemos dois campos das violências coloniais: o simbólico e o material. O campo simbólico trata-se da narrativa da branquitude enquanto história única de existência, desautorizando a propagação dos saberes-vivências ancestrais e resultando em uma construção alienada da experiência de corporalidades e subjetividades afrodiaspóricas (Tena, 2020).

No campo material, por sua vez, localiza-se o acesso às riquezas socialmente produzidas (Tena, 2020). A população negra foi (e permanece, em sua maioria) sistematicamente alocada às margens da sociedade, sob condições de saúde, habitação, educação, alimentação, lazer, cultura, convívio familiar e comunitário impróprios ou inexistentes. A interação entre o campo simbólico e o campo material – que, neste estudo, compreenderemos enquanto os direitos sociais – demonstra o que Nascimento (2016) nomeia de genocídio do negro brasileiro, no qual os movimentos colonizadores utilizam medidas deliberadas – entre elas, as condições de vida precárias – com o objetivo de extermínio de um grupo racial, político ou cultural.

Tena (2020) aponta a importância de compreendermos o racismo para além das violações situadas no campo do simbólico, ampliando nossas percepções para as vulnerabilidades sociais que assolam a população negra no campo material. Apesar dos recorrentes debates que se referem à desproteção social como uma questão estritamente de classe, identificamos a majoritária presença de pessoas negras em situação de desproteção social e violação de direitos, demonstrando a intensa influência das desigualdades raciais na

manutenção das linhas de marginalidade-privilégio social e da assimilação-negação cultural no território brasileiro.

A construção fragmentada dos saberes e fazeres das psicologias no acompanhamento psicossocial se alinha ao distanciamento e ao silenciamento das violações que se concentram tanto no campo simbólico, quanto no campo material contra a população negra. Ao afastar-se de percepções interseccionais, as psicologias apresentam discursos descontextualizados acerca dos impactos psicossociais que as violações condicionadas à raça, à classe e ao gênero acarretam à população negra que se encontra em situação de rua. Rita, durante as entrevistas, enfatiza a predominância de pessoas pretas em situação de desproteção social ao relatar que:

(...) aquele usuário que nunca sai do fluxo, aquele usuário que todas as movimentações dele são pro uso, que não chega nem a solicitar uma vaga de pernoite num equipamento, que só se alimenta porque a comida chega até lá, que faz o trabalho da troca do sexo por dinheiro ou por substância, daquele usuário que só vive com o cobertor em cima dele, muito provavelmente a gente tá falando de uma pessoa preta. A gente consegue observar isso no território. Quantitativamente não sei te responder se existe alguma pesquisa que vai responder isso de uma forma muito mais eficiente do que eu consigo observar com meus olhos, mas é o que eu percebo.

O projeto de construir um país ausente da população negra persiste com o aprisionamento das existências pretas à margem da sociedade brasileira, comprovando que a desigualdade racial é um dos determinantes que contribui estruturalmente para que pessoas negras sejam maioria nas ruas e nos espaços de privação de liberdade – como presídios, fundação casa, manicômios, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, entre outros. As iniquidades sociais estão atreladas à desigualdade racial, não sendo uma mera coincidência que pessoas negras sejam maioria em situação de rua.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania²² (2023), São Paulo concentra a maior população em situação de rua do Brasil (95.195 pessoas, totalizando 40% da população em situação de rua no país), sendo que a maior parte está centralizada na capital do Estado (53.853 pessoas). A partir do diagnóstico realizado, o estudo aponta que as pessoas

²² Os dados foram coletados a partir dos sistemas da Assistência Social (Cadastro Único, Registro Mensal de Atendimentos – RMA e Censo SUAS) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB). No entanto, apontam a limitação de fontes e informações sobre a população que se encontra em situação de rua, visto que os sistemas utilizados “(...) não incluem a parte mais marginalizada da população em situação de rua, ou seja, aquela que não se beneficia de qualquer prestação assistencial do Estado, ou, ainda, aquela que sequer tem documento de identificação” (Brasil, 2023, p. 13). Assim sendo, “(...) não existe um mapeamento oficial da população em situação de rua no país, requisito essencial para o desenvolvimento de políticas públicas” (Brasil, 2023, p. 13).

em situação de rua se autodeclaram majoritariamente negras (68% de pessoas) – sendo pretas (17% de pessoas) e pardas (51% de pessoas) –, corroborando quantitativamente com o discurso apresentado por Rita.

Ana demonstra que a herança escravocrata ressoa no silenciamento e no distanciamento das psicologias em atuação no que concerne aos debates que envolvam as relações étnico-raciais, tornando emergente a retomada de nossas histórias para além da narrativa ocidental:

(...) quando a gente vai falar sobre as questões raciais vai entrando muito em um lugar de que a gente tá tentando justificar uma coisa pela outra, ou até um pouco de alguns discursos que a gente ouve de que o cuidado precisa estar para além da raça. Mas acho que tem uma dificuldade de algumas pessoas de olhar para aquilo que a gente chama de racismo estrutural, de olhar pras violências raciais que acontecem para além de um discurso, de uma injúria racial, pra olhar pra uma história que se tem nesse país de muita violência, de muita agressão aos corpos negros. E que aí vira e mexe a gente precisa ir retomando do lugar em que a gente tá inserido pra conseguir avançar um pouco nas discussões, poder olhar pra isso como mais um fator de sofrimento e como nesse serviço a gente possa pensar ou garantir um espaço que seja antirracista, que possa acolher as dores das crianças e dos adolescentes que a gente atende aqui.

Nos questionamos o que almejam as psicologias ao enrijecer as escutas sob o discurso para “além da raça”? Quais são os efeitos psicossociais que a desconsideração do sofrimento racial acarreta na construção das subjetividades e corporalidades de mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua?

A transmissão da ferida colonial é um debate no qual a sociedade brasileira se mantém omissa, distanciada e silenciada, considerando que há benefícios concretos e simbólicos para as pessoas brancas em se afastar de menções ao seu lugar de privilégio. Quando as psicologias se alinham às narrativas hegemônicas, reforçam o apagamento das subjetividades e corporalidades que contestam a ordem normativa e cujas existências precedem a colonização. Demarcam o que Clarke (2021) aponta como parte do processo de captura e aprisionamento da população negra: tirar a história de um povo é uma forma de escravizá-los.

Podemos observar o que Gonzalez e Hasenbalg (2022) nomeiam de “racismo à brasileira”, no qual a narrativa colonial aborda as desigualdades raciais como um fenômeno transitório e pontual e que, devido à sua temporalidade, pode ser silenciado e reduzido a um fenômeno de classe. Há uma negação de compreender a interseccionalidade entre raça e

classe, reprimindo a discriminação racial e seus impactos psicossociais ao abordá-los como parte de um passado escravista distante. Tal perspectiva dialoga com Ana quando relata que há uma dificuldade dos profissionais de psicologia em retomar o legado de violência aos povos negros no Brasil, desconsiderando o sofrimento desencadeado pela exclusão e inferiorização do olhar e do discurso racista.

A profissional aponta que as violências permeiam também a relação entre os profissionais, compartilhando a deslegitimação e a desautorização de uma mulher negra que apresenta uma postura de enfrentamento ao racismo disseminado entre a equipe. A narrativa nos leva a questionar quais são as possibilidades de construção, como Ana nomeia, de pensar e garantir um “*espaço que seja antirracista*” e que possa “*acolher as dores das crianças e adolescentes*” negras que são atendidas pelo serviço de atenção psicossocial e pelas psicologias atuantes? A profissional compartilha que:

(...) quando eu falo da questão racial, tem um racismo recreativo que vai aparecendo em muitos momentos e acho que tem algo de fato mais marcado na instituição, que acho que a instituição tem uma dificuldade de falar, que é quando uma profissional faz uma fala muito racista, dizendo que naquele dia ela tinha corrido muito, tinha suado e que ela tava cheirando a nego, fedendo a nego. E que aí também foi algo que eu acho que a instituição não conseguiu cuidar e que eu acho que fica meio pairando no ar, como algo que não foi resolvido, que não foi conversado, que não foi muito dito. Teve um movimento de alguma forma questionar se isso foi dito ou não, questionar a pessoa que escutou isso, uma mulher negra, e uma tentativa que um pouco de abafar essa fala. Para além dessa fala tiveram algumas outras, mas acho que se destaca, essa é uma das que se destaca acho que um pouco por a questão não ter sido resolvida e de alguma forma permear o serviço.

O pacto colonial entre os profissionais reforça o silenciamento e a omissão diante da denúncia de situações de racismo também entre os trabalhadores, pairando um “não dito” comum do racismo à brasileira que reverbera na construção do acompanhamento psicossocial de mulheres e meninas trans e travestis negras em situação de rua na região central de São Paulo.

Consideramos, assim como Stona e Carrion (2021), que os nossos saberes-fazer são posicionados a partir de nossas histórias de vida, dos marcadores sociais que nos atravessam e das epistemologias que convocamos para produzir nossas narrativas. Dessa forma, as psicologias podem, a partir das suas localizações, performar rupturas ou reiterações da culpabilização, da criminalização e/ou da patologização das negritudes, das transidentidades e

das classes populares, a depender do modo como se relacionam com as normatividades (branquitude, cisnormatividade e elitismo) e o impacto das universalidades em seus saberes e fazeres.

Aos profissionais negros, como Ana, que realizam o acolhimento das violências raciais enunciadas pelas pessoas negras acompanhadas e demarcam o compromisso com as formas de sobrevivência, emancipação e resistência, destina-se um cuidado interativo: “cuidar da ferida do cliente é a possibilidade de cuidar de seu próprio machucado” (Mota, 2019, p. 16).

Giovana, por sua vez, refere o incômodo em alocar as demandas no dito “racismo estrutural”, considerando o descompromisso ético-político das psicologias em atuação ao invalidar a gravidade das violências vivenciadas utilizando o termo de maneira esvaziada. A profissional dialoga, também, com a “recreação” das violações descritas por Ana, enfatizando o tom jocoso no discurso de profissionais que reforçam as desigualdades raciais em seus fazeres, relatando:

E aí essa coisa que é estrutural, e aí a gente vai jogando tudo nisso assim sabe “ah, joga no racismo estrutural”... que a pessoa continua... ela some um pouco da cena, você chamou pra conversar, ela some um pouco da cena... dá uma, duas semanas, ela volta pra cena, vai fazer uma outra piada, vai fazer um outro comentário e se morre um tanto o assunto. No final das contas, sempre se reproduz, parece que nunca elabora... é recordar e repetir, recordar e repetir... nunca elaborar. Porque acho que quando elabora, é quando a gente tenta fazer minimamente uma discussão, é quando a gente tenta minimamente qualificar o que aconteceu...

A ausência de intervenções que visem a resolução e responsabilização das violências raciais produzidas pelos profissionais – sustentados pelo Estado e pela sociedade brasileira –, permite a perpetuação do pacto colonial e a intensificação do sofrimento psicossocial vivenciado pelas mulheres trans e travestis negras em situação de rua que são acompanhadas pelos serviços de atenção psicossocial na região central de São Paulo. Giovana apresenta, também, o sentimento de impotência e frustração que assola os profissionais e os usuários que se contrapõem às violações:

o usuário fica sem resposta, fica num não dito, ou seja, ele fez uma denúncia que não valeu de nada. Por que? Porque não vai voltar pra ele, não vai ser, não vai rolar uma conversa de “ó, você teve um ato racista, vamo lá reparar isso”, pedir desculpa... o mínimo, pedir desculpa. E aí você percebe que não... pro usuário pode rolar essa

sensação de que não adianta de nada, não adianta de nada eu sentir, não adianta de nada eu falar; vai ser sempre a mesma coisa...

Novamente nos questionamos: nossas escutas têm estimulado vozes ou silêncios daqueles que acompanhamos? As histórias e suas narrativas têm sido utilizadas como instrumentos de liberdade ou de opressão?

Identificamos que as demandas que são comumente nomeadas como baixa autoestima, complexo de inferioridade ou a baixa adesão às propostas de acompanhamento psicossocial por pessoas negras devem ser revistas e compreendidas através do sofrimento psicossocial produzido pelo racismo. Ao dialogarmos com os profissionais de psicologia acerca dos prejuízos que as discriminações raciais acarretam ao acompanhamento proposto, João apresenta o seguinte relato:

A gente, e aí quando eu digo “a gente” me colocando também como um homem negro (...). A gente não é educado, a gente não é ensinado a refletir e a se enxergar como um ser de potência, na verdade a gente chega chutando porta, então é sempre mais difícil pra gente entrar em determinado espaço, é sempre mais difícil pra gente conseguir se ver como uma pessoa bonita, como uma pessoa atraente, como uma pessoa de determinado potencial, que tem as suas potencialidades assim, né. Então eu acho que desde cedo, desde criança, determinadas coisas da nossa cultura, é sempre a boneca branca loira e outras coisas do tipo, eu acho que essas coisas vão minando a nossa autoestima, e a gente cresce acreditando que a gente só pode chegar até determinado patamar, então a gente tem que cumprir ordem, temos que crescer, sermos bons, não questionarmos, então eu acho que vai minando muito a autoestima.

Souza (2021) destaca a importância de vivenciarmos nossos corpos negros como territórios de vida e de prazer, a fim de possibilitar a construção de enunciados sobre nossas subjetividades e identidades para além das dores e desprazeres colonialmente impostos. A autora afirma que o futuro identificatório depende, também, da possibilidade do sujeito em inocentar o corpo, visto que: “um corpo que não consegue ser absolvido do sofrimento que inflige ao sujeito torna-se um corpo perseguido, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor” (p. 30).

O profissional apresenta os prejuízos causados pela assimilação compulsória do embranquecimento como história única de existência, reiterando a indissociabilidade da subjetividade e a relação estabelecida com a corporalidade. A partir da interação descrita,

João pontua a experiência baseada na dor e no desprazer que a branquitude impõe ao corpo e a subjetividade negra pensar e sentir.

O sofrimento produzido a partir da colonização e de seus impactos é descrito por Ani (1994) através do “Holocausto Africano”, o qual a autora conceitua através do termo *Maafa*. O termo tem origem em Kiswahili, cujo significado de *Maafa* é “grande desastre”. Refere-se ao grande sofrimento causado aos povos africanos e seus descendentes pela colonização e escravização, visto o processo genocida que ocorre de maneira sistemática e contínua aos povos afrodiáspóricos.

Ani (1994) relata que o grande desastre desencadeou o aprisionamento dos povos negros à superioridade racial branca, como enuncia a história única da branquitude. A partir do relato de João, destacamos a dimensão estética e o domínio da visão na construção da identidade negra, por meio da qual a imagem da branquitude é capturada e assimilada como referência da superioridade racial, impedindo a vivência da negritude enquanto potência de vida e prazer.

A fim de traçar linhas de fuga da história única e enfatizar as potencialidades do corpo-subjetividade negro, apresentamos o conceito “*Asili*” proposto por Ani (1994). A autora pontua que *Asili* é uma palavra em Kiswahili que pode significar começo, origem, princípio fundamental, fonte, essência, semente e germinação.

O conceito apresentado por Ani (1994) refere-se às cosmopercepções que constituem os propósitos de um povo. A *Asili* carrega consigo os caminhos para o desenvolvimento cultural da comunidade, como um princípio explicativo, uma ferramenta conceitual: é o que dá sentido aos movimentos. A *Asili* apresenta um foco ideológico, nos permitindo compreender o comportamento, o pensamento e as produções de um povo através da origem, da essência, da semente que germinou sua cultura, seus modos de vida.

Ani (1994) aponta que mesmo quando os descendentes de uma cultura são dispersos em outros territórios – seja pela movimentação do próprio povo, seja pela imposição ou pelo sequestro coordenado por outros povos –, eles estão conectados através de uma *Asili* comum. Ani (1994) enuncia que constituem uma diáspora, manifestando a continuidade da vida e potencialidade de seu povo – como proposto pelas percepções afrodiáspóricas no território brasileiro. A prosa filosófica e poética de Nego Bispo dialoga com a percepção de *Asili* de Marimba Ani ao poetizar:

“Fogo!... Queimaram Palmares, / Nasceu Canudos. / Fogo!... Queimaram Canudos, / Nasceu Caldeirões. / Fogo!... Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher. / Fogo!... Queimaram Pau de Colher... / E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades / que os vão cansar se continuarem queimando / Porque mesmo que

queimem a escrita, / Não queimarão a oralidade / Mesmo que queimem os símbolos,
/ Não queimarão os significados. / Mesmo que queimem o nosso povo, / Não
queimarão a ancestralidade”. (2015, p. 46)

O conceito de Marimba Ani também analisa o *Asili* europeu. Segundo a autora, a cultura do europeu é estruturada através da dominação, visando exercer sua soberania em relação a outras comunidades. A relação dos europeus com os povos africanos e indígenas no território brasileiro é marcada pela invasão, o sequestro, a separação das comunidades, o aprisionamento dos sujeitos, o genocídio e a assimilação compulsória às narrativas hegemônicas, demonstrando o aspecto central do *Asili* europeu: o poder como forma de controle e exploração de outros povos.

Compreendemos que a cultura em que o sujeito se encontra enfatiza algumas de suas potencialidades e suprime outras, atuando seletivamente ao favorecer aqueles que apresentam maior adaptação às potencialidades valorizadas naquela cultura e discriminando aqueles com tendências ditas “anormais”, “estranhas” e/ou “inadequadas” (Ani, 1994). O *Asili* europeu atua de modo a privilegiar a branquitude e a subalternizar as negritudes, podendo essa relação ser observada no relato de Ana:

Acho que tem o prejuízo com a relação com a própria identidade, a se identificar enquanto uma pessoa preta, como uma pessoa negra, tem uma dificuldade que eu vou observando na construção da relação com pessoas da mesma cor, então vou percebendo que crianças e adolescentes, mas mais as crianças, pretas tem muita dificuldade na construção de uma relação positiva com um terapeuta negro, então acho que tem uma coisa talvez de defesa, de olhar alguém que é parecido com você e querer um pouco se afastar daquilo, porque aquilo é dito pra essas crianças, pra esses adolescentes, que não é bonito, que não é belo, que não tem potência, que não tá num lugar de destaque, não tá num lugar positivo, então acho que tem essas dificuldades, pra além de uma dificuldade de às vezes reconhecer que as relações raciais são permeadas por violências e reconhecer as violências em que está inserido, que sofreu e que sofre, nos contextos e nos ambientes que essas crianças e esses adolescentes circulam. Então tem uma dificuldade importante com relação a constituição de uma identidade positiva e de um olhar sobre si, sobre o outro, que seja acolhedor, afetivo, possível de desenvolver potências, de sonhar, de se ver em espaços e lugares que parecem impossíveis pra população trans, pra população preta. Acho que o racismo e a transfobia vão entrando muito nesse lugar, acho que pra além de um lugar de vulnerabilidade assim, de serem corpos muito marginalizados, possíveis de serem violados e violentados, e aí esses adolescentes e essas crianças vão ficando num lugar muito ruim do que é a sua adolescência, do que é ser criança, o poder correr, poder brincar, de poder circular

pelos territórios, acho que vai trazendo sofrimento também nessa medida, então pra além do sofrimento psíquico, acho que tem esse sofrimento de não poder quase existir, é um corpo que não pode muito existir, se você existir tem que ser muito comportado, muito contido, muito encoberto, não exposto.

Quando Ana relata que *“tem esse sofrimento de não poder quase existir, é um corpo que não pode muito existir, se você existir tem que ser muito comportado, muito contido, muito encoberto, não exposto”*, podemos identificar a aniquilação das subjetividades e corporalidades negras em *Maafa*, impondo-lhes condições rígidas de existências contidas, encobertas e comportadas; ou seja, enfatizando que as potencialidades das negritudes são desvalorizadas na visão eurocêntrica, produzindo um território incompatível com o fortalecimento de identidades afrodiaspóricas. O sofrimento ocasionado pelos resquícios do grande desastre apresenta impactos psicossociais intensos à população negra, a qual o *Asili* europeu impede o exercício do direito fundamental à vida, à liberdade e à igualdade.

Ao enunciar *“a constituição de uma identidade positiva e de um olhar sobre si, sobre o outro, que seja acolhedor, afetivo, possível de desenvolver potências, de sonhar, de se ver em espaços e lugares que parecem impossíveis pra população trans, pra população preta”*, Ana nos abre um dos caminhos, também apontados por Souza (2021), de recuperação de vida e de prazer nas negritudes, nas transidentidades e nas classes populares: a vivência do corpo-subjetividade enquanto um território de potências. Esse caminho, também compreendido como uma possibilidade de retomada do *Asili* ancestral, demanda que elaboremos referenciais compatíveis com nossas próprias existências para trilhá-lo; que o *Asili* seja ressignificado a partir da valorização da população negra na cultura, nos saberes e nos fazeres, evidenciando-a como potência de vida.

Ao questionar e problematizar as histórias únicas, propomos que não existe uma ordem discursiva universal, como rege a cisnormatividade, a branquitude e o elitismo; mas uma miríade de vozes que expressam multidões de corporalidades, de múltiplas linguagens, subjetividades e significações presentes no *Asili* de cada povo.

Eu sei que eu sou é gostosa, dizia ela em alto e bom tom pra anunciar sua chegada nos espaços. Raras foram as vezes que nos sentamos na sala-contêiner de atendimento. Mas muitas foram as ocasiões em que me sentei com você na praça e que andamos nas redondezas da estação para conversar. Tinha uma inocência de menina que se preservou mesmo diante dos abandonos e da vida nas ruas desde a pequena infância. Nesse dia, no entanto, foi um corre-corre na pracinha. Um dos meninos te segurando pelo braço, outro pelas pernas. A enfermeira, que se recusava a levar a cadeira de rodas até a praça, nos esperava do portão pra dentro. A médica te chacoalhava sem cuidado, gritando pra que acordasse logo. Desconheço os protocolos que a medicina, em sua maioria, utiliza pra atender à população de rua e diz que é cuidado. Toda situação também é analisada pela narrativa do fingimento antes que alguma ação seja providenciada para o atendimento. Depois de constatado que não havia manipulação, entoou “usou direitinho né?”, abrindo seus olhos e jogando a luz pra ver as pupilas que se reviravam. Injeta um remédio daqui. Faz uma massagem no peito dali. Seu chinelo cai de um lado e a bolsa do outro. Ajunto pra quando você voltar. Os chacoalhões e as vozes elevadas permanecem. Mas o zum-zum-zum na minha cabeça se silenciava com o pensamento recorrente “que a Vivi esteja viva. que a Vivi esteja viva. que a Vivi esteja viva”. O tempo passa numa rapidez vagarosa, se é que é possível. Seguro suas mãos. As pontas dos dedos queimadas e amareladas se misturam com o esmalte verde brilhante nas unhas. Um misto de alívio com preocupação invade minha mente quando ouço sua voz. Marcelinha é minha mãezinha. Cuida de mim. Dizia pras enfermeiras. Cê ficou aqui comigo, foi? Seguida de uma risada molenga, com os olhos que mal se abriam, mas fazia dos meus brotarem água. Seu PTS foi nomeado de “Projeto Vivi Gostosa”, fazendo jus ao seu bordão preferido. Lá você traçava desde planos para a retomada dos estudos e a inserção no mundo do trabalho formal, como também o acesso ao dentista pra recuperar os dentes perdidos na adolescência e o cuidado com o corpo marcado pelo frio, pelo sol, pela fome, pelas drogas e por outras violências nas ruas. Conseguimos dar alguns passos do caminho traçado antes de você sumir pelas esquinas do grande centro. Meses depois, recebi uma ligação de um serviço de acolhimento no extremo sul da cidade. Ela pediu pra ligar, avisar para vocês que está bem e que está em acompanhamento aqui com a gente. Não volta por hora, o centro tem muitas armadilhas. Desejei que estivesse bem. Desligamos a ligação. A Vivi estava viva.

À MARGEM DO ARCO-ÍRIS: TRAVESTILIDADES E TRANSGENERIDADES NEGRAS ENTRE BECOS, VIELAS E MALOCAS

A vivência de pessoas que foram submetidas à situação de rua – desde o período da dita abolição até os dias atuais – pode ser compreendida enquanto um manifesto das desigualdades raciais e sociais no território brasileiro. A cidade de São Paulo, conforme os dados apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023), concentra a maior população de rua do país, escancarando as iniquidades que afetam a população do município.

Com o início do estudo durante o período pandêmico, nos deparamos com a intensificação das desigualdades raciais e sociais na cidade de São Paulo, visto que grande parte da população passou a vivenciar situações de desproteção social em decorrência da vulnerabilidade socioeconômica – desemprego, aumento dos aluguéis, despejos por falta de pagamento (Berth, 2023) –, sendo identificado um aumento significativo de pessoas em situação de rua na grande cidade.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de São Paulo através do Censo de 2021, a região central do município abrange a maior parte das pessoas que se encontram em situação de rua. Identificam a presença majoritária de pessoas negras (pretas e pardas) nas ruas, em consonância com os dados coletados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em âmbito federal. Também foram mapeadas as identificações de gênero da população, apresentando dados referentes às pessoas transgêneras e travestis que se encontram em situação de rua – informações, anteriormente, subnotificadas pelos órgãos oficiais.

Todavia, as pesquisas apontam a limitação do levantamento em decorrência das fontes utilizadas, considerando que os mapeamentos são embasados em sistemas da Assistência Social e da Saúde para realizar a coleta de dados e estes não incluem as pessoas que não se beneficiam dos serviços socioassistenciais e de saúde do Estado e/ou que não se encontrem domiciliadas (Brasil, 2023; Natalino, 2023).

Ao direcionarmos a atenção para a população em situação de rua, identificamos que não se encaixam nos critérios estabelecidos para que suas existências sejam consideradas nos mapeamentos, visto que grande parte não é beneficiária dos serviços socioassistenciais, dos serviços de saúde e, também, não se enquadram nas normas habitacionais. As existências nas ruas se tornam, novamente, invisibilizadas.

O território brasileiro não conta, portanto, com dados oficiais referentes à população que se encontra em situação de rua, apesar de sua previsão pela Política Nacional para a

População em Situação de Rua (PNPSR), acarretando em prejuízos ao fomento de políticas públicas destinadas à população que nas ruas se encontra (Natalino, 2023) e a compreensão de suas pluralidades – enfatizando, neste estudo, aquelas que concernem à raça, gênero e classe.

Diante da ausência de dados oficiais que identifique os perfis e as condições de existência das pessoas em situação de rua no país, destaca-se a subnotificação das vulnerabilidades enfrentadas, das causas frequentes que têm desencadeado a situação de rua, das estratégias elaboradas para o afastamento da situação de desproteção social, entre outras informações que poderiam ser construtivas para o fomento de políticas públicas (programas de prevenção, proteção e promoção dos direitos sociais), a fim de evitar a intensificação das violações vivenciadas (Brasil, 2023).

Compreendemos que as pessoas que se encontram em situação de rua estão submetidas a violações de direitos e situações de risco – seja pelo comprometimento de seus direitos sociais em diferentes âmbitos da sociedade, seja pela desproteção social à qual o Estado a submete. Utilizamos, neste estudo, a definição de direitos sociais conforme promulgado pela Constituição Federal (Brasil, 1988): “(...) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (s/p).

O histórico das relações estatais e sociais com a população em situação de rua no território brasileiro é marcado pela invisibilização das demandas vivenciadas e pela repressão das pessoas que nas ruas se encontram, sendo estas alvos de projetos de aniquilação, exclusão, encarceramento e/ou patologização. As psicologias – alinhadas às histórias únicas de raça, gênero e classe – validaram durante anos práticas de docilização e mortificação dos corpos-subjetividades da população em situação de rua, reforçando saberes-fazer que mantinham existências dissidentes aprisionadas no armário da colonialidade.

Ao revisitarmos a historiografia brasileira, identificamos o processo de institucionalização das diferenças, nas quais corporalidades e subjetividades que não se alinhavam às normas coloniais de existência eram submetidas às políticas de controle e correção – processo no qual as psicologias também atuaram como reforço às práticas coloniais. David (2022) evidencia a patologização sistemática de pessoas negras, pobres, mulheres e LGBTQIA+ durante este período, trazendo o conceito de “manicolonialidade” para denunciar o atrelamento do controle manicomial às existências subalternizadas.

Há um longo caminho no qual as negritudes, as transgeneridades e as travestilidades em situação de rua no território brasileiro foram aprisionadas à lógica eugenista e

manicolonial, não sendo mera coincidência quando esses aparatos são reproduzidos atualmente: trata-se de uma herança colonial silenciada, distorcida e omitida que se mantém nas entranhas das narrativas universais de raça, gênero e classe até os dias de hoje.

A retomada da historiografia nos permite visualizar os projetos de aniquilação e exclusão que constituem a herança colonial em diversos âmbitos sociais e estatais. No campo jurídico, destacamos a Lei nº 601 de 1850 e o Decreto-Lei nº 3.688 de 1941. Ambos demonstram a construção sistemática de políticas que subalternizam a população negra e seus descendentes, fomentando condições que mantivessem a situação de desproteção social de geração à geração.

A Lei nº 601 de 1850 – também conhecida como Lei de Terras –, passou a determinar critérios para a posse de territórios, compreendendo a terra enquanto uma mercadoria e estabelecendo normas elitizadas, racializadas e generificadas para a garantia do direito ao território. Ao elencar altas taxas para regularização da posse, delimitou a população que teria recursos para tornar-se proprietária de terras: a elite branca. As terras passaram a ser heranças geracionais dessa população, enquanto que aqueles que não possuíam recursos para custear a relação de posse – como a população negra e indígena, cujos modos de vida também não se adequam à relação de posse com a terra – permaneceram às margens da sociedade. Dessa forma, a Lei de Terras impossibilitou que a população negra tivesse acesso à habitação, negando o direito ao território e perpetuando a inacessibilidade até os dias presentes.

O Decreto-Lei nº 3.688 de 1941 criminalizava, por sua vez, o que nomeiam de “vadiagem” e a mendicância. Determinava a ociosidade e a mendicidade como contravenções penais, considerando que aqueles que não apresentassem uma renda que assegurasse os meios de subsistência, praticassem a mendicância e/ou o exercício de ocupações ilícitas, seriam penalizados e criminalizados. No entanto, quando retomamos a historiografia brasileira, identificamos a exclusão e a marginalização da população negra em relação ao direito ao território, à participação do mundo do trabalho e possibilidades de geração de renda, sendo exposta à condições de vida precarizadas – acarretando, em diversos casos, na situação de rua e na mendicância. Dessa forma, o decreto-lei delimita a população à qual se refere em um território cuja exclusão e aniquilação da população negra, pobre e periférica é sistematizada e mantida durante séculos.

A população de rua, majoritariamente composta por pessoas negras, é culpabilizada e criminalizada pela situação de desproteção social a qual é submetida. Nossa história demonstra a manutenção estatal e social da ferida colonial, afastando os corpos e subjetividades contrahegemônicos da possibilidade de identificação enquanto sujeitos de

direitos. As tramas coloniais ganham raça, gênero e classe, desmascarando a suposta neutralidade do planejamento territorial e das políticas públicas, assim como da pretensa objetividade jurídica (Berth, 2023).

Nos encontros com os profissionais da RAPS, foram identificados impedimentos instituídos pelo Estado, pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS) – que, atualmente, gerenciam o funcionamento dos serviços públicos de saúde na região central de São Paulo – e pela sociedade para o acesso de mulheres e meninas trans e travestis negras em situação de rua às políticas públicas na região central da cidade, sendo os obstáculos tanto subjetivos (a partir da reprodução de narrativas universais de existências), quanto concretos (com o impedimento da mobilidade social).

Tais situações, conforme observaremos nos relatos a seguir, produzem a expulsão das corporalidades e subjetividades dissidentes em ambientes que deveriam ofertar acolhimento e atenção ao sofrimento psicossocial denunciado pela população e produzido pelas iniquidades sociais, delimitando a possibilidade de acesso e movimentação pelos territórios.

Acho que tem um incômodo com um serviço de saúde mental inserido nesse território, então tem um incômodo em estar aqui. Acho que tem situações que começam no serviço x²³ e que vão extrapolando os muros do serviço x e a gente vai percebendo a vizinhança muito incomodada, algumas reclamações, algumas denúncias nesse sentido, algumas abordagens policiais pros adolescentes, algumas abordagens pros profissionais, principalmente profissionais negros, que vão questionando o que que a gente tá fazendo aqui, mas você é de onde, como se a possibilidade de ir e vir fosse impedida ou um pouco mais dificultada nesse lugar. (Ana)*

O discurso de Ana traz raça à segregação territorial, demonstrando como a cidade de São Paulo se estrutura a partir de arquiteturas racistas. Parafraseando Elisa Lucinda, consideramos que a territorialidade é racializada e que, se é possível localizar onde encontramos pessoas negras e onde encontramos pessoas brancas no território brasileiro, há segregação racial. A exclusão demarca o olhar estereotipado em relação às corporalidades negras, sustentando cosmovisões que autorizam e negam a existência de determinadas populações em determinados espaços.

Berth (2023) aponta que a violência policial permanece constrangendo pessoas negras, as considerando como suspeitas e as rotulando como a cor que reflete a ameaça; a

²³ As nomenclaturas dos equipamentos foram substituídas a fim de preservar a identidade dos profissionais participantes. Os nomes dos espaços foram substituídos pelo símbolo de “*” no decorrer do estudo.

autora pontua, ainda, que o julgamento “(...) parte de uma definição tendenciosa e racista, que historicamente considera *suspeita* ou *ameaçadora* a aparência de pessoas negras” (p. 20), acarretando em sofrimento psicossocial intenso àqueles que são submetidos às violências raciais constantes. Ana continua:

Esse serviço x na região central ele não está localizado de fato numa região central. Anteriormente o serviço x* era de fato na região central, um local mais de fácil acesso acho que pra toda a população, muito próximo à estações de metrô, próximo ao território importante que o serviço x* atende que é o território da Sé e que os usuários conseguiam chegar muito facilmente andando no serviço x*. Hoje a gente tá num território que é mais zona sul do que central, um território que não acolhe esses usuários, um lugar que no começo, quando o serviço x* muda do território central para o local que está agora, foi muito hostilizado pela vizinhança, pelo entorno de onde ele está estabelecido hoje. Então, acho que isso dificulta muito que os usuários cheguem aqui. Então tem uma localização física um pouco mais distanciada, então é difícil vir a pé, você precisa pegar o ônibus pra chegar aqui mais facilmente, e tem esse território que já foi um território muito hostil inclusive com trabalhadores, não só com os adolescentes, não só com as crianças, mas também com os trabalhadores.*

Nos questionamos a quem interessa a inacessibilidade dos serviços de atenção psicossocial? Estando em territórios expulsivos tanto com a população, quanto com os profissionais que atuam nos serviços – especificamente aos usuários e profissionais negros –, a quem o acompanhamento psicossocial se destina? E, por fim, para quais corpos é permitida a mobilidade social? Giovana, uma das psicólogas entrevistadas, compartilha inquietações semelhantes às de Ana:

(...) todas as vezes que eu penso que nossa casa²⁴ é no bairro elitizado de São Paulo²⁵ e não é na Sé, eu já imagino que tem um jogo político pra quem acessa. Hoje mesmo pela manhã a gente atendeu o telefone de uma mãe falando “olha, eu não vou conseguir levar meu filho porque eu não tenho dinheiro”, e não é pouco usuário que faz isso... então como que eu consigo garantir que eu tenho 600 prontuários abertos e que os 600 consigam acessar o nosso serviço? Não consegue... não dá pra você pedir carona e vir

²⁴ A casa a qual a profissional se refere é o espaço no qual funciona o serviço de atenção psicossocial no qual atua. A nomenclatura “casa” surge considerando estruturas que remetem a ambientes de acolhimento, cuidado e segurança, sendo esta uma estratégia para romper com as arquiteturas manicomiais e hospitalocêntricas historicamente destinadas aos equipamentos de saúde mental.

²⁵ Realizamos a preservação do bairro, a fim de evitar a exposição da identidade dos profissionais participantes. Os bairros foram substituídos pelo símbolo de “*” no decorrer do estudo e demarcados como “bairro elitizado de São Paulo”, a fim de localizar a população predominante que ocupa o território.

pra cá, às vezes no lugar em que você tá... é um território muito grande. Às vezes você tá na Barra Funda e pra você vir pra cá, às vezes você não consegue num transporte público só. Então você vai ter que pedir carona e... tem até uma coisa que a gente tava pensando esses dias, às vezes o tempo pra você se deslocar e chegar aqui é tão maior que o tempo de atendimento que a pessoa até desiste, se vem, vem porque “meu tô precisando muito”.

Segundo Berth (2023), os conflitos históricos moldaram as cidades e conversam conosco a todo instante, enfatizando o movimento de retroalimentar as violências coloniais que são constantemente reproduzidas. A mudança dos serviços de atenção psicossocial que se localizavam no centro da cidade para bairros elitizados e a inacessibilidade da população em situação de desproteção em decorrência do comprometimento da mobilidade social (seja ela pela vulnerabilidade socioeconômica que não permite o acesso ao transporte dito público, seja pela exclusão, pela marca de não-pertencimento) demonstram a revitimização produzida pelo Estado e seus atores.

Quais os interesses omitidos com a mudança da localização dos serviços de atenção psicossocial? A quem interessa a inacessibilidade, a segregação e a exclusão das pessoas em situação de rua e usuárias dos serviços de saúde mental? A quem serve o isolamento da população em determinados territórios, reforçando a limitação de sua mobilidade social? Beatriz, em diálogo com Ana e Giovana, também compartilha as inquietações:

(...) tem a questão também da localização desse serviço né... bairro elitizado de São Paulo, totalmente... o bairro em si é meio excludente dessas pessoas... é meio não, é excludente dessas pessoas! Então, tanto pelo... não só pela distância em quilômetros, mas pelo bairro mesmo em si... se você vai ser abordado pela polícia ou não, como as pessoas te vêem nesse espaço... então acho que também tem um pouco do porque que eles se agrupam tanto em grupos na Sé e no fluxo, porque se sente um pouco mais à vontade também de estar com seus iguais.*

A partir do relato de Beatriz, é possível identificar as limitações territoriais estabelecidas – quem pode ir, para onde pode ir e quem pode permanecer. A Sé e o nomeado “fluxo” são apresentados como espaços possíveis de mobilidade das transidentidades, das negritudes e das classes populares. A profissional refere que a população “se sente um pouco mais à vontade também de estar com seus iguais”, compreendendo que nesses locais há uma presença majoritária das identificações contrahegemônicas. O bairro aburguesado, por sua

vez, é destinado à circulação da elite branca e cisgênera, apresentando condutas punitivas e repressivas diante da presença de pessoas negras, em situação de rua, trans e travestis.

Os bairros da Sé e do dito “fluxo” – localizado na região da Luz em São Paulo – são demarcados como regiões perigosas da cidade e sugerido o distanciamento das existências hegemônicas. Berth (2023) pontua que a visão estereotipada de periculosidade imposta a determinadas regiões tem “(...) o intuito de afastar do debate público as violentas desumanidades que são promovidas nesses lugares” (p. 20), invisibilizando a situação de desproteção social instituída pelo Estado e seus atores e reforçando o pacto colonial de silenciamento e omissão.

Gabriela, cujo discurso também se alinha às inquietações das profissionais dos outros serviços, realiza a denúncia das articulações políticas, econômicas e sociais ocultas que afetam diretamente a população acompanhada, infringindo o direito ao acesso à saúde mental e atenção psicossocial. Relata que as usuárias apresentam:

(...) passagem muito rápida, eles não conseguem ficar, não chegam aqui também. Não sei se é por conta da distância do território, a gente tá num território que não é nosso né... nós somos da Sé, mas estamos no bairro elitizado de São Paulo. Lá era muito mais fácil, desde quando a gente saiu de lá, quarenta por cento dos usuários a gente perdeu no meio do caminho. (...) Então, na época lá do prédio, porque é o espaço do território da Sé*, a gente sempre tava buscando uma casa, porque realmente o espaço para um serviço y* é uma casa e não um prédio... ali você sabe que foi o primeiro IML do estado de São Paulo, aquele prédio? Então, assim, sabe... a parede de azulejo branco... um corredorzão, bem manicomial a estrutura. E aí a gente sempre buscou essa questão, vamos pra uma casa, uma casa, uma casa... na época não tinha Conselho Gestor, que eu acho que facilitou pra gente ter caído aqui nesse lugar. Acabou que já tinham alugado essa casa seis meses antes de levarem essa proposta pra gente, alugaram mas não tinha ninguém ainda, então tavam pagando aluguel seis meses antes. Ofereceram pra um outro equipamento, o serviço z*, o serviço z* veio, conheceu e negou a proposta. E pra gente, não teve nem como a gente negar... foi meio que um cumpra-se, sabe? A gente não tinha Conselho Gestor²⁶, a gente não tinha uma rede pra batalhar por isso, pra dizer não... e viemos. Veio de cima pra baixo, mas te dizer qual dos dois assim, eu não sei... é porque se mistura, sabe? Falaram “ah, foi a prefeitura que escolheu aquela casa e determinou”, aí passou um tempo “não, foi a OS”. (...) Porque aqui, essa casa é de um deputado, aí*

²⁶ O Conselho Gestor é um órgão colegiado composto por representantes da gestão, dos trabalhadores e dos usuários da unidade de saúde em que atuam. O Conselho tem como objetivo promover a participação popular na gestão dos serviços de saúde, tendo como função o planejamento, a avaliação, a fiscalização e o controle da execução das ações, articulações e intervenções em saúde.

foi política né. Já tavam pagando um valor alto, seis meses, sem ninguém, o cara recebendo... e esse deputado parece que é amigo de não sei quem, e aí, enfim... aquelas histórias que você já conhece.

Apesar dos desinvestimentos estatais e sociais impostos, os profissionais em atuação e as usuárias acompanhadas elaboram inúmeras linhas de fraturas ao muro das colonialidades institucionais. Destacamos dois relatos de Giovana sobre as estratégias construídas pelas adolescentes trans e travestis negras em situação de rua para conseguirem chegar ao serviço de saúde, no qual ela diz:

(...) a Sofia²⁷, eu lembro de uma vez, ela foi fazendo programa e pedindo para os caras deixarem ela próximo, então, de programa em programa, ela chegou aqui. E aí era muito sofrido que a Mariana²⁸ chegava, depois de ter feito um zilhão de programas, e ela virava e falava “tia eu não quero sentar, tia não dá pra eu sentar”, e aí ela só queria descansar e o corpo dela não tava mais aguentando aquilo. E aí virava aquele ciclo... eu preciso usar, porque eu preciso aguentar.

Ela tava lá no centro, até vir pra cá, as violências que ela vinha, muitas das vezes ela vinha andando mesmo... quantas e quantas vezes ela vinha andando com aqueles saltos gigantes e chegava aqui com aquele pé todo cortado assim... então o atendimento dela se baseava em fazer curativo no pé...

O destaque ao relato de Giovana denuncia que o acesso aos serviços têm ocorrido mediante a violação de direitos fundamentais. Visando o acesso à saúde, enquanto um direito social, as adolescentes são revitimizadas pelo Estado e pela sociedade. O desinvestimento e o descompromisso escancara a produção estatal-social de sofrimento às adolescências trans e travestis negras que se encontram em situação de rua no centro de São Paulo. A marginalização, a subalternização e a invisibilização das existências dissidentes dialogam com os projetos de exclusão e genocídio dos povos negros, transgêneros, travestis, pobres e periféricos instituídos pelas narrativas universais de raça, gênero e classe. Nos encontramos, novamente, diante das colonialidades de poder-saber-ser: quais caminhos as psicologias traçam frente às feridas coloniais?

Rita, durante os encontros, pontua sobre as limitações encontradas para viabilizar o acesso das usuárias aos serviços de atenção psicossocial, enfatizando a subnotificação das demandas diante da inacessibilidade ao acompanhamento.

²⁷ Nome fictício visando a preservação da identidade das usuárias.

²⁸ Nome fictício visando a preservação da identidade das usuárias.

Eu acredito que o maior agravo é fazer com que esses usuários não consigam acessar. Porque quando a gente tá falando sobre toda essa violência que a gente vai identificando, a gente vai falando de quem chega até aqui. Mas quem está num nível de sofrimento que não consegue minimamente acessar aqui, o atravessamento é muito maior, e é pra tudo né... a gente tá falando de um território que por si só já é um território que tem como um dos principais agravantes a violência, e aí a gente também tá ao mesmo tempo pensando que existem grupos que estão mais suscetíveis às violências do que outros. Então existem as violências que são específicas do território, só que além das violências que são exclusivamente específicas do território, tem as violências que a pessoa vai sofrer pelo gênero, pela raça, pela sexualidade, então, eu acredito que os atravessamentos eles são extremamente negativos, eles são extremamente prejudiciais, e que muitas vezes quanto maior a condição de violência que essa pessoa ela estiver sendo submetida, menores possibilidades ela vai ter de mudança de realidade. Porque ela tá dentro de um contexto que já se tem poucas oportunidades, já se tem poucos acessos a outros espaços da sociedade, e aí dentro desse mesmo espaço ela tá sendo cada vez mais diminuída, cada vez mais limitada. E aí o quanto também ela vai perdendo a funcionalidade de papéis importantes que ela tem e conseguia executar na vida pra ir se resumindo ao que o próprio território está transformando aquela pessoa.

Ao nos questionarmos acerca das estratégias que as psicologias têm elaborado para viabilizar o acesso da população trans e travesti negra em situação de rua às políticas públicas (como no âmbito da saúde, assistência social, habitação, trabalho, educação), nos deparamos com o “fazer rua”. A abordagem se apresenta como uma possibilidade de vinculação com existências que não ultrapassam os muros institucionais, pelos mais variados motivos-obstáculos. Identificado enquanto uma estratégia dos serviços da atenção psicossocial para subverter a rigidez estatal e institucional, potencializando as existências nas ruas e ampliando as possibilidades de acesso às políticas públicas, o “fazer rua” demanda a organização dos profissionais para realizar os atendimentos nos territórios em que a população se encontra, promovendo ações em que a equipe esteja nas comunidades e não somente a espera passiva pela população nas instituições.

Giovana nos traz um relato sobre o “fazer rua” quando os serviços ainda estavam localizados no centro da cidade e a movimentação coletiva da equipe multiprofissional para efetivar as ações:

(...) quando era na Sé de que todo mundo conseguia tipo circular mais no território e circular mais no território era de que os grupos não aconteciam dentro do serviço necessariamente, e se não aconteciam dentro do serviço eles podiam alcançar os adolescentes que estavam ali na cena de uso, porque passava lá e falava “vamo lá no SESC” e descia todo mundo no SESC, “vamo na quadra não sei aonde” e ia todo mundo... então se falava de uma ida no território que era rotineira, era afetuosa mesmo... era meio padrão, todo mundo fazia, inclusive os psiquiatras nessa época, então tinha uma coisa de ter diversas ações assim... não era só tipo ir no território e ver quem está, aonde, se tá vivo, se tá respirando, não, tinha um conceito, tinha um cronograma... a gente vai no território pra jogar uno, a gente vai no território levar giz pra riscar toda a rua e brincar de amarelinha, sabe, tinha esse histórico que era sempre contado.

A profissional aponta uma prática cada vez mais esquecida quando nos referimos às infâncias que se encontram nas ruas: a possibilidade de criar. O afastamento e a destituição de sentido do “fazer rua” impacta diretamente nas articulações para a garantia dos direitos sociais da população em situação de desproteção social, mas também no direito das infâncias negras em “ser criança”, na vivência das infâncias como territórios de potência, vida e prazer. Ana, por sua vez, complementa o relato de Giovana sobre o contexto atual do “fazer rua” no serviço, evidenciando os distanciamentos ocorridos:

Eu acho que a importância todos os profissionais sabem, mas a implicação eu acho que passa por algumas pessoas, alguns profissionais, então não é todo mundo que se dispõe a estar no território, a fazer essas abordagens na rua, mas eu entendo que a grande parte da equipe entende que é um trabalho importante pra esses usuários que se não tiverem uma abordagem em situação de rua, não vão chegar ao serviço e não vão ter nenhum tipo de cuidado, de oferta de acompanhamento, de articulação, de rede de cuidado... porque às vezes o acompanhamento do serviço x também é articular uma rede pra esse usuário, outros espaços em que ele possa estar inserido, que possam garantir os seus direitos também.*

Amanda também relata sobre o posicionamento dos profissionais em relação ao “fazer rua”, dialogando com o distanciamento referido por Ana e Giovana:

Eu não acho que existe um boicote e também não acho que eles entendam a importância. Eu acho que eles entendem que faz parte do serviço, sabe? Faz parte da portaria, faz parte do serviço x... e não é que é importante, é que faz parte. “Eu só não atrapalho porque faz parte, só não boicoto porque faz parte. Não me coloco porque tem gente que vai fazer isso. E nem me comprometo pra tá junto”.*

É notório que o distanciamento territorial afetou tanto a acessibilidade da população à atenção psicossocial (e, conseqüentemente, as possibilidades de articulação em rede intersetorial), quanto o compromisso dos profissionais com as estratégias de vinculação e cuidado destinadas às pessoas que se encontram nas ruas. O “fazer rua”, anteriormente construído enquanto estratégia coletiva de ruptura às institucionalidades coloniais, torna-se uma implicação particularizada de cada profissional. Nos questionamentos, então, o que se objetiva com a desarticulação do coletivo em relação ao “fazer rua” e com a inacessibilidade da população em situação de desproteção social às políticas públicas?

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009), um de seus objetivos é “(...) assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (s/p). Dessa forma, compreendemos que o direito ao território perpassa pela rede intersetorial de políticas públicas, possibilitando as psicologias em atuação a articulação entre elas ao intencionar a prevenção do comprometimento dos direitos sociais e, conseqüentemente, a geração de sofrimento psicossocial em decorrência de violações.

O sofrimento psicossocial desencadeado pela violação dos direitos sociais é comumente (e distorcidamente) rotulado de transtorno, crise, desinteresse e/ou descomprometimento, intensificando a marginalização e a vulnerabilização das existências contrahegemônicas ao patologizá-las, culpabilizá-las e/ou criminalizá-las. No decorrer dos próximos capítulos caminharemos não somente pelas violações vivenciadas no acesso aos direitos sociais, como também pelos movimentos contracoloniais construídos pelos profissionais e pelas usuárias para garanti-los. Nos encontros com os profissionais em atuação, destacamos os atravessamentos relacionados às políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho e ao direito à convivência familiar e comunitária.

Traremos os termos “Ilê” e “Equê” para abrir as discussões, sendo propostos pelo Bajubá (ou Pajubá, como também é conhecida a linguagem). Os termos “Ilê de Saúde”, “Ilê de Educar” e “Equê” referem-se, respectivamente, à clínica/hospital, escola e mentira. Os trazemos como referência à linguagem construída por travestis brasileiras em contextos de resistência, tendo influência direta das linguagens africanas (como o Yorubá), visando tensionar a discussão sobre a garantia aos direitos sociais por mulheres trans e travestis negras em situação de rua na região central de São Paulo. Tendo em vista as políticas públicas abordadas, referimo-nos ao “Ilê de Saúde”, para pensar o acesso à política de Saúde; “Ilê de Assistência Social”, para pensar o acesso à política de Assistência Social; “Ilê de

Educar”, para pensar o acesso à política de Educação; “Ilê de Trabalho”, para pensar o acesso à política de Trabalho; “Ilê de Afeto”, para pensar a garantia ao convívio familiar e comunitário. No entanto, seguimos os títulos com o termo “Equê”, considerando as violações de direitos que ocorrem no acesso das mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua às políticas públicas e convívios enunciados, evidenciando as distâncias entre a prática, a realidade e os discursos oficiais.

3.1. Ilê de Saúde ou Saúde de Equê?

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (Brasil, 1988, s/p)

A partir da compreensão de que a violação de direitos acarreta em um estado de sofrimento psicossocial intenso, torna-se indispensável dialogarmos acerca dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS). O conceito surge a partir da necessidade de ampliar a concepção de saúde enquanto mera ausência de doenças, considerando os atravessamentos além do âmbito biológico que também impactam na condição de saúde de sujeitos e povos. Ou seja, uma percepção interseccional das iniquidades às quais a população se encontra submetida e que interferem diretamente em seu estado de saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), os DSS se referem às condições em que as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem. Tais condições são atravessadas por estruturas que moldam a vida cotidiana e que podem afetar de maneira benéfica ou prejudicial suas existências. As políticas públicas dialogam diretamente com os DSS, visto a possibilidade de qualificar as condições de vida através da garantia dos direitos sociais ou precarizá-las, quando violados e/ou colocados em riscos tais direitos.

Os fatores que vulnerabilizam determinados povos os tornam mais suscetíveis aos adoecimentos psicossociais – especificando, neste estudo, o racismo, a transfobia e o elitismo. Considerar que as desigualdades intensificam as violações de direito (e, consequentemente, precarizam as condições de saúde de sujeitos e comunidades) torna indispensável a construção de movimentos, ações e estratégias alinhados às especificidades e às pluralidades que a população vulnerabilizada apresenta – trata-se da equidade em saúde.

A equidade – apesar dos constantes (des)investimentos da elite branca e cisgênera em distorcê-la – não se trata de um privilégio, mas do reconhecimento que vivenciamos uma sociedade desigual e que as políticas públicas devem atuar visando a redução dos danos e impactos das iniquidades que o Estado e seus atores submetem determinadas populações,

como os povos negros, pobres e periféricos, trans e travestis. Giovana, no entanto, aponta que tal compreensão ainda não é compartilhada integralmente pelos profissionais em atuação:

quando eu penso no trabalhador, eu imagino que no mínimo ele entende que saúde é o bem estar físico, psíquico, social, não sei o que, nãñã (...), a gente pensa que todo mundo tem isso claro na cabeça, mas não é todo mundo que tem isso claro na cabeça, a gente pensa que é todo mundo que acessa esse tipo de conteúdo, mas não é todo mundo que acessa esse tipo de conteúdo... e aí cê vê aqui no serviço que parece que o conceito de saúde no serviço x é vir no PTS²⁹, comer o lanche ou tomar café da manhã, se participar do atendimento! Se chegar na hora, participar do atendimento... tomar medicação corretamente, não esquecer nenhuma consulta... e aí a gente vai criando um zilhão de regras e esquecendo, tipo assim, diminuindo o conceito de saúde de novo. (...) a gente tem uma dificuldade de entender o que é o conceito mesmo de saúde, como que a gente proporciona essa saúde com qualidade para os nossos usuários.*

Quando o acesso ao acompanhamento psicossocial é limitado às normas sociais incompatíveis com as vivências em situação de rua, o que objetivam as psicologias ao reforçá-las? Desconsiderar as iniquidades sociais que afetam as pessoas que nas ruas se encontram e impedir o acesso à saúde intensifica o adoecimento psicossocial que a condição de vulnerabilização desencadeia. Ana dialoga com Giovana ao evidenciar os impactos prejudiciais que a ausência do reconhecimento das desigualdades vivenciadas por meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram nas ruas pelas psicologias acarretam ao acompanhamento proposto, relatando:

Eu acho que a equipe vai pensando essas questões de maneira bem diversa também. Eu acho que tem profissionais que tem uma dificuldade em entender que ofertar banho, alimentação, um espaço pra que essas adolescentes descansem, pra que consigam se recuperar, consigam reduzir o dano da substância, tem uma dificuldade de entender que isso também é cuidado. Às vezes a gente fica muito fixado em entender que o cuidado é o setting de uma sala, de um atendimento individual, de um grupo terapêutico, e que o cuidado é a gente falar, falar, falar e o usuário escutar, e de alguma forma responder a uma demanda que a gente também tem, que essa é a oferta de trabalho que a gente tem, que essa é a nossa atuação. Então acho que tem uma dificuldade nesse sentido, de

²⁹ O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um conjunto de propostas terapêuticas construídas entre a equipe multiprofissional, os usuários e seus familiares, visando a participação social e autonomia dos sujeitos que se encontram em situação de sofrimento psicossocial intenso. É comum que a equipe nomeie um profissional de referência para acompanhar o processo terapêutico de cada usuário, no entanto, é importante que não se perca de vista que o cuidado e assistência ofertados são coletivos, sendo toda a equipe responsável pela atenção às pessoas acompanhadas.

entender que uma adolescente que estava em situação de rua, que estava privada de direitos básicos, que tava desprotegida, que estava vulnerável, estar em um serviço de saúde também é uma garantia de direito e também é um espaço de cuidado, é um espaço de redução de danos, é um espaço de construção de vínculos, até pra que a gente possa pensar outras coisas, que ela possa vivenciar nesse espaço alguma possibilidade e protagonismo pra que em outros espaços ela também possa exercer os mesmo direitos, de ir e vir, de ser acolhida, de ser cuidada, de ser olhada...

A dificuldade das psicologias em compreender a atuação para além do “*setting de uma sala, de um atendimento individual, de um grupo terapêutico, e que o cuidado é a gente falar, falar falar e o usuário escutar, e de alguma forma responder a uma demanda que a gente também tem*” reflete o movimento de individualizar violações que se estruturam de maneira coletiva, perpetuando práticas que culpabilizam, criminalizam e patologizam as existências contrahegemônicas e desconsideram o comprometimento dos direitos sociais aos quais as usuárias se encontram submetidas. Ana continua:

(...) eu acho que em alguns momentos tem uma grande dificuldade da equipe em olhar pra um usuário que parece, entre aspas, que vem só pela alimentação, só pelo banho, só pelo descanso, e garantir que nesse momento é isso que ele precisa e que em outros momentos a gente vai poder construir outras coisas. Eu acho que tem uma dificuldade. Eu acho que tem às vezes uma dureza nesse sentido, de que olha... às vezes a gente vai usando o PTS como uma forma de que o usuário não acesse o serviço, que deveria acessar sempre que entender que tem uma necessidade. Às vezes fica numa coisa de olha hoje não é o seu dia, não é o seu horário, então volta no seu horário, no seu dia, sem entender que se aquele usuário chegou aqui é porque tem uma demanda né, tem uma necessidade que às vezes não é possível verbalizar naquele momento, que às vezes não dá pra acessar, não dá pra falar naquele momento, mas que estar no serviço de saúde, poder ser olhado, poder ser cuidado, também vai acho que garantindo uma possibilidade de transformação da realidade, das violências, do lugar em que ele está inserido.

Em diálogo com a profissional, João também relata:

O que acontece, quando a gente sai aqui do CAPS, ou do nosso determinado trabalho, o que que a gente pensa? Eu vou pra minha casa, vou comer um prato de comida e vou tomar um banho (...). Então é fundamental que eles tenham um espaço de confiança e um espaço onde eles vão ter a individualidade e a dignidade deles preservadas, um espaço em que ele não vai ser julgado porque ficou x, y, z sem tomar banho, seja lá por qual

razão for, onde ele não vai ser julgado se ele chegar faminto e querer comer 1, 2, 3 marmitas, seja o que for, porque antes disso ele já tinha sofrido muita violência, então de forma alguma a gente pode excluir esse atendido se ele não quiser participar do grupo, se ele não quiser contar os traumas, se ele não quiser ser medicado, se ele quiser tomar um banho, se ele quiser comer alguma coisa, se ele quiser tomar um chá ou coisa do tipo, é o espaço onde ele se sente confortável, e com o tempo é possível ganhar a confiança desse usuário. Acho que é de extrema importância e é o mínimo, é prioritário a gente primeiro garantir a dignidade dessa pessoa, depois pensar nas possibilidades de intervenção e de tratamento. (...) a gente tem um sistema de saúde ainda muito, aí a gente volta para a palavra, eurocêntrico e hospitalocêntrico, então a gente só consegue enxergar o tratamento como sendo medicação e a base é sempre de uma cura, a padronização do comportamento, a padronização cultural, e leva-se também um tempo pra gente quebrar esse paradigma de saúde hospitalocêntrica. Então, sim, alguns profissionais eles enxergam sim dessa forma, mas eu entendo também que faz parte da nossa formação e faz parte da nossa cultura. Agora na Psicologia, na Sociologia, talvez na Terapia Ocupacional, (...) eu percebo que tem uma discussão, tem uma criticidade maior em relação a isso também.

Compreender que a garantia aos direitos sociais também são práticas de cuidado, atenção e que podem compor a terapêutica do acompanhamento psicossocial das meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua ainda soa, através dos relatos dos profissionais da RAPS, estar distante de algumas psicologias em atuação. Notamos que há uma rigidez vinculada ao roteiro clínico da fala-escuta e do script do setting terapêutico, limitando as atuações das psicologias no âmbito das políticas públicas e desqualificando intervenções verbalizadas pelas usuárias por não serem compatíveis com as expectativas dos profissionais – ou seja, tutelando e manipulando as necessidades demonstradas pelo próprio sujeito. Novamente, nos questionamos: nossas escutas têm estimulado vozes ou silêncios?

Rita, em diálogo com os questionamentos que nos fazemos, nos traz o seguinte relato:

Então eu acredito que enquanto existirem esses atravessamentos, essas violências que essa população específica sofre, além da violência que já é específica do território, é muito mais difícil da gente pensar em um processo de cuidado, porque que espaço essa pessoa vai acessar? Se quando ela sai do fluxo ela é violentada no centro de acolhida, ela é violentada na fila da refeição, ela é violentada na fila da doação, ela é violentada no serviço de saúde, ela vai acessar o que? Ela não vai acessar.

Compreendemos que nos localizamos em territórios em disputa, nos quais mesmo com movimentações sociais para despatologizar, descriminalizar e ausentar de culpa as existências contrahegemônicas, o Estado e seus atores – entre eles, algumas das psicologias em prática nas instituições – performam e reforçam as narrativas e os fazeres coloniais. O que as psicologias objetivam ao se alinharem ao discurso universal? Assim como Rita, identificamos o afastamento das meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua dos espaços que deveriam ofertar acolhimento, cuidado e estratégias para garantia de direitos segundo a estruturação das políticas públicas, tornando-se expulsivos e reiterando as violações que já vivenciam no convívio social.

Entre as violações ocorridas nos espaços de saúde, os profissionais também identificam a ausência de reconhecimento ao nome social, ou seja, a deslegitimação da autoidentificação enquanto um direito inalienável. Tal situação nos remete à tutela das transidentidades ao saber das psicologias, historicamente utilizadas para legitimar a existência das transidentidades a partir de diagnósticos que se referiam às identificações de gênero, reforçando a patologização das existências trans e travestis. Beatriz relata que:

Principalmente o nome social, era bem mais difícil pra ele falar quando estava diretamente com elas. Mas fora ele utilizava às vezes... (...) e daí a questão do “ela” e “ele”, ele acabava sendo forçado por elas mesmo (...). E aí ele era meio que obrigado a fazer isso. Mas, assim, ele era uma pessoa LGBT também né, então, eu acho que aí também mostra um pouco como quanto isso é mais abrangente, mesmo você sendo uma pessoa LGBT, e ele falava isso também quando ele falava com os estagiários, têm gaps muito grandes entre cada letra sabe... não existe essa comunidade, não se sente uma comunidade e as próprias trans também traziam um pouco disso, como elas não se sentem nessa comunidade toda.

A psicóloga, além de apontar a violação em relação à autonegação, também reflete sobre o distanciamento entre as identidades da sigla LGBTQIA+. Compreendemos a importância de destacar o apontamento de Beatriz, visto que comumente a população LGBTQIA+ é alocada em uma espécie de “guarda-chuva” como se as demandas fossem universais à todas as identificações que a compõem.

O movimento de universalizar as existências emerge novamente, sendo acompanhado de um debate escasso sobre o abismo existente entre as pessoas que compõem cada identidade da sigla LGBTQIA+. Desconsideram as singularidades e as interseccionalidades

que atingem cada pessoa, reforçando o imaginário estereotipado e limitam a possibilidade de existência às performances heteronormativas e cisnormativas.

Nos questionamos a partir de quais saberes são construídos os acompanhamentos das mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua, considerando a irreflexão dos profissionais acerca das singularidades e interseccionalidades que as atravessam? A quem serve universalizar e estereotipar as existências?

As iniquidades relatadas interferem diretamente na percepção de acompanhamento coletivo na atenção psicossocial, considerando que alguns profissionais se retiram dos espaços de referência, atendimento e acompanhamento das mulheres trans e travestis negras em situação de rua, bem como as usuárias se direcionam somente àqueles que de fato oferecem uma escuta qualificada. A partir do relato das profissionais entrevistadas, podemos notar como o movimento referido abre margem para a desresponsabilização dos posicionamentos coloniais apresentados por alguns psicólogos:

(...) quando ela vem ao serviço, ela é vinculada só com uma pessoa... que é a pessoa que trata ela com respeito, que é a pessoa que humaniza o cuidado dela... e aí essa pessoa vai ter que ser o centro da pessoa de... e aí tem uma preguiça, eu vou dizer preguiça, mas... que a equipe não banca de dizer “somos nós quem vamos cuidar de você”. (...) um desinteresse, completamente. Eu falei preguiça só pra ser gentil. Mas há esse desinteresse de querer... que é isso, assim, quando eu digo que eu falei mas a sensação é de que eu falei pro vento, porque se a gente tenta minimamente cutucar ou mostrar esse assunto, colocar na roda a discussão sobre a identidade de gênero, sobre questão de raça, porque que a gente na hora h, na hora de fazer, porque que a gente “ah não, não sei lidar com isso”. O que mais a gente escuta é “ah, não sei... ah, não sei... por que que você não cuida? você consegue falar, por que não vai lá você e faz?” (Giovana)

É muito difícil, muito difícil... ainda a gente percebe muito preconceito, dos próprios usuários também, alguns profissionais... “Gabriela, você fica na referência porque eu não dou conta, eu não consigo...”, mas por que não dá conta? Por que não consegue? “não, porque eu acho que é algo muito cultural, muito enraizado”... um preconceito mais... (...) a maioria também tem essa fala “pra mim não dá, pra mim não dá, porque é chiliquenta, porque já vem com essa postura mais invasiva, pra uma defesa, autodefesa, autoreferente”. (...) É orientado, “vamos tentar? eu vou junto com você”, sabe? Tem esse apoio assim, esse suporte de outros... mas aí a gente percebe que não é um desejo da pessoa e quando não é um desejo fica difícil, porque as coisas não andam né... aí o processo terapêutico não vai, não rola, não dá certo. Então aí a gente prefere, então tá,

ir outro, que tem essa disponibilidade, entra pra cuidar... porque a gente percebe que não vai, não vai dar certo... e realmente não dá (Gabriela)

Eu acho que quando eles conseguem acessar, pensando na população que está em situação de rua, que às vezes é difícil de chegar até o serviço, é difícil pelo lugar em que a gente está inserido, pela localização, é difícil porque a gente também tá num território que é um pouco hostil com os corpos pretos, com os corpos trans, então acho que tem um pouco dessa dificuldade também. Quando chega no serviço x efetivamente, eu vou vendo que tem, eu acho que o serviço x* vai se movimentando e vai trabalhando numa forma de que essas pessoas sejam acolhidas e referenciadas por profissionais que vão de alguma forma conseguindo trabalhar, então acho que já tem quase que algumas, acho que a gente não faz uma seleção do perfil dos usuários, de quem vai trabalhar com quem, mas acho que tem pessoas que vão se movimentando mais nesse sentido, e que vão conseguindo acolher, escutar mais, pensar... então geralmente essas pessoas vão referenciando esses usuários, às vezes tem essa violência que eu já falei anteriormente, de uma dificuldade das pessoas da equipe com relação à identidade de gênero. Acho que a gente vai tentando inserir esses usuários em todos os espaços possíveis do serviço x*, no sentido dos grupos, dos atendimentos, dos espaços mais coletivos e de que eles sejam respeitados nesses espaços. Acho que a gente vai trabalhando um pouco por essa linha. Tem alguns usuários que vão tendo muita dificuldade de chegar ao serviço, então tem alguns que a gente vai acompanhando mais no território em que eles estão inseridos ou em situação de rua, fazendo esse vínculo pra que eles também sintam seguros pra vir ao serviço, pra estar em um equipamento de saúde, de entender um pouco mais como o serviço x* funciona, que também é um serviço que é muito estigmatizado como o lugar da loucura e que aí tem sido uma dificuldade de acessar por essa razão. (Ana)*

As profissionais apresentam relatos que apontam para a dificuldade em encontrar pares na profissão que atuem de maneira coletiva na garantia de direitos das mulheres trans e travestis negras em situação de rua, reforçando que há muitas psicologias exercidas na prática e que, nem sempre, dialogam entre si. É necessário que repensemos a quais percepções nossos saberes e nossos fazeres estão alinhados ao atuarmos na atenção psicossocial: estamos abrindo caminhos ou construindo (mais) muros que inviabilizam os acessos?

3.2. Ilê de Assistência Social ou Assistência Social de Equê?

“Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (Brasil, 1993, s/p)

“Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos (...).

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. (...) a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais”. (Brasil, 2011, s/p)

Considerando que a assistência social é destinada ao acompanhamento e atendimento às pessoas que se encontram em situação de desproteção social, visando a proteção integral aos sujeitos e/ou famílias em situação de ameaça ou violação dos direitos através da articulação dos serviços socioassistenciais com as políticas públicas setoriais, torna-se indispensável que o diálogo com estes serviços ocorra para viabilizar a garantia aos direitos sociais de meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua. No entanto, como as articulações (ou as desarticulações) das psicologias na Assistência Social têm ocorrido na prática? Maria nos traz o seguinte relato:

Hoje a gente tem centro de acolhida, por exemplo, pra população trans, sabe, mas tem o que? 1, 2, 3 pra São Paulo todo... por isso que eu falo, acho que melhorou, mas ainda tem que melhorar muito, ainda tem que ter mais acesso pra eles. (...) antes de ter os específicos pras trans, as trans iam pros centros de acolhida comuns. E sempre teve, essa era a questão né, muitas vezes o serviço não sabia lidar, “ah, vai usar o banheiro feminino? Vai usar o banheiro masculino?”, então sempre teve essa questão assim sabe, aí foi feito especialmente pra população trans, mas eu acho que é muito pouco pra cidade toda, dois, três... por isso que eu falei, acho que já melhorou, acho que já foram conquistados alguns direitos, acho que sim, mas tem que melhorar bastante ainda né. (...) E, muitas vezes, (...) eles não querem a vaga também. Tem a rigidez também, às vezes eles acham muito ruim “ah, porque lá é muito conflito, tem bicho”, eles falam né. Então tem a escolha, às vezes escolhem ficar mesmo na rua, entendeu.

Diante do relato de Maria, nos questionamos quais as possibilidades de articulação das psicologias na Assistência Social diante da irrisória existência de equipamentos destinados ao atendimento e acolhimento da população trans e travesti em situação de rua na região central de São Paulo? O desinvestimento estatal em espaços habitacionais para a população travestigênera³⁰ em situação de rua limita as articulações para garantia do direito à

³⁰ O termo “travestigênera” foi cunhado por Indianarae Alves Siqueira – uma das lideranças do movimento trans e travesti no Brasil. Refere-se à somatória das palavras travesti, transexual e transgênero, enunciando identificações para além das nomenclaturas cisheteronormativas que estigmatizam e patologizam as identidades de gênero. A utilização de “gênera” refere-se à identificação neutra, demarcando a fluidez e pluralidade das identificações travestigêneras.

habitação, à um espaço seguro para pernoitar, para o armazenamento de seus pertences, para alimentação, para higiene, entre outras demandas básicas para (sobre)viver.

Diante da baixa oferta de serviços de acolhimento específico para a população trans e travesti em situação de rua, as mulheres são destinadas aos equipamentos ditos “mistos”, nos quais se deparam com conflitos em relação aos atendimento ofertado pelos profissionais. Destacamos um trecho do discurso de Maria que demonstra o despreparo dos serviços para a oferta do acolhimento, no qual os profissionais realizam questionamentos que permeiam a desqualificação da autodeterminação das mulheres trans e travestis: *“muitas vezes o serviço não sabia lidar, “ah, vai usar o banheiro feminino? Vai usar o banheiro masculino?”*. Há, também, uma barreira instituída no diálogo com as usuárias e a destituição de autonomia, considerando que os questionamentos ocorrem somente entre a equipe e as usuárias não possuem participação ativa nas decisões – reforçando práticas de controle e tutela das identificações contrahegemônicas.

Além da ausência de equipamentos que sejam suficientes para atender à população que nas ruas se encontra, a psicóloga destaca a precariedade e a insalubridade dos serviços ofertados através da fala de uma usuária, que denuncia os conflitos recorrentes nos equipamentos e a presença de *“bichos”* nos espaços – referindo-se à existência de transmissores de doenças, como a popularmente conhecida *“muquirana”*. A profissional finaliza o relato dizendo: *“então tem a escolha, às vezes escolhem ficar mesmo na rua, entendeu”*. Entretanto, nos questionamos se de fato a permanência na rua pode ser considerada uma escolha quando não há garantia de direitos básicos nos espaços de acolhimento institucional?

João dialoga com Maria ao relatar situações de violências ocorridas nos equipamentos de acolhimento, referindo estratégias que as usuárias encontram para proteger-se e algumas motivações que ocorrem para retornar e/ou permanecer nas ruas ao invés de acessarem os serviços de Assistência Social:

(...) não se fala mais albergue, se fala CTA hoje em dia, e a gente percebe, elas falam assim, legal, eu vou pra lá, vai ter cama quente e outras coisas do tipo, mas a violência também acontecem nesses espaços, na rua eu consigo fugir, na rua eu consigo correr, na rua eu faço o que eu quiser, na rua eu tenho uma determinada liberdade, com todas as aspas possíveis, por assim dizer, aqui não, aqui se acontece alguma coisa comigo eu tenho que ficar aqui, não consigo confiar. Então algumas dessas pessoas, elas sofreram tanta violência e elas passaram por tantas questões de vulnerabilidade social que fica

muito complicado elas confiarem, elas acreditarem que determinados espaços podem ser diferentes de todos os outros que elas já passaram.

O psicólogo destaca a fragilidade dos serviços que compõem a rede socioassistencial diante das recorrentes violações que ocorrem nos espaços ditos de acolhimento e promoção de direitos sociais, fazendo com que as mulheres trans e travestis retornem às ruas como uma espécie de proteção às violências vivenciadas. Nos questionamos quais as possibilidades de articulação entre as psicologias e a Assistência Social para a garantia à vida quando os desinvestimentos estatais mantêm a produção de morte? Trata-se de um cuidado colonial (Passos, 2020), no qual o discurso de garantia de direitos está desassociado da prática proposta. José também dialoga com os profissionais em seu relato:

(...) a gente tem serviços que atendem as pessoas trans, mas eu acho muito fraco ainda essa articulação. Acho que os números de serviços são pequenos, a gente tem alguns centros de acolhida para pessoas trans, mas é muito... eu percebo que tem uns aqui, tem dois né, que são até criteriosos pra acolher algumas pessoas, sabe? Elas precisam ter um padrão de organização pra ser acolhida também, né... e a gente sabe o quão difícil é adquirir esse padrão de organização. Então eu percebo de alguns serviços que tem esse critério pra admitir ou pra aceitar aquela pessoa (...), não é uma coisa que tá posta, que tá em portaria, não, imagina. É uma coisa que tá no inconsciente do profissional que tá ali. É difícil eu colocar quais são os critérios porque isso não tá exposto, mas a gente percebe em algumas articulações que existem.

O profissional reforça o discurso de Maria acerca da quantidade de serviços destinados às mulheres trans e travestis em situação de rua em comparação à demanda existente, sendo uma oferta inadequada para acolhê-las. No entanto, também destaca que nos equipamentos existentes há o estabelecimento de critérios ocultos para a “negação de vagas”, ou seja, para que as usuárias não acessem os espaços de acolhimento institucional. José se refere à uma dita “organização” que as equipes da assistência social têm exigido para que as usuárias possam acessar os serviços, dialogando com Rita sobre as expectativas que os profissionais estabelecem em relação às usuárias e o condicionamento da garantia dos direitos à essas expectativas. O que objetivam as psicologias ao se alinharem aos discursos normativos? Quais as corporalidades e subjetividades que terão acesso à Assistência Social baseado no alinhamento colonial?

Beatriz retoma as problemáticas em relação aos espaços mistos, comparando-os com os espaços de acolhimento específicos para a população trans e travesti, além de

complementar o discurso de José no que concerne ao estabelecimento de normas e critérios incompatíveis com a garantia dos direitos sociais, relatando:

(...) os espaços de casa que são mistos, elas eram muito violentadas de todas as formas, de não serem respeitadas, de tudo quanto é jeito assim... então elas já queriam muito estar lá só pelo fato de ter só elas... (...) elas tinham algumas possibilidades de autonomia ali, comparado ao que elas tinham antes, mas que ainda é bem diferente do que a gente pensa em cidadania, que é ter direito a você perceber que você pode fazer determinadas coisas, que você também... eu acho que era perceptível que as que ficavam mais tempo, ficar muito nessa lógica de institucionalização... porque a comida é em determinado horário e se você não chega naquele determinado horário você não come, a menos que você tem uma justificativa específica, eles liberavam em um outro horário, mas uma coisa bem regrada, bem engessada.

O relato de Beatriz nos remete à manicolonialidade, na qual apesar da destituição dos muros manicomiais, a docilização dos corpos contrahegemônicos permanece existindo através de novas (ou até mesmo velhas, em alguns casos) roupagens. A institucionalização citada pela profissional desenha a lógica manicolonial, na qual a instituição é negada e mantida ao mesmo tempo. Negada sob o discurso de garantia aos direitos sociais e promoção de autonomia, acarretando em seu suposto fim. Mantida através de práticas de controle e coerção, acarretando em sua conservação. Assim como afirma Amarante (2007), observamos que “a ação terapêutica é ao mesmo tempo refutada e executada” (p. 54) quando há a garantia do acolhimento habitacional para as mulheres trans e travestis negras que nas ruas se encontram, mas se condiciona (e, por vezes, se nega) a segurança alimentar às normativas institucionais. Novamente nos deparamos com práticas de morte sob o discurso de garantia à vida.

Diante das contradições institucionais, qual lugar as psicologias ocupam nas articulações com a assistência social e em atuação no Sistema Único de Assistência Social? No reforço das narrativas normativas ou na construção de saberes e fazeres contracoloniais? Giovana, durante as entrevistas, aponta a abismo entre as psicologias em atuação, explicitando a incompatibilidade das práticas encontradas na rede intersetorial e destinadas às meninas trans e travestis negras em situação de rua no Centro de São Paulo:

(...) eu lembro de vezes que a gente pedia 156³¹ pra Juliana e que ela falava “ó, nesse SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) eu não vou, se cair minha vaga nesse SAICA eu não vou, porque ele foi transfóbico comigo”, aí beleza... aí cáia justo naquele SAICA, aí a gente tinha que esperar... não tinha um processo delicado com aquela criança, digamos assim, não tinha um processo delicado com aquela adolescente, tinha uma coisa de “meu, deu lá, vamo logo!”, e aí como que a gente cuida disso? (...) Quando a gente fala do conceito de saúde, tem uma parte lá que fala do empoderamento do indivíduo... como que a gente tá empoderando esse indivíduo se a gente transfere pra um SAICA e acontece transfobia? Se a gente tá aqui e acontece transfobia? Se a gente tá na escola e acontece racismo e transfobia? (...) e aí, como que a gente cuida?*

Notamos atuações contrastantes no acompanhamento ofertado, demonstrando as diversas psicologias que se exercem na prática. Por um lado, aquelas que se alinham à garantia dos direitos sociais, ao movimento contracolonial, potencializando as vozes das meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua ao terem autonomia para construir junto aos profissionais as estratégias de cuidado. Por outro, aquelas que se associam ao pacto colonial, silenciando as denúncias verbalizadas pelas usuárias e impondo intervenções que ameaçam seus direitos ao desconsiderar o relato das violações vivenciadas. Finalizamos este capítulo ressaltando o questionamento de Giovana: “e aí, como que a gente cuida?”.

3.3. Ilê de Educar ou Educação de Equê?

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

(...) IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”. (Brasil, 1988, s/p)

Entre as ramificações construídas pela rede intersetorial de políticas públicas nas quais as psicologias têm a possibilidade de estar a partir de seus saberes e fazeres, a educação também se destaca no mapeamento das articulações (e desarticulações) praticáveis na atenção psicossocial. Compreendemos que a educação não é uma prática exclusiva das instituições

³¹ O 156 refere-se ao Portal de Atendimento da Prefeitura de São Paulo, no qual é possível realizar a solicitação de diversos serviços ofertados no município. Entre eles, as vagas para acolhimento institucional.

educacionais, sendo possível construir e compartilhar conhecimentos através de métodos que não estejam relacionados ao âmbito institucional. Entre eles, destacamos a transmissão de conhecimentos pela oralidade como resistência aos modos de vida tradicionais entre os povos afrodiaspóricos e as “escolas da vida”, como conceitua Sales (2019), ao referir-se às vivências de travestis brasileiras no decorrer de suas trajetórias e subjetivações. Entretanto, neste momento, nos ateremos ao processo educativo que ocorre nas instituições de ensino enquanto direito social da população.

Consideramos que a educação, além da construção e partilha de saberes – por meio de currículos oficiais e/ou formais (Stona e Carrion, 2021) –, também se caracteriza enquanto um espaço que fomenta a socialização e a participação social daqueles que o frequentam, transmitindo valores culturais e sociais que impactam na construção das identidades – tanto na percepção individual, quanto na percepção coletiva, através dos currículos ocultos (Stona e Carrion, 2021). No entanto, nos questionamos a partir de quais narrativas a educação tem proposto tais construções? E como tem ocorrido o acesso e a permanência de meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua nos ambientes educacionais?

Apesar das normativas jurídicas, como a Lei n. 10.639 de janeiro de 2003 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” – e a Lei n. 11.645 de março de 2008 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” –, os materiais didáticos e as propostas de ensino ainda privilegiam a narrativa universal da branquitude, reiterando a colonialidade da historiografia e promovendo a exclusão, a estigmatização e a marginalização dos povos e culturas que (r)existem para além da perspectiva hegemônica (Munanga, 2015).

Ao pensarmos sobre a educação e as relações de gênero, identificamos que as normativas educacionais abordam a temática de maneira generalista, citando as identificações de gênero em meio às propostas de superação das desigualdades e promoção da cidadania, entretanto, ausente de práticas que efetivem a equidade de gênero no âmbito educacional. Apesar da Lei n. 13.005 de junho de 2014 – que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) – determinar a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, propondo a construção de rede de proteção contra formas associadas de exclusão, notamos a frequente expulsão escolar (seja ela direta e/ou indireta) de meninas e mulheres trans e travestis negras das instituições, conforme compartilha Rita:

é uma população que tá sendo violentada diariamente, com uma frequência muito maior do que outros grupos, e aí são pessoas que fica difícil sustentar a escola, que fica difícil chegar até o ensino superior ou até um ensino técnico, porque é difícil sustentar até um ensino fundamental, um ensino médio, é difícil elas conseguirem concluir. (...) um público que não chegou até um ensino superior, a gente ainda tá num processo que essas pessoas ainda tem que minimamente terminar a escolaridade, terminar o ensino médio, então quando é exigido um ensino superior, quando é exigido que ela tenha algum curso técnico ou alguma habilidade que ela teria que ter desenvolvido (...), não vai acontecer com essa população, né... porque durante o período que ela tinha pra desenvolver tudo isso ela foi violentada, ela foi expulsa, ela foi vulnerabilizada, ela foi marginalizada, então como que ela vai chegar, quais são as condições que nós enquanto sociedade fomos fornecendo pra essa pessoa chegar no ensino superior, chegar no ensino técnico (...)?

A profissional reforça que a dificuldade encontrada por meninas e mulheres trans e travestis negras em permanecer nos ambientes educacionais está intrinsecamente relacionada com as violações às quais são submetidas nas instituições de ensino. As violências acarretam em projetos de expulsão da população travestigênera e negra dos ambientes educacionais que são distorcidamente nomeados de “evasão escolar”. Consideramos que a situação relatada não se refere à desistência ou abandono dos estudos para ser caracterizada enquanto evasão, mas de estruturas disciplinares e normatizadoras que coagem a população trans, travesti e negra a se ausentar das instituições de ensino, violando o direito à educação, precarizando as condições de acesso e permanência ao ambiente escolar e impossibilitando a construção de rede de proteção contra formas de desigualdade e exclusão.

Beatriz aponta que a escola é o primeiro ambiente no qual as identificações de gênero costumam ser destacadas nas interações sociais, sendo utilizada para excluir, diferenciar e segregar as meninas trans e travestis do convívio e da socialização com crianças que performam normatividade de gênero:

E escola... escola, gente... normalmente, se aparece em algum lugar na vida, aparece como... foi mais um lugar que excluiu... foi o primeiro lugar que excluiu elas. Primeiro porque foi o primeiro que elas foram mais notadas dessa forma, porque às vezes algumas conseguem mascarar um pouco pra família, né... e aí a família também não quer acreditar, não quer aceitar, então demora um pouquinho mais talvez... mas a escola geralmente costuma ser o primeiro lugar que exclui essas meninas, isso era bem presente no serviço x, no relato delas...*

Gabriela, em diálogo com o relato de Beatriz, destaca as discriminações que as mulheres trans e travestis permanecem sofrendo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), demonstrando que o preconceito e a exclusão ocorrem desde as instituições de ensino infantil até as instituições de ensino destinadas aos adultos e idosos, criando obstáculos para a permanência no âmbito educacional:

(...) educação também tinha muita dificuldade, elas falavam “ai, mas a pessoa ela fica me encarando, por que que eu não posso usar o vestido que eu quero? o salto que eu quero? a escola não permite”, que história é essa que a escola não permite? Geralmente era o EJA que elas faziam... e eu acho que é um viés de todos os lugares... é muito sofrido, muito.

A psicóloga destaca o sofrimento psicossocial vivenciado por mulheres trans e travestis negras em situação de rua nas instituições de ensino, permeado por olhares estigmatizantes que estimulam a exclusão de corporalidades e subjetividades que subvertem a narrativa hegemônica de existência. Abordar a interrupção dos estudos como mera evasão é uma forma de silenciar e invisibilizar as violações que as identificações travestigêneres e negras sofrem no âmbito educacional, eximindo as instituições de ensino e seus atores pela manutenção do pacto colonial e a expulsão escolar institucionalizada.

Silenciar as violações ocorridas impede que meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontrem em situação de rua tenham a possibilidade de vivenciar os espaços educacionais enquanto sujeitos de direitos, de compreendê-los como ambientes formativos e educativos, de partilha de conhecimento e de construção de identificações compatíveis com seus corpos e subjetividades. Diante da negação do direito à educação, quais são os caminhos de vida possíveis para as meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua? Quais são os prejuízos que, ao terem os direitos sociais negligenciados, vivenciam em suas trajetórias de vida?

3.4. Ilê de Trabalho ou Trabalho de Equê?

“Art. 7ª São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:
(...) XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho”.
(Brasil, 2009, s/p)

Ao refletirmos sobre os processos de expulsão escolar, os profissionais apresentam mais uma ramificação no mapa de articulações (e desarticulações) traçados pelas psicologias

na garantia dos direitos sociais da população trans e travesti negra em situação de rua: o acesso ao trabalho. Destacam, entre os obstáculos para a empregabilidade, que a inacessibilidade à educação formal é um dos principais fatores que influenciam o acesso ao mundo do trabalho. A exclusão das mulheres trans e travestis negras dos ambientes laborais começa antes mesmo da participação em processos seletivos e candidaturas às oportunidades de trabalho, conforme relata Rita:

eu acho que são as mesmas coisas que dificultam o acesso delas ao mercado de trabalho formal que é: elas sofrem muita violência (...). E aí a gente tem as empresas, as OSs, as instituições que vão tendo abertura de vagas afirmativas, só que é pra um público que não chegou até um ensino superior, a gente ainda tá num processo que essas pessoas ainda tem que minimamente terminar a escolaridade, terminar o ensino médio, então quando é exigido um ensino superior, quando é exigido que ela tenha algum curso técnico ou alguma habilidade que ela teria que ter desenvolvido dentro do mercado formal de trabalho, não vai acontecer com essa população, né... porque durante o período que ela tinha pra desenvolver tudo isso ela foi violentada, ela foi expulsa, ela foi vulnerabilizada, ela foi marginalizada, então como que ela vai chegar, quais são as condições que nós enquanto sociedade fomos fornecendo pra essa pessoa chegar no ensino superior, chegar no ensino técnico, e não é só acessar o mercado de trabalho, mas é permanecer. Então ela foi contratada, mas ela ficou quanto tempo?

A expulsão do ambiente educacional formal, em decorrência das violações de direitos vivenciadas nos espaços de educação, tem acarretado na impossibilidade do acesso ao mundo do trabalho por mulheres trans e travestis negras em situação de rua. Este impedimento, comumente nomeado como “baixa escolaridade”, reproduz a lógica de culpabilização pela expulsão escolar e desconsidera o ambiente social hostil e violento que reforça os ideais coloniais de existência. Assim como a Benevides (2025), nos questionamos: “(...) quem conseguiria viver em uma sociedade onde sua própria existência é vista como uma ameaça?” (p. 7)

A profissional também destaca as barreiras à permanência no mundo do trabalho diante das vulnerabilizações e marginalizações, ressaltando que os impedimentos não se referem somente ao acesso, mas também à continuidade, à manutenção das existências nos espaços laborais. De acordo com Benevides (2025), nos encontramos em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas efetivas e pelo comprometimento dos direitos sociais dessa população, refletindo no ciclo de exclusão social que não somente limita as

oportunidades de desenvolvimento, mas intensifica a vulnerabilidade através de situações de exploração, precariedade e violência letal.

Segundo o dossiê acerca dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras proposto pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a exclusão laboral vivenciada pela população trans e travesti no Brasil é evidenciada por estudos que comprovam que “(...) apenas 0,38% dos postos de trabalhos formais no país são ocupados por pessoas trans, refletindo um cenário de marginalização quase absoluta no mercado formal de trabalho” (Benevides, 2025, p. 73). Paula compartilha que:

(...) é muito complicado assim, é uma violência tamanha pra pessoa, porque ela precisa, porque sem dinheiro ela não pode ter dignidade pra qualquer coisa, a questão dela vai cada vez mais se agravando e se ela não consegue ir em outros meios, fica mais dificultoso pra ela pensar em outras propostas de vida. (...) E aí nossas usuárias elas entram num limbo, porque às vezes a gente tá num processo de evolução, a usuária vai conseguindo se articular, vai conseguindo se organizar diante do seu sofrimento, só que aí é o segundo passo, o segundo passo é a reinserção no trabalho, o trabalho ele é capitalismo, mas ele dá dignidade, tem dinheiro suficiente pra pessoa se organizar, conseguir comprar pelo menos um café que seja na rua, e às vezes é uma dificuldade tamanha pra pessoa conseguir se reerguer, e pensando que a maioria dos nossos usuários, a maior demanda dos nossos usuários, eles estão em área livre, o que vai dificultando cada vez mais essa reinserção no trabalho, eu acho violento, porque a pessoa não consegue, ela vai regredindo né, então qualquer processo que ela vai tendo pra frente, a sociedade empaca.

A inacessibilidade ao mundo do trabalho formal tem destinado mulheres trans e travestis negras em situação de rua ao trabalho sexual e ao tráfico como fonte primária de renda. Aqui, ressaltamos que o objetivo do estudo não se traduz no viés moralista, proibicionista e/ou criminalizante acerca das atividades de trabalho exercidas, mas na problematização da prostituição e do tráfico enquanto única possibilidade de geração de renda à população trans e travesti negra em situação de rua e a intensificação dos riscos aos quais se encontram expostas nestes exercícios profissionais. José, no que concerne ao acesso ao mundo do trabalho, compartilha que:

Eu vim da área corporativa, eu fiz estágio em RH (Recursos Humanos), cinco anos de psicologia em RH, eu fazia o recrutamento e seleção, então eu sei muito bem assim, eu trabalhei em empresas grandes, trabalhei em consultoria, então eu via muito o perfil de contratação de algumas empresas assim, e é muito seletivo mesmo. Eu trabalhei em uma

empresa que “pode contratar qualquer pessoa, homem, mulher, homossexual, trans. Mas eu quero faculdade de alto padrão, eu quero Mackenzie, eu quero essas faculdades tops, eu quero inglês fluente, eu quero isso...”, mas gente, vamo lá né, então você quer contratar um perfil de pessoas. (...) Primeiro que eles já começam a eliminar pelo critério, de eu quero de universidade, eu quero experiência x, (...) eu quero uma ESPM da vida, eu quero... então você já tá eliminando, porque quem é a maioria das pessoas que estudam nessas universidades (...)? Então são pessoas brancas, hetero, cis, pessoas ricas, uma galera mais... e tudo bem, não tem problema, mas você já tá selecionando uma parte da sociedade, então eu acho que isso ainda tem muito. E é muito mais fácil ir pra prostituição, (...) existe um impedimento muito claro delas acessarem qualquer outro tipo de trabalho formal. O tráfico e a prostituição, principalmente pra população trans e travesti eu vejo que a maioria é mais na prostituição, eu acho que a prostituição é muito mais fácil e muito mais rentável pra elas. É isso, eu acho que é uma questão de facilidade também, é fácil, rola uma identificação porque tem outras semelhantes à mim fazendo a mesma coisa e a gente se une ali, a gente cria um coletivo ali que acaba aprendendo uma com a outra e se unindo, então faz muito mais sentido eu me prostituir, do que um trabalho formal onde tem um monte de cis (...).

É notável que a empregabilidade é atravessada por ideias coloniais de raça, gênero e classe, limitando o acesso ao mundo do trabalho, à geração de renda e o exercício da cidadania por mulheres trans e travestis negras em situação de rua. Diante da partilha de José, é possível evidenciar a busca dos empregadores por perfis específicos para a atuação no ambiente laboral: as existências hegemônicas.

Contudo, também ressaltamos no discurso do profissional a compreensão de “facilidade” ao exercício da prostituição e do tráfico, comumente compartilhada pelos discursos hegemônicos. Compreendemos que há incontáveis atravessamentos que podem acarretar em uma atuação compulsória do trabalho sexual e do tráfico por mulheres trans e travestis negras em situação de rua, entre elas, a imposição pela falta de oportunidades de trabalho (Benevides, 2025) decorrentes do racismo, da transfobia e do elitismo.

Benevides (2025) destaca que, para muitas mulheres trans e travestis, tal prática laboral foi a maior trincheira enfrentada. Ao mesmo tempo que se apresenta como uma possibilidade de geração de renda e sobrevivência, também se torna um enfrentamento para a manutenção da vida – vida esta que transcende o tempo-espço, permeando pelas existências trans e travestis negras em passado, presente e futuro. A autora relata que “(...) a rua se tornou um campo de batalha e, ao mesmo tempo, um lugar de construção de poder. Foi na esquina

que as Traviarcas, as pioneiras da nossa luta, criaram as bases para que as futuras gerações pudessem sonhar com um futuro diferente” (p. 7).

Nos questionamos a partir de quais saberes e fazeres as psicologias podem contribuir com as construções dos sonhos e possibilidades de futuros diferentes junto às mulheres trans e travestis negras em situação de rua?

Rita, no diálogo sobre as linhas de fuga traçadas na prática das psicologias para o acesso ao mundo do trabalho, compartilha as dualidades existentes diante das possibilidades de encaminhamento:

O Transcidadania, ele tem sido uma possibilidade mais possível do que o POT. Porque o POT ele vai exigir alguns critérios básicos também de permanência enquanto tratamento, enquanto processo de cuidado, e aí a gente tem essa questão da dificuldade de adesão. (...) o Transcidadania, o POT, o CATE, são frentes de trabalho, são programas que foram criados mas que exigem alguns níveis de organização social.

José, em concordância ao discurso de Rita, refere:

Então tá organizado, organizada, tá vindo em PTS, tá vindo nos grupos, a gente consegue incluir no POT. E aí eu acho que essa ausência de assiduidade da população trans acaba impedindo a gente de encaminhar pro POT, porque não tem essa frequência, e aí eu acho que os encaminhamentos pro POT são menores, eu não sei nem se tem, sinceramente eu preciso ver, fiquei curioso, preciso ver se tem...

Identificamos, portanto, algumas estratégias que permitem romper as barreiras de acesso da população trans e travesti negra em situação de rua ao mundo do trabalho consolidadas através de políticas públicas. Entre elas, Rita destaca o Programa Operação Trabalho (POT), o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) e o Transcidadania. A fim de ampliar as possibilidades de acesso, destacamos também a TransEmpregos, considerando que os direitos sociais demandam a mobilização coletiva para que continuem a existir e sejam legalmente garantidos. Apresentaremos os projetos junto a algumas ressalvas, visando identificar os atravessamentos das iniquidades sociais às políticas públicas no âmbito do trabalho e os impactos à sua efetividade.

O Programa Operação Trabalho (POT) foi instituído pela Lei nº 13.178 de 17 de setembro de 2001 e teve nova redação na Lei nº 13.689 de 19 de dezembro de 2003, ambas em âmbito municipal. O POT tem como objetivo atender trabalhadores que se encontram desempregados, que residem no município de São Paulo e pertencem às famílias de baixa

renda, a fim de estimular a reinserção no mundo do trabalho. As legislações explicitam, contudo, que a participação no programa é temporária e não gerará vínculos empregatícios ou profissionais entre os beneficiários e a Prefeitura do Município de São Paulo.

O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) é um portal desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo, no qual são ofertadas vagas de emprego e estímulos ao desenvolvimento de habilidades para o exercício laboral. O portal pode ser acessado gratuitamente a partir dos quatorze anos, considerando a possibilidade de atuação enquanto jovem aprendiz. Ao vislumbrarmos as possibilidades de acesso às vagas de emprego para a população em situação de rua, nos deparamos com obstáculos como as expulsões escolares e a ausência de ofertas de trabalho para ensinos fundamentais e/ou médios incompletos; ausência de acesso à internet em período integral para mapeamento constante de vagas, envios de currículos e participação em processos seletivos; ausência de referência residencial para além dos Serviços de Acolhimento Institucional, considerando os estigmas que permeiam a situação de rua; a limitação de mobilidade social para acesso às instituições de trabalho; entre inúmeras formas de discriminações e barreiras socialmente estruturadas que impedem o acesso ao mundo do trabalho formal e o exercício da cidadania.

O Transcidadania, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 58.227 de 16 de maio de 2018 – que também institui no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o “Mês da Visibilidade Trans”, realizado anualmente em 29 de janeiro –, destina-se à promoção dos direitos humanos, autonomia financeira, elevação de escolaridade, qualificação profissional e preparação para o mercado de trabalho das travestis, mulheres e homens trans em situação de vulnerabilidade social, assim como a humanização dos serviços públicos prestados pelo município.

Entre as diretrizes do programa, destacamos como potencialidades as ações direcionadas ao enfrentamento do preconceito e da discriminação contra a população trans e travesti (ressaltando o respeito ao uso do nome social, a identidade de gênero e a orientação sexual, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.948 de 5 de novembro de 2001 e o Decreto Municipal nº 58.228 de 16 de maio de 2018); a capacitação e sensibilização permanente de servidores públicos municipais para a oferta de atendimento qualificado e humanizado à população trans e travesti (observam o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não revitimização); a articulação intersetorial entre políticas públicas municipais e estaduais (como Educação, Assistência e Desenvolvimento Social,

Saúde, Mobilidade/Transporte, Trabalho e Empreendedorismo, Direitos Humanos e Cidadania destinados à população LGBT+s).

Compreendendo que a garantia dos direitos sociais está intrinsecamente associada às mobilizações e organizações sociais, evidenciamos a construção da TransEmpregos. Buscando estratégias para o acesso da população transgênera à educação, Maite Schneider, Laerte Coutinho, Márcia Rocha e Letícia Lanz fundaram a Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), tendo como objetivo promover acesso à educação e informação para a população trans. No entanto, com o desenvolvimento do projeto, constataram que a inacessibilidade à educação não se tratava do único entrave para a existência de pessoas transgêneras enquanto sujeitos de direitos, compreendendo as barreiras de acesso ao mundo do trabalho.

Com o intuito de trabalhar junto às empresas para enfrentar a discriminação e preconceito permeados pela transfobia, construíram em 2013 a TransEmpregos. O projeto contou com a contribuição e articulação de diversos apoiadores, entre eles destacamos João Nery (*in memoriam*), referência no ativismo brasileiro pelos direitos da comunidade LGBT+s no Brasil. Com o objetivo de garantir emprego e dignidade às pessoas marginalizadas pela identidade de gênero e orientação sexual distanciada do padrão hegemônico, a TransEmpregos afirma o compromisso com a construção não somente de um ambiente laboral acolhedor, mas de uma sociedade que compreenda pessoas trans enquanto sujeitos de direitos.

A TransEmpregos aponta que, no ano de 2024, cerca de 25.915 pessoas acessaram o projeto, tendo em torno de 2.877 empresas atuando em parceria. Em relação às pessoas que efetivamente acessaram os vínculos empregatícios, apontam 1.062 profissionais, sendo que 40,21% possuem Ensino Superior (Graduação, Mestrado ou Doutorado) e que o Estado de São Paulo concentrou o maior número de contratações através da iniciativa.

Os projetos descritos, destacando o Transcidadania e o TransEmpregos, apresentam possibilidades para que as gerações de mulheres trans e travestis negras em situação de rua sonhem com futuros diferentes, como aponta Benevides (2025). A partir das linhas de fuga e fraturas expostas, vislumbramos caminhos para que as psicologias se alinhem à garantia dos direitos sociais da população acompanhada, visando o afastamento das situações de violação de direitos em decorrência do gênero, da raça e da classe.

Não podemos, no entanto, deixar de notar o retorno da “organização” desejada e verbalizada pelos profissionais para que as usuárias acessem os projetos ao referirem a exigência de *“alguns critérios básicos também de permanência enquanto tratamento,*

enquanto processo de cuidado, e aí a gente tem essa questão da dificuldade de adesão”; ou que “são programas que foram criados mas que exigem alguns níveis de organização social”; identificando que para o acesso ser permitido a usuária devem estar “organizada, tá vindo em PTS, tá vindo nos grupos, a gente consegue incluir no POT. E aí eu acho que essa ausência de assiduidade da população trans acaba impedindo a gente de encaminhar pro POT, porque não tem essa frequência”.

Novamente, nos deparamos com as expectativas construídas pelas psicologias em relação às existências contrahegemônicas, utilizando concepções que, muitas vezes, destoam das realidades e vivências das mulheres trans e travestis negras em situação de rua acompanhadas. A dita organização delimita quais corpos-subjetividades têm autorização para pertencer (ou não) à ordem social e acessar os direitos sociais – neste caso, o mundo do trabalho. Identificamos a dualidade no pensamento das psicologias em atuação, retomando os questionamentos que outrora Rita realizou (expostos nos primeiros capítulos deste escrito) e que também contempla nossas inquietações: *“a gente vai conseguir atender dentro de uma organização que o usuário tá inserido?”; “qual é o parâmetro que tá sendo usado como horizonte pra gente exigir isso do usuário? Porque é isso, o usuário ele tá no papel dele, e aí é uma desorganização nossa quando a gente não consegue entender e reestruturar o que a gente tem enquanto base teórica e base técnica pra isso, é uma desorganização que é nossa e não uma desorganização que é do usuário, né”.*

Enquanto linhas de fuga à dita “organização”, comumente tratadas como uma espécie de “inadequação”, retomamos o desnorreamento (David, 2022) enquanto compromisso ético-político-afetivo com as travestilidades e transgeneridades negras que se encontram nas ruas. Ao desnortear, podemos questionar os padrões sociais impostos e abrir caminhos para as existências nômades (Sales, 2019) no âmbito de trabalho. Em contraponto, ao nos alinharmos às lógicas universais de existência, reforçamos a designação de mulheres trans e travestis negras em situação de rua aos trabalhos informais (ausentes de regulamentação e prevenção de violações) como única possibilidade de atuação, interrompendo os sonhos intergeracionais com futuros diferentes.

3.5. Ilê de Afeto ou Afeto de Equê?

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988, s/p).

Quando os discursos oficiais (legislações) determinam que as infâncias, adolescências e juventudes devem ser protegidas de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão pela família, pela sociedade e pelo Estado, nos questionamos às quais infâncias, adolescências e juventudes se referem? Estariam as infâncias e adolescências trans e travestis negras em situação de rua inclusas enquanto corpos e subjetividades a serem protegidos? Tratam-se de perguntas retóricas.

Benevides (2024) aponta que os casos de violação de direitos humanos contra crianças e adolescentes trans persistem no decorrer dos anos, destacando a ausência de políticas públicas que garantam a proteção e os direitos de infâncias e adolescências dissidentes. A autora ressalta que as violações ocorrem frequentemente no convívio familiar, amparadas por órgãos ditos de proteção às crianças e adolescentes através da reprodução de discursos e práticas hegemônicas.

Escutar as existências de meninas e mulheres trans e travestis negras em situação de rua é escancarar o descomprometimento com infâncias e adolescências específicas: as negras, as trans, as travestis e as empobrecidas. Tais infâncias são desconsideradas pelas políticas de proteção às formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, expondo as vulnerabilizações e as marginalizações as quais se encontram socialmente expostas – seja em âmbito comunitário, seja no contexto familiar.

Em diálogo com as psicologias em atuação, identificamos que o rompimento dos vínculos familiares ocorre frequentemente durante as infâncias e adolescências de meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua, tendo como principal motivação o não reconhecimento das identificações de gênero das filhas. O rompimento acarreta a violação do direito ao convívio familiar, evidenciando a expulsão da moradia como uma ação recorrente promovida pelos pais. O ambiente familiar, cuja função seria proporcionar espaços de acolhimento, afeto e proteção, se torna palco de rejeição e hostilidade.

Giovana, Rafaela e Ana apontam as fragilidades que o rompimento dos vínculos familiares acarretam nas existências dissidentes, compartilhando que:

Em geral, essa rede familiar ou ela é ausente, tipo assim, não temos nem contato, ou é muito fragilizada assim. Então muitas das vezes elas estão na rua justamente porque foram expulsas de casa, muito novas às vezes. Justamente por serem mulheres trans. Então eu lembro que a Marina se assumiu e aí ela veio pro centro de São Paulo assim... ela é do interior de São Paulo e ela veio pra cá porque ela achou que aqui ela conseguiria o mínimo de apoio. E aí, é isso, assim... qual é a rede de apoio? Não sei...

acho que é quase nula assim... eu fico pensando hoje na abertura do serviço do CRPOPTT, que é o Centro de Referência da População Trans e Travesti, que pode ser talvez um pequeno passo, um pequeno ponto de esperança no horizonte. (...) eu acho que não é mais rede, então a gente fala de um indivíduo que tem pessoas de apoio. (Giovana)

(...) por conta da não aceitação da família, eles não entenderem, falarem que aquilo era falta de Deus, dela não ir na igreja, então foi um dos motivos dela ter escolhido sair de casa. Só que ela achou que aqui em São Paulo seria mais fácil e não foi. (Rafaela)

Eu me lembro relacionado à orientação sexual e que também é muito difícil para a família, que às vezes vai negando, às vezes vai tentando que esse usuário ou essa usuária responda aos mandatos da família. Mas trans... não consigo me lembrar de alguém que esteja na família ou que tenha relação mais próxima com alguém da família. (...) Pela minha memória, os vínculos são sempre muito rompidos. Lembrei de uma usuária que às vezes fazia um contato familiar pelo telefone, mas de fato de ter uma família próxima, implicada, acolhendo, escutando e pensando as próprias questões, os próprios preconceitos, não me lembro de nenhuma família. (Ana)

(...) esse distanciamento vem sempre do “meu pai não me aceitou porque eu me reconhecia, eu sou uma mulher trans e meu pai me expulsou de casa” ou a maioria delas tem um histórico de violência de infância, de todos os tipos de violência desde a infância, então isso já provoca um distanciamento da família. Aí tem o uso da substância que agrava esse distanciamento... e isso é quase cem por cento dos usuários que a gente atende aqui, aí as relações vão se fragilizando, então, esse distanciamento se dá muito por isso. E acho que o distanciamento maior é isso né, muitas delas saíram de casa na adolescência, começaram a se prostituir na adolescência, começaram a trabalhar na adolescência e sempre em trabalhos muito difíceis, a prostituição, o tráfico, outras coisas que nunca nada foi fácil. (José)

(...) a maioria era realmente porque descobriu e aí colocava elas pra fora porque eram uma aberração, agredidas... literalmente colocadas pra fora ou elas mesmo, antes de serem agredidas, “vou sair”... mas, normalmente, ainda algumas tentavam forçar um pouco esse laço... e aí logo depois, depois de serem rejeitadas, elas mesmo rompiam essa questão... (Beatriz)

O abandono pela família destina as mulheridades trans e travestis negras para a situação de rua desde cedo, intensificando as expulsões as quais são submetidas no decorrer de suas trajetórias: do convívio familiar e comunitário, da educação, do trabalho. Benevides (2025) aponta que quando as possíveis redes de apoio se esgotam, os laços com familiares e

amigos se cortam e instituições como escola e rede de saúde negligenciam a sua existência, as tentativas de autoagressão e autoextermínio emergem, evidenciando o adoecimento psicossocial em que as mulheres trans e travestis negras em situação de rua se encontram.

Ana compartilha a importância do fortalecimento das redes de afeto, a fim de que as usuárias possam criar, ou seja, vivenciar as infâncias e as adolescências ausentes da preocupação de serem responsáveis pela garantia dos próprios direitos sociais, considerando que haveria uma rede de proteção às crianças e adolescentes que assegurariam seus cuidados, amparadas pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Quando a gente vai pensando na população trans, quando a gente vai pensando na população que faz uso importante de substância, que estão em situação de rua, que estão inseridos em um outro circuito, fica um pouco mais difícil ter uma regularidade em relação ao acompanhamento. Quando essas crianças e adolescentes estão no núcleo familiar, isso é um pouco mais fácil, não que a família garanta de fato e sempre todo o acompanhamento que o usuário precisa, mas acho que talvez tenham coisas que as crianças e adolescentes no núcleo familiar não precisam se preocupar. Como proteção, como sobrevivência, como alimentação, com os direitos básicos que muitas vezes os usuários que estão em situação de rua precisam estar muito atentos pra de alguma forma tentar garantir o mínimo. Então tem uma dificuldade nesse sentido, com relação à regularidade, à frequência, com procurar o serviço x pra além dos momentos em que está inserido em uma situação mais delicada, em uma situação de violência, mas acho que tem alguns usuários que conseguem ir vinculando mais e entendendo o serviço x* como esse lugar de cuidado, e aí conseguem de alguma forma estar um pouco mais frequente no serviço x*.*

Ana complementa o relato das profissionais trazendo a dimensão de uma rede de apoio comunitária construída após os rompimentos dos vínculos familiares: as ruas.

As que os pais estão mais presentes, elas conseguem acessar o espaço de saúde, o espaço de convivência... as outras não. Acho que o espaço de convivência é onde eu posso fazer uso de substância, é ficar em situação de rua, e aí vai me proporcionar outros recursos. (...) De sobrevivência. Recursos de sobrevivência. E como lidar com isso, porque não tem outra rede de apoio. Acho que a rua é uma rede de apoio (...) pelo fortalecimento dos pares. (...) Eu não sei nem se é uma identificação. Mas eu acho que é um acolhimento. Muitas vezes é um acolhimento hostil, mas não deixa de ser um acolhimento. Porque elas sofrem violência na rua também... mas ao mesmo tempo que

sofre violência naquele lugar, é um lugar de pertencimento. E tem o acolhimento também ali.

Diante das violações ao convívio familiar e comunitário, o que pode o saber-fazer das psicologias contribuir para o fortalecimento de vínculos afetivos e redes de apoio às meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua? Essa não é uma pergunta retórica. E receio que seja um questionamento que ainda caminhamos para poder responder. Consideramos, como aponta Favero (2022), que as perguntas são um modo de produção de conhecimento, nos convocando a refletir, a notar a limpeza (as normatividades) dos nossos pensamentos, que se apressam em colonizar as respostas.

Contudo, demos um passo: romper com as fantasias coloniais da branquitude, da cisnormatividade e do elitismo abre caminhos para nos organizarmos coletivamente, fomentando a construção de políticas públicas e produzindo práticas nas psicologias comprometidas com a escuta, o acolhimento e a existência das meninas e mulheres trans e travestis negras que (sobre)vivem nas ruas da cidade de concreto.

Assim como Benevides (2025), compreendemos que é urgente que essas iniciativas avancem para a construção de um Estado que assegure o bem-estar social da população trans e travesti negra em situação de rua, combatendo as causas estruturais das violações e promovendo um ambiente no qual as pessoas travestigêneres negras queiram e possam viver plenamente para além das iniquidades sociais que permeiam os gêneros, as raças e as classes, garantindo a segurança, direitos e dignidade das meninas e mulheres trans e travestis negras enquanto sujeitos de direitos.

Era dia de feira na rua de baixo e um pastelzinho no almoço é sempre uma boa pedida. Pleno final de semana em plantão e um sol pra cada cabeça na rua. Saindo pelo portão, você me pede ajuda e se coloca atrás de mim. Igual criança quando tá com medo de algo e se emaranha nas pernas dos adultos, sabe? A primeira pedra nos atinge. Ainda sem entender muito bem, fui colocando o corpo pra nos defender de alguma forma. A segunda pedra vem. O corre-corre começa na rua e de longe escuto a voz dele gritando ameaças. Permaneço na sua frente. A terceira pedra vem. E a quarta. E a quinta. E chegou um momento que eu perdi as contas. Não passou de segundos... mas já disse que na rua o tempo flui num ritmo diferente? Braço roxo. Perna sangrando. Ainda bem que nenhuma atingiu-nos a cabeça, penso. O corre-corre eram os meninos da rua, que vendo os gritos e o ex companheiro a arremessar pedras, vieram pra ajudar. Num muro de corpos como uma barricada pra te proteger, a gente rumou pra dentro do serviço de acolhimento. Um banho, água, comida, escuta-conversa-chora, cuida das cicatrizes que ficaram, ajuntamos algumas roupas e separamos uma beliche no quarto junto às outras mulheres. Ninguém precisou dizer nada. Bastava o olhar de solidariedade e a presença de cuidado. Das trabalhadoras às atendidas, todas já tinham vivenciado essas violências. Permanecemos no silêncio, ouvindo as pedras que ainda acertavam o portão lá fora. Uma, duas, três, quatro pedras contava... até que perdi as contas. Já disse que na rua o tempo flui num ritmo diferente? Nem lembrei do pastel. A feira e o cotidiano de um final de semana ensolarado pareciam uma memória distante.

CURRÍCULOS OCULTOS, (DES)EDUCAÇÃO (IM)PERMANENTE E (DES)CONTINUADA

Stona e Carrion (2021) apontam que há um silenciamento das discussões sobre identificações de gênero, relações étnico-raciais e classes sociais na formação e nos currículos de psicologia. Os autores afirmam que somos mais preparados para normatizar do que para desconstruir, considerando que a formação em psicologia foi submetida a uma precariedade de discussões interseccionais no decorrer de sua construção enquanto ciência e profissão. Dessa forma, nos convidam a pensar: como a colonialidade é performada nos espaços de formação em psicologia e como é reproduzida nas escutas psicossociais?

Nossas escutas são, ao longo da formação em psicologia, treinadas por meio das trocas em salas de aula, das leituras realizadas, das atuações em estágios, das práticas em supervisões, constituindo nossa principal ferramenta de intervenção. A escuta, no entanto, não se constitui somente no ouvir, mas no sentir, no pensar e no agir em conjunto com as pessoas que nos compartilham suas trajetórias, potencialidades e vulnerabilidades. Ao refletirmos sobre os modos de escuta e intervenções que rompam com a patologização, a criminalização e a culpabilização das violações vivenciadas pelos corpos e subjetividades das transgeneridades, das travestilidades, das negritudes e das classes populares, possibilitamos o estímulo à autonomia, ao protagonismo e à compreensão enquanto sujeitos de direitos (Stona e Carrion, 2021).

Nas formações, nos deparamos com o que os autores nomeiam de “currículo formal” e “currículo oculto”. O currículo formal se refere às “(...) teorias clínicas, psicodiagnósticos, entrevistas e avaliações psicológicas, psicopatologias, entre outros componentes curriculares” (Stona e Carrion, 2021, p. 45); enquanto que o currículo oculto se refere à “(...) transmissão de valores e de historicidades, de princípios de conduta e de normas de convívio, ou seja, trata-se dos padrões socioculturais hegemônicos da vida comunitária, que são transmitidos de modo informal e não explícito” (Stona e Carrion, 2021, p. 45).

No diálogo com as psicologias em atuação, os profissionais compartilham o processo formativo no período de graduação através dos currículos formais e dos currículos ocultos, atentando-se aos saberes relacionados às identificações de gênero, relações étnico-raciais e classes sociais. Identificam que os processos formativos permanecem distanciados das temáticas referidas, evidenciando o pacto colonial de silenciamento das iniquidades sociais.

Dentro do meu processo de formação, ele foi muito voltado pra questões técnicas da Psicologia, então mais voltada pros braços, então da Psicanálise, voltada um pouquinho

pra Behaviorismo, entre outros da Psicologia. E eu acho que, assim, dentro do meu processo desses cinco anos a gente abordou coisas mínimas. Pautas sociais, acho que na Psicologia Social que eu tive um conteúdo um pouco mais voltado pra essa vulnerabilidade referente à raça, cor e a questão de gênero, mas foi uma coisa muito superficial, assim, quase nada, eu fui realmente ter um contato na minha atuação.
(Paula)

Olha, eu não sinto que tiveram abordagens durante a formação na graduação. Uma universidade particular, então era uma universidade majoritariamente branca, que eu acho que de fato não tinha alguma mobilização ou alguma reflexão sobre essas questões, acho que isso não aparecia pra universidade como uma questão, pros professores como uma questão e eu não me lembro de fato de nenhuma grande discussão, nenhuma grande inserção de estudo e de pesquisa sobre questões de raça e de gênero. Então na formação é algo que eu não tive, não tive nenhum momento de discussão, de reflexão, de estudo, de pesquisa sobre as questões raciais, sobre as relações raciais e sobre as questões de gênero. (Ana)

Eu acho que, particularmente falando como homem, negro, estudante e profissional da área, eu acho que a gente não se forma pra entender essas questões na verdade. Foi só depois de sair da faculdade que eu fui entender que existia Fanon e outros teóricos.
(João)

(...) eu sempre senti que a questão de gênero e sexualidade não era muito o foco. Eu senti falta disso. (...) Então a gente discutia o que era doença, o que era um prejuízo na saúde mental nos tempos atuais. (...) tem diversas coisas que podem influenciar e o que a gente consegue hoje, talvez colocar numa régua ou numa balança, pra pensar se isso é de fato um prejuízo ou não, se isso vai ser alguma coisa de um CID, e aí também nesse bloco a gente teve a delicadeza de “ó, a gente não pode olhar os CIDs e esquecer de todas as outras questões”, então, por exemplo, a gente não conversa muitas das vezes sobre as questões de gênero, então as questões de gênero também vão trazer influência no que é saúde-doença. (...) Porque acho que quando a gente tava na graduação e quando eu chego no serviço, você tem esses dois choques, né? Então na graduação você aprende a identificar fácil o que é um transtorno de personalidade, o que é um borderline, o que é um não sei o que... e aí quando você chega no serviço você entende que aquilo ali não é um comportamento histriônico, a pessoa está num sofrimento muito agravado e que não necessariamente é só porque está com sintomas ansiosos, é porque toda a vida dela tem uma influência sobre aquilo. Então, de novo, casa com aquela coisa que não tem como ser uma coisa meio arcaica, você tem que pensar em leituras que vão

trabalhar no cenário político, no cenário social e em todos esses atravessamentos que vão gerar o conceito de saúde-doença. (Giovana)

Quando Ana relata que estudou em *“uma universidade particular, então era uma universidade majoritariamente branca, que eu acho que de fato não tinha alguma mobilização ou alguma reflexão sobre essas questões, acho que isso não aparecia pra universidade como uma questão, pros professores como uma questão e eu não me lembro de fato de nenhuma grande discussão, nenhuma grande inserção de estudo e de pesquisa sobre questões de raça e de gênero”*, podemos notar a dimensão dos “currículos ocultos” expressa por Stona e Carrion (2021). A partir da identificação do espaço formativo enquanto majoritariamente constituído por pessoas brancas e ausente de mobilização/reflexão sobre as identificações de gênero, relações étnico-raciais e classes sociais, transmitem-se os valores, a historicidade e os modos de vida compartilhados pelo discurso hegemônico, permitindo o silenciamento, a omissão e a distorção do lugar de privilégio que a elite branca cisgênera ocupa no meio social (Carone e Bento, 2014). É possibilitada uma irreflexão acerca da posição social que ocupa de acordo com a não-demarcação da identificação de gênero, étnico-racial e de classe.

Destacamos também o relato de Giovana, no qual a profissional demonstra o alinhamento ético-político das psicologias com a defesa dos direitos fundamentais na prática profissional, rompendo com percepções patologizantes e compreendendo a existência dos sujeitos em sua integralidade. Ao relatar que *“(...) quando a gente tava na graduação e quando eu chego no serviço, você tem esses dois choques, né? Então na graduação você aprende a identificar fácil o que é um transtorno de personalidade, o que é um borderline, o que é um não sei o que... e aí quando você chega no serviço você entende que aquilo ali não é um comportamento histriônico, a pessoa está num sofrimento muito agravado e que não necessariamente é só porque está com sintomas ansiosos, é porque toda a vida dela tem uma influência sobre aquilo”*, Giovana expõe que, apesar do acesso à currículos formais e ocultos que silenciam as iniquidades sociais, as psicologias podem construir uma prática marcada pelo compromisso com as existências nômades (Sales, 2019) através da ampliação e qualificação das escutas psicossociais.

José também aponta o distanciamento dos currículos das psicologias em relação às vulnerabilidades sociais durante sua formação. Todavia, assim como Giovana, enuncia as psicologias praticadas coletivamente e no território enquanto ruptura com dispositivos de controle da escuta, ou seja, o rompimento com a formação em psicologia que determina

maneiras de escutar as pessoas através de percepções normativas e individualizantes (Stona e Carrion, 2021; Sousa e Sposito, 2019).

No meu processo de formação eu não tive praticamente nada. Não vou dizer que nada, assim... a gente tem uma pincelada de algumas questões, de alguns assuntos (...). Eu me formei na FMU e eles são muito focados na parte clínica mesmo, assim muito, muito, e a gente imagina que tem outras, a gente até citou outras universidades que são muito focadas nessa parte, e foi pouquíssimo que eu vi assim, às vezes alguma matéria de psicologia social, coisa bem rara. Eu acho que o campo pra mim foi muito mais agregador pra essas questões, a prática, o trabalho, me ajudou muito mais, até porque foi muita tentativa e erro, foi muito mais aprendendo com meus próprios erros, sabe? Com os meus colegas me pontuando, comigo mesmo fazendo uma autorreflexão do que eu estava fazendo, de entender ali... a gente ouve muito na faculdade sobre biopsicossocial, mas esse biopsicossocial ele abrange muitas coisas, né... então a gente tem esse biopsicossocial, mas o que é esse biopsicossocial, sabe? O que é esse contexto de uma atendida trans que é usuária de crack que vem aqui diariamente? O que é de um rapa, de um homem, branco cis que também faz uso de substância? Isso foi a prática que me trouxe, foi difícil na universidade de... eu não me lembro assim. A gente estuda muita teoria né, Lacan, Freud, a gente vê muito Jung... mas eu acho que na prática mesmo, no dia a dia, né... foi muito voltado à clínica mesmo as teorias, pelo menos no meu caso.

O processo de troca entre os profissionais no território permite a percepção dos limites e a ampliação das psicologias aprendidas durante o processo de formação – seja nos debates teóricos, discussões de casos, articulações em rede, seja ao compartilhar vivências que nos constroem subjetivamente. É possibilitada a quebra da necessidade em se filiar à uma única linha teórica, considerando o estímulo (compulsório e restritivo) ao qual os profissionais de psicologia são submetidos ao receberem a titulação. Dessa forma, rompemos com a obrigatoriedade de abordar a cultura e os modos de vida nos territórios a partir de referências que não nos contemplam em nossa integralidade, nos permitindo permear por diversos campos de saberes (Stona e Carrion, 2021).

Rita, em seu relato, evidencia o envolvimento a partir das próprias vivências para ampliar os saberes acessados na formação em psicologia. Através do compromisso ético-político-afetivo com os direitos fundamentais, a profissional refere a convocação dos pares para o exercício crítico de se debruçar nos debates sobre identificações de gênero, relações étnico-raciais, orientações sexuais, classes sociais, entre outras temáticas que

atravessam a nossa construção social e subjetiva, sugerindo a compreensão para além da percepção individualizada, patologizante, culpabilizante e criminalizante.

Ao meu ver, mesmo enquanto ainda era estudante de psicologia na graduação, eu sempre achei muito importante e que a gente pouco fala sobre isso durante a graduação. Eu tive contato com esse tema porque eu sempre fui engajada nesse tema, eu sempre fui engajada em entender sobre negritude, sobre pretitude, sobre pobreza, sobre violências de gênero, sexualidade, enfim... eu sempre fui muito engajada nesses temas, então eu sempre tive muito contato com eles e também conseguia levar isso de forma com que outras pessoas que não tivessem esse mesmo engajamento, mas que tivessem no mesmo espaço acadêmico que eu, também acessassem. Mas eu vou percebendo que se não fosse esse engajamento, não teria acontecido dessa forma, de jeito nenhum. Mas que é muito importante, (...) a gente tem que entender esses problemas estruturais, se não a gente vai individualizando questões, vai trazendo pra contextos particulares, que é o que se faz muito em consultórios, que são questões sociais, (...) o problema aqui é a fome, é a falta de acesso, em outras questões, e se a gente não consegue entender que estrutura que cria essa organização que vai fazendo a manutenção dessa vulnerabilidade, eu acho que a gente acaba não conseguindo desenvolver o nosso papel principal aqui, que é as pessoas conseguirem mudar a realidade que elas estão e ser o apoio pra isso. Então é importante que a gente entenda sobre racismo, sobre machismo, sobre xenofobia, sobre todas as violências que acontecem dentro do nosso contexto social. A gente precisa se apropriar disso e a gente precisa conseguir externalizar pra que as pessoas também consigam se mover a partir do que a gente vai trazendo como conhecimento, e nomeando também tudo isso. Porque o usuário, o indivíduo, ele chega aqui e muitas vezes ele não consegue identificar as violências e ele vem trazendo isso como parte de um contexto de vida, porque é uma dinâmica, ele tá inserido nisso há muito tempo, e aí ele não nomeia. Então a gente tem esse papel, a gente tem o papel fundamental de dizer (...), porque daí a gente consegue também pensar que a gente precisa movimentar toda rede, que faz parte do SUS, que é na integralidade, então a gente precisa movimentar toda essa rede pra gente atender de forma integral. Porque aqui a gente não vai resolver o problema de todo mundo e não é esse o objetivo, mas da gente pensar de que forma a estrutura que a gente tem hoje, enquanto rede, vai dar o suporte a partir da identificação que a gente vai fazendo das necessidades que a pessoa tá apresentando ali pra gente, e aí a gente conseguir nomear isso e fazer as políticas públicas agirem de acordo com essas vulnerabilidades. Eu vou pensando muito por esse viés, então é importante, pra mim o psicólogo que não se apropria dessas questões, não sei se é o lugar que ele deveria estar ocupando.

A profissional ressalta a necessidade das psicologias terem conhecimento sobre as políticas públicas e movimentar (articular) a rede intersetorial para atendimento às demandas apresentadas pelas mulheres trans e travestis negras em situação de rua, considerando a impossibilidade de uma atuação isolada na garantia dos direitos sociais e na transformação social. Retoma a importância, também apontada por José, de um saber-fazer coletivo nas psicologias enquanto compromisso ético-político da profissão.

Quando refletimos sobre a ampliação dos saberes que constituem nossa formação enquanto psicólogos, nos questionamos quais as referências que compõem nossos currículos formativos? Através de qual historicidade construímos nossas escutas? E, por fim, quais corporalidades e subjetividades atravessam a construção de nossos conhecimentos?

Durante a graduação, estudei muito Freud, Winnicott, estudei mais um... acho que Freud, Winnicott e Melanie Klein, acho que foi o que a gente ficou mais fixado nos estudos. Hoje, eu gosto muito de Freud e Lacan, que acho que são os dois que eu vou usando um pouco pra me basear. (Paula)

Na psicologia negra, Frantz Fanon, igual eu citei lá, muito importante. E dentro da psicologia, eu não consigo lembrar de nenhum teórico, nenhuma teórica trans especificamente não. (João)

Trans e travestis acho que é o mais difícil. Na verdade não teve um que na graduação que indicaram. Agora autores negros e psicanalistas, as pessoas da psi num geral também... fiz um projeto de monitoria também sobre as mulheres negras, que era meio que pra gente achar o que não é falado nunca e aí apresentar para os primeiros anos... e aí a gente pensou um pouco sobre a galera da psi, que é negra e não é falada né... (Beatriz)

Acho que essa questão do referencial teórico é algo que a gente precisa estar um pouco mais atento porque às vezes a gente procurou uma referência que não é uma referência que tem aquela experiência né... acho que quando a gente vai discutindo as questões raciais, a gente vai discutindo um pouco pelo viés de teóricos negros. Mas, em relação à população trans, eu acho que a gente tem um déficit nesse sentido, de ter referências trans que estejam na academia, que a gente também use como um ponto de partida pras discussões e pras formações. (Ana)

Olha, eu acredito que tenham pesquisadores e pesquisadoras (referindo-se à população trans e travesti), eu acho que a gente não conhece. (...). Então eu acredito que tenha e que a gente precise pesquisar um pouco mais e se atentar a isso quando a gente for

pensar em alguma discussão da temática, procurar referenciais que estejam inseridos de fato nesse lugar. (Ana)

Parafraseando Sofia Favero (2022), nós estamos mal de representação. Para as psicologias se comprometerem ética, política e afetivamente com as transgeneridades e travestilidades negras que se encontram em situação de rua é necessário dialogar com as produções epistemológicas daquelas que vivenciam as colonialidades de gênero, de raça e de classe. Silenciar as epistemologias negras, travestis e transgêneras é explicitar “(...) para quê e para quem serve este tipo de prática profissional e possivelmente culmina na repetição de parte da história da Psicologia que nos envergonha, pois respaldava e ainda fornece substrato para práticas de normalização, patologização e aprisionamento das diferenças” (Sousa e Sposito, 2019, p. 124).

Favero (2022) considera que as psicologias são ciências da cultura e, portanto, não há uma forma de fazer psicologia ausente de um posicionamento ético-político (embora muitas psicologias operem como se fosse possível). Dessa maneira, torna-se imprescindível que as nossas formações acompanhem os modos de vida plurais dos territórios em que nos localizamos. A seguir, propomos a reflexão sobre a Educação Continuada e a Educação Permanente enquanto possibilidades de revisão constante das nossas formações e atuações.

Ambas podem ser consideradas maneiras de ampliar a qualificação dos profissionais e expandir os conhecimentos acessados no decorrer de suas formações de maneira reflexiva e crítica, todavia, apresentam algumas distinções metodológicas. A Educação Continuada pode ser compreendida como as atividades de formação que possuem duração determinada e que, normalmente, são realizadas a partir da busca dos próprios profissionais (como as pós-graduações: Especializações, Mestrados e Doutorados), enquanto que a Educação Permanente está relacionada às aprendizagens no processo de trabalho, ou seja, adequadas às demandas que atravessam o cotidiano dos profissionais e fomentadas pelas instituições de trabalho.

Entre os profissionais entrevistados, identificamos a busca constante pela Educação Continuada, ocorrendo majoritariamente no formato de especializações devido à necessidade de conciliação com as atividades de trabalho. Os profissionais ressaltam, assim como vivenciado durante a graduação em psicologia, o distanciamento de abordagens interseccionais e referências contracoloniais ao buscarem pela Educação Continuada. Torna-se evidente o epistemicídio em relação aos saberes negros, trans e travestis nas formações acessadas. Ao reproduzir a colonialidade do saber, as injustiças epistêmicas

acabam por delimitar “(...) populações que sofrem um déficit de autoridade e são privadas da construção de significados sociais aos fenômenos que os atingem. Sem *filosofês*, referem-se a pessoas que não estão autorizadas a pensar as próprias vidas” (Favero, 2022, p. 25).

(...) eu senti falta de falar mais e de se aprofundar, porque foi muito... muito cru, foi algo muito básico e eu senti falta disso ser aprofundado mais. Mas, não foi numa visão medicalocêntrica e nem hospitalocêntrica, sabe? (referindo-se aos professores da especialização cursada, cuja formação era na área de Psiquiatria) Mas falou muito pouco de vulnerabilidade, falou mais do gênero como uma questão humana, de diversidade de gênero, mas não falou tanto dessas questões das vulnerabilidades... foi um pouco cru. (...) Acho que o sofrimento psíquico decorrente da minha orientação sexual, da minha identidade de gênero... acho que a saúde mental entra aí. O porquê que a gente vê uma demanda muito grande de sofrimento psíquico por conta de gênero, orientação sexual... (Amanda)

Quase com toda certeza acredito que não eram textos de mulheres pretas e muito menos mulheres trans. Quando na pós-graduação, eu não lembro muito das referências bibliográficas porque foi uma aula um tanto mais solta, como se fosse uma palestra. Mas era um professor que era branco e se denominava um homem cis e homossexual, então ele tinha um apelo diferenciado com relação ao tema, eu acho que é isso, assim, ele era um cara sensível para falar sobre o assunto (orientação sexual). E isso fez toda a diferença, foi uma aula que me marcou muito (Giovana)

Em relação à Educação Permanente, nos deparamos com relatos distintos dos profissionais acerca do envolvimento da equipe-gestão-instituição e da efetividade das formações propostas. As psicologias em atuação ora identificam a existência de ações contínuas para refletir sobre as demandas que atravessam o cotidiano de trabalho, ora compreendem o desinvestimento em relação às formações no âmbito laboral.

Na rede a gente tem sempre umas duas, três vezes por mês, existem encontros que são pra discussão sobre temas específicos, que aí aqui gente faz a distribuição por comissões, então a comissão da população negra pode selecionar uma quantidade x de funcionários pra representar a gente na discussão que vai ter lá no prédio de direitos humanos pra falar sobre o combate ao racismo, por exemplo. Ou como aconteceu na semana passada que a gente teve sobre a LGBTIfobia, no acesso à saúde das pessoas LGBTQIA+ né, enfim... a gente sempre tem esses espaços de discussões, que é muito fortalecido enquanto rede. Tem os cursos também institucionais que são disponibilizados. E a gente também consegue, a gente na verdade tem uma estrutura, na

nossa reunião geral da manhã, a gente tem toda terceira sexta-feira do mês, a gente tem um período que é discussão técnica né, então o profissional que tá responsável pela reunião naquele dia trazer um tema técnico, uma discussão técnica, pra aí durante um período a gente fazer a discussão, que aí pode ser uma discussão de caso, pode ser um tema específico, que aí vai ser de acordo com quem tá responsável naquele mês, que aí pode também direcionar pra equipe e a equipe identificando o que precisa ser discutido ou a pessoa identificou o tema, tem algum conhecimento, alguma especialização em algum assunto e aí ela pode trazer um conhecimento pra ser compartilhado com a equipe, é mais assim, nesse sentido. E as nossas discussões de caso que são riquíssimas e a parte mais importante do nosso trabalho, que a gente tem todos os dias, mais de uma vez por dia, discutir caso é muito importante e o maior espaço que a gente tem de criação, de produção de conhecimento aqui, são as discussões de caso, com certeza. (Paula)

Paula compartilha a estrutura que o serviço no qual atua construiu visando compartilhar os saberes adquiridos através da Educação Continuada e da Educação Permanente entre os profissionais. Destacamos o relato de Paula com o intuito de evidenciar a mobilização entre gestão e equipe na construção de práticas formativas efetivas, alinhadas às demandas vivenciadas no cotidiano do território e incentivando a participação coletiva. Outros profissionais, no entanto, relatam experiências distanciadas de Paula.

A questão da formação na instituição é algo que é sempre muito individual, então a gente precisa cavar, procurar, ir atrás da própria formação, e pensando aí o que a gente entende como uma demanda pessoal, porque a instituição não tem esse movimento de ofertar esses espaços de formação, de garantir esses espaços de formação. (Ana)

Me parece uma área um pouco mais individualizada. No serviço x a gente até percebe, pelo menos aqui, me parece que, não falando especificamente dos profissionais, me parece uma estrutura protocolar. Então a gente fala da questão da sexualidade, da orientação sexual, quando chega no dia da visibilidade LGBT, a gente fala de racismo quando chega novembro e outras coisas do tipo, então me parece uma coisa muito precisa falar e alguém vai lá e fala, precisa abordar, precisa ser trabalhado isso então alguém vai lá e fala. Mas é uma coisa muito aquém do que de fato deveria.* (João)

(...) então hoje, na empresa que a gente tem, a gente tem um sistema que você entra lá, você loga, e aí vão ter vários cursos, várias dinâmicas, várias temáticas e que eles acham que isso faz com que a gente aborde as temática (...) e aí quando a gente olha para aquilo, aquilo não provoca em nada... aquilo provoca que a gente cole

coletivamente, uns dos outros, de quem conseguiu ter tempo pra fazer... e é muito cruel que isso seja inclusive critério para que você faça outras coisas dentro da instituição. (Giovana)

(...) em questão de capacitação, acaba se tornando uma coisa muito mais individualizada... mas que, sistematicamente, burocraticamente, se faz... mas efetivamente não se faz... tipo, blz, um curso da instituição y sobre essa população, mas não é assim que os profissionais... nossa, toda mundo vai acessar aquele curso ali, vai ler aquilo lá e, também, pensando que são só onze slides bem enrijecidos, que não fomentam uma discussão, acaba ficando uma coisa bem cindida entre a equipe, assim... e aí é uma coisa que a gente acaba percebendo que tem possibilidade de desconstruir minimamente, em algumas reuniões quando surge aleatoriamente, mas que tem muita resistência. (Beatriz)*

Tem os cursos, as capacitações obrigatórias, que eu acho que não é voltado pra um serviço x, por exemplo, além de ser uma coisa muito crua, muito simples. (...) Eles disponibilizam o material gravado e um outro por slide, uma apresentação por slide e um outro escrito, mas é o mesmo do slide, só que escrito... são aulas gravadas de 10 minutos, 15 minutos pra abordar temas que a gente precisava de horas pra discussão, dias de discussão, de fato uma discussão (...). Fora esse curso obrigatório que a instituição y* disponibiliza, que é super cru também, e que não se aplica ao serviço x*, é uma coisa muito ampla, não é direcionada pra cada serviço, não tem. (...) É igual pra todos os serviços (...). não tem discussão na unidade sobre os cursos. (Amanda)*

Eu acho que tem uma boa percepção, mas a gente não consegue compartilhar isso, fica muito no individual, fica muito... com a gente. Não tem um espaço pra dizer o que eu pensei, o que eu avaliei, o que eu penso ou pra compartilhar conhecimento... acho que fica muito numa avaliação individual, numa atuação individual, num conhecimento individual... não tem espaço pra gente discutir. (Amanda)

Os profissionais apontam o distanciamento da instituição na construção coletiva de formações que estejam alinhadas com as vivências no território, individualizando e pessoalizando a busca por ampliação dos saberes que contribuirão para a prática profissional. Os relatos destacam a ausência de compromisso ético-político com às demandas relacionadas às identificações de gênero, étnico-raciais, orientações sexuais, classes sociais e a abrangência das vivências em sua integralidade, abordando-as (quando abordadas) de maneira superficial e acrítica.

Lembramos, como apontado por David (2022), que os serviços de saúde no qual os profissionais se encontram estão submetidos à gestão da iniciativa privada. Dessa maneira, a lógica neoliberal e produtivista na saúde impacta diretamente nos (des)compromissos estabelecidos em relação ao enfrentamento das iniquidades sociais. Sob um viés no qual os direitos sociais se tornaram mercadorias, as educações (formações) se tornam descontinuadas e impermanentes.

Na função de responder ao funcionamento mercadológico, os profissionais apontam que as instituições e gestões apresentam barreiras na construção de espaços formativos coletivos. Há um desencorajamento à mobilização de profissionais que apresentam o desejo em investir na troca de saberes entre as equipes, refletindo o descompromisso institucional com a construção de conhecimento crítico teórico-técnico-vivencial, conforme podemos observar nos relatos de Rita, Giovana e Ana.

Eu acho que tem os profissionais que já possuem um engajamento maior pra tratar dessas questões, pra falar sobre isso. Mas, se a gestão, se a instituição, não apoia, não fortalece e não amplia os espaços de discussões, isso vai ser enfraquecido, isso vai se perder, isso não vai ser importante. Porque não tá sendo discutido, não tá sendo falado, não tá sendo pensado sobre isso. Então é muito importante que além do profissional que está engajado, porque se não isso vira algo muito pessoalizado, “só fulano pode falar sobre racismo”, né? Ou a gente só vai falar de racismo quando for mês de novembro. E não é o objetivo. Por isso a importância da instituição, da gestão, sempre fomentar essas discussões e fortalecer os espaços em que essas discussões acontecem, porque é a partir disso que a gente vai dessobrecarregando os profissionais que têm mais familiaridade com o tema e a gente vai ampliando pra que os profissionais que não tenham familiaridade ou os profissionais que tem uma perspectiva diferente eles minimamente consigam se enquadrar dentro do que é esperado. (Rita)

Eu entendo que parte mais dos profissionais que vão entendendo um outro jeito de funcionar, uma outra lógica de cuidado. E que aí, percebendo essa dinâmica que às vezes se instala na instituição, vão pensando em formas de capacitação da equipe, de discussão dos casos, em formas de pautar as questões. Me parece que a instituição tá muito distante disso, eu acho que a gestão faz uma parceria num sentido de reforçar a importância, mas de fato a mobilização, o engajamento vem dos próprios profissionais. (Ana)

E quando a gente pensa, isso em nível instituição, quando a gente pensa nível gerente, a gente percebe que é uma gerência que tipo “ah, tá bom, vai lá... ah, você quer falar?

então tá bom, vai lá falar”... e ao mesmo tempo zero... quer falar vai, mas ao mesmo tempo, eu não tô aqui (...). Então, por exemplo, na semana da visibilidade “ah, acho que vai ser legal... você tem certeza que você vai bancar fazer isso? eu tenho as minhas dúvidas se você vai conseguir hein... um evento de cinco dias, você quer cinco dias de evento? manhã e tarde? rodas de conversa?”, sim, é isso que eu quero. Eu quero que o serviço x pare por cinco dias pra conversar minimamente sobre essas questões... “ah, então vai lá, vai lá fazer”. (Giovana)*

(...) a gestão participou dois segundos, “bom dia, bom dia... ah, não esquece de me mandar as fotos, hein? manda as fotos em alta qualidade que eu tenho que mandar lá na instituição y, manda as fotos que eu tenho que mandar lá pro pessoal da comunicação. Você colocou o logo da empresa? Tem que colocar o logo da empresa. Você colocou o logo da empresa desse jeito? porque tem uma métrica né, você lembra né que tem uma métrica”. Então, assim, cadê a implicação, assim? (Giovana)*

Acho que tem pessoas que sim, que participam, que acham importante, que às vezes não tem essa postura mais de liderança, de pensar o formato e de mobilizar a equipe, mas que estão ali, que estão dispostos a ouvir, a participar, a entender e rever os próprios conceitos, as próprias questões. Tem alguns que estão ali porque precisa estar, numa coisa mais burocrática. E tem pessoas que vão se recusando a estar, que vão ali se desviar do assunto, da questão, de alguma forma fugindo um pouco do tema. Então acho que tem esses três jeitos de funcionar da equipe, das pessoas que estão liderando, das que estão ali muito receptivas à ideia e muito atentas, as pessoas que estão por uma necessidade de estar, mas que não me parece muito engajada de rever as questões, e quem vai fugindo um pouco desses espaços também. (Ana)

Nos questionamos o que desejam as instituições de ensino e de saúde ao se distanciarem da construção de saberes éticos, políticos e afetivamente comprometidos com as epistemologias afrodiaspóricas e travestigêres? E quando as psicologias se alinham ao descomprometimento institucional, a quem destinam suas escutas psicossociais?

A formação nas psicologias, que diz respeito a espaços e construções que visam a escuta qualificada, seria teoricamente comprometida com o reconhecimento aos inúmeros modos de existir. Contudo, observamos que os processos formativos nem sempre refletem tal compromisso (Stona e Carrion, 2021). Através do diálogo com os profissionais em atuação e a vivência enquanto psicóloga nos territórios, evidenciamos como os dispositivos de controle podem ser reproduzidos através de currículos ocultos, (des)educações (des)continuadas e (im)permanentes.

Repensar o funcionamento histórico da psicologia, enquanto ciência e profissão, nos permite desnormalizar os dispositivos de controle de escuta, nos distanciando de narrativas coloniais e possibilitando percepções singulares acerca das subjetividades e corporalidades expressas por cada menina-mulher trans e travesti negra em situação de rua que escutamos. A subversão, portanto, não se trata de uma escolha (Stona e Carrion, 2021).

Era contra as normas da instituição que vocês decorassem e deixassem pertences nos quartos-contêineres, mas você se queixava das paredes embranquecidas e do ambiente sem vida. Pedia para deixá-lo mais com “a sua cara”. Qual o problema de querer construir um espaço mais acolhedor para quem vive aqui? Pensava comigo. Na surdina, fizemos uma impressão de uma foto da Claudia Wonder e a penduramos como um quadro ao lado de seu beliche. Noutro tempo, você e outras mulheres que ali estavam me pediram uma assembleia: queriam tratar sobre deixar os seus lençóis nas camas que dormiam, em substituição aos descartáveis que o serviço fornecia. Novamente, me questionei qual seria o problema em querer construir um espaço mais acolhedor para quem vive aqui? Tempos depois isso deu o maior rebuliço. Vocês nunca se queixaram pelos descartes que se sucederam. Mas o sentimento de impotência me assombrava constantemente. Olhando de longe, pode parecer algo simples. Mas esse é um dos grandes problemas da institucionalização: o apagamento das singularidades. A naturalização da descaracterização, daquilo que faz a gente ser a gente. De tempos em tempos, fazíamos novas impressões pra redecorar. Claudias Wonders, letras de músicas, orações, imagens religiosas e tudo aquilo que, de certa forma, fizesse algum sentido para que vocês não se esquecessem. Hoje, uma fotografia de Claudia, como aquela primeira impressão que fizemos, estampa um quadro em casa. Sofia Favero vai dizer que o que toca a gente de maneira profunda, nem sempre vamos saber abordar sem que nos gere algum custo. Diz também sobre sentir as palavras-escutas com o corpo. Não consegui estar por perto quando você se foi. E soube que foi mais um dos momentos que quiseram te apagar a memória: enterrada com um nome pelo qual não mais se reconhecia. Penso que partes desse escrito servem também para preservar suas lembranças. Para não esquecer: Seu nome foi Val Ferreira de Sousa.

AQUILOMBAMENTOS: BUSCANDO O QUE ESQUECEMOS

Marimba Ani enuncia que o poder, na concepção afrodiaspórica, refere-se à energia que destinamos à nossa organização coletiva e que a cultura é o nosso sistema imunológico. Compreendemos, então, que os nossos modos de vida têm o poder de nos preservar e nos fortalecer enquanto comunidade, resguardando nossas memórias e nos protegendo das histórias únicas narradas pela colonialidade. A retomada de nossas trajetórias a partir das epistemologias contracoloniais nos permite romper com as suposições ocidentais (utilizadas para interpretar as sociedades de maneira universal) e assegurar as existências que foram marginalizadas/desumanizadas através de uma propositura política fundada na liberdade, na justiça, na igualdade e no respeito (David, 2024).

Enquanto pistas para a elaboração de um sistema-mundo onde a raça não se configure como uma hierarquia, David (2024) enuncia o quilombamento como estratégia para reconhecer e assegurar o direito à existência afrodiaspórica. Dialogando com o autor, buscamos mapear possíveis fagulhas dos movimentos de quilombação na atenção psicossocial através dos relatos das psicologias em atuação, vislumbrando um saber-fazer contracolonial fundado nas mobilizações coletivas pela existência das negritudes, das travestilidades, das transgeneridades e das classes sociais marginalizadas.

O existir dissidente, permeado pelas fantasias coloniais, é tomado pela defesa de sua sobrevivência, exigindo um constante estado de alerta para evitar as violações promovidas pelas narrativas hegemônicas. A espontaneidade torna-se um direito negado, demandando um estado de guarda permanente para se defender e se impor contra o racismo, a transfobia e ao elitismo. Ao retomar nossas histórias a partir de percepções afrodiaspóricas, compreendemos a organização coletiva de sociedades livres enquanto estratégia de resistência, enunciando o quilombamento não somente enquanto dimensão territorial fixado nas fugas durante o período de escravização, mas como modos simbólicos e subjetivos do movimento organizado das diásporas negras (David, 2024; Souza, 2021).

Segundo Abdias Nascimento (2019), o quilombismo não se caracteriza pela materialidade, fixidez ou imutabilidade, estando em constante transformação de acordo com as demandas do tempo-espço em que as existências contracoloniais se localizam, pois, parafraseando Clóvis Moura, onde quer que as colonialidades se instalem, o quilombamento é uma constante. Em sua fluidez, o quilombismo pode promover distintas formas de expressão, sem se distanciar dos saberes orgânicos, conforme enuncia Nego Bispo, visto que

suas raízes se encontram aterradas na história e nos modos de vida afrodiaspóricos (David, 2024).

De acordo com David (2024), o quilombismo apresenta enquanto fundamento ético assegurar a condição de humanidade das identidades negras. Tal fundamento permite, segundo o autor, que a Rede de Atenção Psicossocial se inspire no movimento de organização coletiva proposto pela comunidade negra, de modo crítico e inventivo, para a construção do saber-fazer antimanicolonial.

Moura (2020) descreve a quilombagem como resistência aos sistemas de opressão, visando a transformação social e a organização de uma sociedade livre para expressar suas existências e modos de vida. Dessa forma, relata que os quilombos eram refúgios de elementos marginalizados pela sociedade, compreendendo o acolhimento e a participação social de todas as existências vítimas do sistema colonial (David, 2024).

Em busca de traçar fagulhas dos movimentos de aquilombamento pelas psicologias em atuação nas RAPS, dialogamos com os profissionais acerca de práticas que se alinhem à luta pelos reconhecimento da meninas-mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua enquanto sujeitos de direitos, compreendendo suas singularidades e possibilidades de autonomia, fortalecimento e protagonismo em suas trajetórias.

Ana, Maria e Rita destacam a nossa principal ferramenta de intervenção enquanto uma prática que pode tanto ecoar as vozes das meninas-mulheres acompanhadas, quanto reforçar os silenciamentos: a escuta psicossocial.

Vou entendendo que algo essencial pra prática e pro cuidado é de fato olhar pro sujeito para além daquilo que às vezes é olhado ou evidenciado que é um sintoma. Então olhar pra história do sujeito, pra história da família, pra lugar que ele está inserido ou não e acho que a partir disso pensar em alguma proposta, alguma intervenção, que faça sentido pra essa pessoa e que possa dar ele cada vez mais um papel de protagonista de sua vida e de sua história. (...) olhar esse sujeito inserido num contexto histórico, familiar e social. (Ana)

Eu acho que é importante elas terem um espaço de fala, de escuta, de fala. Acho que começa aí, é o primeiro passo pra buscar seus direitos, pra se fortalecer, porque muitas não têm nem o fortalecimento de ir atrás do “o que é meu direito? Será que eu tenho direito?”, sabe, tá tão... acho que é tanto sofrimento, tá tão abalada assim emocionalmente (...). Então acho que o local de espaço de escuta, acho que é importante. (Maria)

No acolhimento, quando a gente recebe esse usuário que foi vítima de alguma violência, seja ela qual for, a nossa primeira conduta ali naquele momento é a escuta, é primeiro a gente ouvir e a gente entender o que a pessoa ela quer fazer naquele momento, porque a gente não pode, ao mesmo tempo que a gente vá nomeando com aquele indivíduo e a gente vá fazendo essa escuta, a gente vá acolhendo o que vem sendo trazido, a gente tem que fazer isso com muito cuidado, porque se não a gente afasta, porque é um lugar de sofrimento, e aí a gente enquanto terapeutas, enquanto espaço terapêutico, de que forma também a gente vai construir isso que não seja a partir só do que é sofrido, de que forma essa pessoa ela vai ter condições psíquicas de lidar com todo aquele sofrimento, porque só vir aqui sofrer e aí a gente falar “não, mas é isso mesmo, porque a sociedade é assim e pipipi”, e aí essa pessoa vai sair daqui com que condições psicológicas? Como que ela vai sair daqui? Provavelmente muito pior do que entrou, porque ela vai entrar em contato com tudo isso... então é a gente refletir. (...) depende muito de como esse usuário chega, então se quer fazer um boletim de ocorrência, vamos fazer um boletim de ocorrência, né? Quer conversar sobre isso, pensar o que aconteceu, ok, vamos fazer isso. Vamos pensar que talvez o leito seja uma possibilidade de elaborar isso, ok, vamos fazer isso. Mas a gente entender como as coisas chegam e o que que a gente consegue fazer ali naquele momento. (Rita)

O relato das psicologias em atuação nos apontam caminhos de um saber-fazer ético, político e afetivamente comprometido com as vozes das meninas-mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua. A escuta psicossocial apresenta uma dimensão política, permitindo a construção de espaços seguros, de trocas e partilhas das vivências que afetam as corporalidades e subjetividades negras, travestis e transgêneras nas ruas. Ao acessar espaços-escutas acolhedores, é possibilitada tanto a expressão de suas dores, a elaboração e o reconhecimento das violações vivenciadas em decorrência do racismo, da transfobia e do elitismo, quanto a reconstrução de suas potencialidades e o encaminhamento coletivo de soluções (Almeida, 2022; David, 2024).

Mariléa de Almeida (2022) compartilha que a construção dos ambientes seguros de escuta e partilha permite a reconexão com os territórios subjetivos – tão violentados nas trajetórias de meninas-mulheres negras trans e travestis em situação de rua –, evidenciando as potencialidades, fortalecimento e autonomia de seus caminhos. A autora aponta que a conexão com afetos construídos na relação-cuidado de si, do outro e dos espaços que se ocupa-vive, permite não só a criação de espaços seguros, mas a reconciliação com os nossos lugares, corpos, histórias e saberes.

As escutas psicossociais dialogam com o devir quilomba de Almeida (2022) ao propor o deslocamento das colonialidades de raça, gênero, classe e a criação de territórios que são, ao mesmo tempo, subjetivos e políticos, corroborando com a reparação dos sofrimentos psicossociais em direção a um devir relacional e coletivo. Segundo David (2024), o devir quilomba se constitui como um via a ser, provocando mudanças ao tecer relações por meio do afeto e aliançadas na confiança, no espaço seguro, mesmo diante de constantes riscos e violações.

Os discursos coloniais trituram o que há de mais subjetivo em nossos modos de vida. Dessa forma, contemplar a singularidade de cada menina-mulher trans e travesti negra em situação de rua atendida é reconhecer as potencialidades que cada narrativa carrega (Almeida, 2022). As escutas psicossociais, ao movimentarem-se pela singularização, autonomia e protagonismo das vozes transgêneras e travestis negras nas ruas, alinham-se à consciência de pertença-reconhecimento comunitário, no qual cada corporalidade-subjetividade afrodiaspórica representa um quilombo (ou kilombo, como enuncia Beatriz Nascimento). Nossas escutas tornam-se, portanto, ferramentas-intervenções de combate pela vida (David, 2024).

Por meio dos relatos de Ana, Giovana e Rita, apresentamos o “fazer rua” ou “fazer território” como uma estratégia contracolonial nos movimentos de aquilombação da RAPS. A abordagem é destacada como uma possibilidade para a construção de vínculos com as existências que não ultrapassam as barreiras dos muros institucionais, pelos mais variados obstáculos. Subvertendo a rigidez institucional, os profissionais em atuação ampliam coletivamente os espaços de escuta para outros territórios, conforme aponta Gabriela: “*se não podem ir até o equipamento, o equipamento pode ir pro local onde elas estão*”. Constatamos, novamente, que as colonialidades não são enfrentadas a partir de saberes-fazer isolados e, muito menos, dentro dos muros.

Tem abordagens mais instituídas, então tem semanalmente dois territórios em que o serviço x faz abordagens pros usuários que estão em situação de rua num geral, que fazem uso de substância em sua maioria. Pra além dessa abordagem que é mais instituída, tem as abordagens que a gente vai avaliando quando tem uma necessidade de cuidado e de acompanhamento e que o usuário ainda não tem esse vínculo ou que não consegue chegar no serviço. E aí isso vai entrando na agenda dos profissionais que acompanham, pra além desses espaços que já estão mais organizados, desses dois territórios. (Ana)*

Eu lembro de chegar vezes ir no território da Luz, da Sé, e as meninas ainda chegavam a levar lápis de cor, canetinha, aquela coisa de sentar em roda, e aí levar as crianças pra brincar, pra pintar, do território da Luz eu lembro que na época a Praça Princesa Isabel ainda não tinham as grades e a gente levava corda, a gente brincava de pular corda, eu lembro dessa coisa de criança... pra mim o serviço x é sempre tentar lembrar do que é criança. Então, quando a gente podia criança com eles, eu sentia tipo “ah, tá fazendo sentido”. (Giovana)*

(...) toda semana cada profissional tem uma agenda de rua, e aí todos os dias da semana, até mais de uma vez, a gente tem essas saídas. E aí o que a gente vai fazendo agora que a Cracolândia tá mais dispersa, a gente vai identificando quais são os pontos em que está sendo concentrado o fluxo, é geralmente onde a gente costuma ir, porque a gente já conhece o perfil de alguns usuários que a gente acompanha, e aí tá sem vir no serviço x, tá meio sumido aqui do território, são os pontos que a gente consegue fazer esse mapeamento pra conseguir fazer a sensibilização, uma conversa ali no território pra trazer ele de volta. A gente tem também as atividades externas, que a gente faz preferencialmente também no fluxo, a gente tem a comissão tá na rua, que é uma comissão que ela faz o matriciamento com o serviço y* na Rua e também ela faz atividades no território, preferencialmente no fluxo. Então, a gente faz samba no território, a gente faz capoeira, a gente faz arte na rua, a gente vai produzindo e vai chamando a galera, também pra desconstruir essa ideia de vamos ficar aqui no prédio esperando o usuário aparecer, da gente conseguir acessar também inclusive quem não chega, além de quem já chega e tá sem vir, a gente conseguir acessar quem nunca veio, e aí a gente consegue criar vínculos que são vínculos que é só da rua, o paciente não vem aqui pra nada, mas que a gente consegue conversar no território, que a gente consegue poxa meu vai lá, a gente leva uma carta de contrarreferência na rua mesmo, a pessoa vai lá e consegue articular uma vaga social, e aí a gente consegue ir pensando que tá pra além de uma estrutura física que é o serviço x*. E pensando no território que a gente tá, não dá pra ficar pensando em horário fixo pra ir e vir, de dia específico, não vai rolar. A gente tá falando de um perfil de paciente que tá extremamente desorganizado socialmente, então ele não tem horário pra dormir, não tem horário pra acordar, não tem horário pra comer, ele tá vivendo uma dinâmica que não é pra ele se encaixar na gente, a gente vai se encaixar na dinâmica dele e a partir disso a gente vai ver o que a gente consegue estruturar. (Rita)*

Retomar os saberes de Beatriz Nascimento (2021) é compreender cada corpo-território afrodiaspórico enquanto um ser quilombo/kilombo. Ao direcionar-se para as

ruas no encontro com as travestilidades e as transgeneridades negras, as profissionais enunciam o deslocamento dos modos normativos de fazer psicologia e se alinham aos movimentos de aquilombação em cada belo, viela e maloca: o reconhecimento do corpo-território enquanto poder (David, 2024) e o poder enquanto energia investida na organização coletiva, conforme descreve Marimba Ani.

O deslocamento e fortalecimento enquanto corpo-território, segundo David (2024) emana a possibilidade de provocar transformações sociais envolvendo elementos diversos da cultura negra, como a música (baile *black*), a capoeira, os sambas de roda e outras expressões da diáspora africana. Almeida (2022) destaca que as corporalidades-subjetividades coisificadas pelo racismo – e, aqui, acrescentamos pela transfobia e pelo elitismo – enunciam a condição humana em outros lugares de referência para a cultura negra, podendo ser transitórios (como o baile *black* e a escola de samba, citados anteriormente) e/ou duradouros (como os terreiros de matriz africana), mesclando as dimensões de territorialidade e corporalidade.

Rita reflete os deslocamentos enunciados pelos autores quando relata que: *“a gente faz samba no território, a gente faz capoeira, a gente faz arte na rua, a gente vai produzindo e vai chamando a galera, também pra desconstruir essa ideia de vamos ficar aqui no prédio esperando o usuário aparecer”*. David (2024) aponta que somente a partir da consciência do corpo enquanto lugar primeiro do nosso saber, do encantamento e da memória ancestral, que a energia, a força vital, pode ser potencializada como instrumento de resistência e libertação das colonialidades. O autor enuncia que *“assim surgia o corpo-luta, que ginga na capoeira, que samba, que malandreira, que brinca dançando, dá pernada rindo, que canta rezando, que batuca sangrando, que reverencia os orixás se ressignificando, mas que, sobretudo, se torna um dispositivo fundamental da luta”* (p. 82) contracolonial.

Além do rompimento com a espera passiva pela população dentro das instituições, a profissional reitera a constante necessidade de repensar os modos fazer as psicologias de acordo com cada contexto vivenciado e cada corpo-território afetado, referindo que: *“não é pra ele se encaixar na gente, a gente vai se encaixar na dinâmica dele e a partir disso a gente vai ver o que a gente consegue estruturar”*. No fazer rua, a subversão das normatividades também não é uma escolha.

Durante o diálogo com os profissionais, Paula apresenta uma estratégia de participação social que, apesar de estruturada institucionalmente, carece de ajustes para o comparecimento da população. Entre eles, destacamos os Fóruns, as Conferências, as Assembleias, o Conselho Gestor e os Conselhos Municipais enquanto espaços potentes para a

realização de discussões visando o mapeamento das demandas do território e o fomento de políticas públicas efetivas, alinhadas ao compromisso ético-político com as travestilidades e as transgeneridades negras em situação de rua.

Hoje a gente tem vários Fóruns Pré-Conferências, de participação social, e não tem tanto acesso, não tem tanta divulgação, eu acho que são pontos que a gente não tem tanta divulgação aí, pra que toda população possa participar, inclusive as pessoas que mais precisam pra conseguir reconhecer seus direitos. Eu acho que a gente pode ir por isso, por uma coisa que a gente já tem né. Porque as participações sociais pra que você possa ir atrás de políticas públicas para que seja feita voltada pra quem precisa. (Paula)

A gente sempre tenta pontuar muito nas assembléias, a gente tem assembléia pelo menos quinzenal às quartas-feiras aqui no serviço, e todos os espaços abertos, tanto os espaços de grupo, que a gente sabe que tem um pouco mais volumoso, alguém que faz parte do Conselho sempre desce pra fazer o convite, então todos os espaços possíveis aqui do serviço x a gente tenta fazer esse convite. (Paula)*

Consideramos, no entanto, que somente a presença nestes espaços não garante o reconhecimento das existências contrahegemônicas enquanto sujeitos de direitos, demandando a participação e organização coletiva dos profissionais, das usuárias e da sociedade enquanto estratégia de movimento emancipatório, de aquilombamento. Nos caminhos percorridos pela rede intersetorial em São Paulo, tanto no diálogo com as psicologias em atuação, quanto na própria atuação enquanto psicóloga, mapeamos coletivos que propõem ações (fazer) através de conhecimentos (saberes) antirracistas (que se alinham às práticas contracoloniais) no cotidiano do trabalho.

Envolvendo (e se envolvendo com) o território no qual se encontram, trabalhadores de diferentes políticas públicas se organizam junto aos usuários, aos familiares e a sociedade, para compartilhar vivências permeadas pelos efeitos psicossociais do racismo, da transfobia, do elitismo e de distintas formas de opressão estruturadas pelas narrativas coloniais enquanto universais, construindo estratégias de enfrentamento, estabelecendo territórios seguros através de escutas psicossociais e ações comunitárias visando o rompimento com as narrativas universalizantes e as existências hegemônicas. Os coletivos buscam qualificar o cuidado e a atenção nos atendimentos e acompanhamentos ofertados em diferentes políticas públicas dos territórios visando assegurar a equidade racial, de gênero e social.

Entre eles, destacamos o Coletivo Sankofa, o Café Preto, o KilomBrasa, o KilombOeste, o KilomboLeste e o KilomboSul enquanto experiências de aquilombamento que têm atuado sistematicamente em diferentes regiões da grande São Paulo, por meio de metodologias diversas como rodas de conversas, oficinas, exposições-debates de filmes, construções de saraus, feiras e encontros comunitários, formações teórico-técnicas-vivenciais, ações psicossociais intersetoriais, entre diversas tecnologias que permitem romper com as estruturas coloniais na garantia dos direitos fundamentais. Ana, que compõe um dos coletivos destacados, relata que:

(...) eu não consigo pensar hoje a prática clínica institucional sem pensar as questões de gênero e as questões raciais, isso um pouco pensando no Sistema Único de Saúde, pensando na população que é atendida, pensando no lugar em que a gente está inserido, então na região central de São Paulo, não me faz sentido pensar a prática clínica sem poder me debruçar e pesquisar mais sobre essas duas questões. Acho que a gente precisa avançar muito nas discussões, na formação, nesses espaços de compreensão e de análise clínica, de pensar isso na história de um sujeito, mas é primordial pra clínica e pra clínica pública.

Parafraseando David (2024), questionamos se é possível as psicologias serem quilombos na atenção psicossocial? Em meio a um cenário adverso, que tenta universalizar as existências através de violações coordenadas pelo racismo, pela transfobia e pelo elitismo, podemos encontrar inúmeras faíscas dos movimentos de aquilombação em cada beco, viela e maloca da cidade de pedra. Ocupando estrategicamente as esquinas, as encruzilhadas, com os corpos-territórios contracoloniais, há psicologias que não apenas existem, mas também resistem e avançam junto às meninas e mulheres trans e travestis negras que se encontram nas ruas produzindo diásporas de vida (Benevides, 2025).



Foto 2 – Entre Marias, Jesus e as travestis (Acervo pessoal)

*Me diz, qual é a faca que te corta?
Navalha? Faca de serra? Serrote cego? Sem dente?
Busão lotado? Encoxadas? Homens mandando em seu ventre?
Me diz, qual é a faca que te corta?
Peixeira? Facão? Gilete? Faca de cortar pão?
Racismo a cada esquina? PM que faz arrastão?
Me diz, se não corta, o que te fura?
É o governo que inventa doença, na sequência te vende a cura?
É gritos de amor por favor, mas só vendem amor que não dura?
Me diz, o que te despedaça?
É nascer pra ser alguém, mas crescer e se tornar uma farsa?
É não sair de casa por medo, e quando sai você vira ameaça?
Não ter passagem pra ir, e também ver pararem os seus parças?
Me diz, porra, qual é a faca que te rasga?
As paredes que te apertam, te sugam, e também te esmagam?
Essas mesmas paredes que ferem, mas nunca te dão quem afagam?
Me diz, você é o peito exposto ou você segura a faca?
Você é o atacado ou você é quem ataca?
Você corta vôos ou ajuda a dar impulso?
Sua faca anda cega ou sua faca corta pulsos?
Quem é você? O que cê faz pra se julgar tão verdadeiro?
Você é o animal ou você é o açougueiro?
Não importa quem cê é, se é abusado ou se abusa,
no meio da guerra eu só quero saber, qual é a faca que tu usa?
(Ingrid Martins, Slam da Guilhermina, 2019)*

Licença pra continuar...

Estamos chegando ao fim dessa caminhada teórica-vivencial. Assim como Sofia Favero (2022), comecei a ter pesadelos com a escrita desse texto e também me questionei se é esse o preço que pagamos por nos abismar? Em diálogo com pessoas que também se encontram nesse processo de escrita, a experiência é partilhada: “os lacanianos estão certos pelo menos nisso: realmente pagamos o trabalho da escuta com o corpo, sinto meu corpo sofrer o efeito das palavras” (Favero, 2022, p. 91).

Voltemos ao início, onde nos questionamos quais psicologias nos formam para acolher e enfrentar os descompromissos estatais e sociais que atingem as existências de meninas-mulheres trans e travestis negras em situação de rua? Veja bem, traçamos algumas pistas. Mas não trazemos uma única resposta. Esse é justamente um dos compromissos deste trabalho: distanciar-se das universalidades. As psicologias em atuação nos apresentam caminhos, distintos, diversos e construídos junto às travestilidades e as transgeneridades negras que se encontram nas ruas do centro de São Paulo.

A fim de compreender os modos que as colonialidades de raça, gênero e classe atravessam a construção do saber-fazer das psicologias e a produção do sofrimento psicossocial em corporalidades-subjetividades negras, trans e travestis em situação de rua, retomamos os mitos de origem que embasam as narrativas/discursos da branquitude, da cisnormatividade e do elitismo no território em que vivemos.

Questionar as universalidades dos discursos é contestar as estruturas de poder que determinam a quais corpos/subjetividades é possibilitada a produção discursiva. A colonização reforça o princípio de *nkali* (*ser maior do que outro*) ao sobrepor os modos de vida ancestrais pelo eurocêntrico, narrando histórias únicas de existência para estabelecer o domínio e a exploração – característicos do *Asili* europeu – dos povos tradicionais. As fantasias coloniais fingem esquecer os modos de vida e epistemologias que precedem a colonização, tratando-nos como um povo cuja história supostamente teve origem no tráfico transatlântico e na invasão das terras colonialmente denominadas brasileiras (Adichie, 2019; Ani, 1994; Clarke, 2021).

No movimento de universalizar as existências, a colonialidade propõe a legitimação de uma identidade superior construída dialeticamente à uma identidade dita inferior, demarcando a noção de sujeito universal. Através da colonialidade do poder (hierarquização dos “dominantes”/humanizados e dos “dominados”/desumanizados), da colonialidade do saber (imposição da cultura e costumes eurocêntricos e a renúncia das cosmopercepções

ancestrais) e da colonialidade do ser (categorização dos ditos “normais” e os ditos “anormais”), os discursos hegemônicos enunciam a quais corpos-subjetividades é assegurado o direito de existir enquanto sujeito de direito, delimitando as vidas vivíveis (aquelas a quem serão garantidas as condições para viver) e as vidas matáveis (aquelas a quem serão destinados projetos de morte) – sejam mortes simbólicas e/ou concretas (Mbembe, 2018; Mignolo, 2008; Quijano, 1992; Quijano, 2005).

Tais aparatos de manutenção do poder constituem dispositivos de controle dos corpos/subjetividades que não se alinham às fantasias coloniais da branquitude, da cisnormatividade e do elitismo, desautorizando o pertencimento, a autonomia e o protagonismo das identidades negras, transgêneras e travestis que nas ruas se encontram e impactando prejudicialmente o acesso aos direitos sociais. A impossibilidade de reconstrução da própria história para além da narrativa universal encarcera as existências dentro dos limites da desumanização que as colonialidades propõe. Dessa maneira, nos questionamos de quais formas as psicologias têm se permitido escutar/dar voz às corporalidades e subjetividades de pessoas negras, trans e travestis que se encontram em situação de rua?

Um dos caminhos traçados junto às psicologias em atuação na Rede de Atenção Psicossocial é o desnorteamento da história única da cisnormatividade e da branquitude, visando a despatologização, a descriminalização e a desculpabilização das identidades negras, transgêneras e travestis que nas ruas se encontram – o que identificamos como faíscas de movimentos antimanicoloniais (David, 2022).

Em relação à história única da cisgeneridade, propomos o rompimento das categorias de gênero como universais e atemporais, retomando organizações sociais que precedem a colonização e enunciam as existências/identificações para além do determinismo biológico (hierarquia social baseada nas distinções anatômicas). A fim de desessencializar o gênero, trazemos fragmentos das narrativas das psicologias em atuação para contrapor as fantasias ciscioniais expressas por meio da pré-discursividade (determinação do gênero em período que antecede/no nascimento), da binariedade (cosmovisão dicotômica dos corpos/subjetividades em homem/macho e mulher/fêmea) e da permanência (performances consideradas adequadas a partir do pertencimento a uma categoria binária no decorrer de toda a vida) na construção das identidades de gênero (Nascimento, 2021; Oyěwùmí, 2021; Stona e Carrion, 2021; Vergueiro, 2015).

No que concerne à história única da branquitude, propomos a revisão da historiografia enunciada pela cosmovisão eurocêntrica, marcada pelo genocídio e epistemicídio dos africanos em diáspora. A fim de subverter a desumanização que o racismo destina às

corporalidades e subjetividades negras, trazemos fragmentos das narrativas das psicologias em atuação para contrapor as fantasias coloniais da branquitude, expressas por meio da ideologia do branqueamento, do mito da democracia racial e o processo de mestiçagem enquanto dispositivos de assimilação das existências afrodiaspóricas ao embranquecimento compulsório – a internalização e reprodução dos valores e modos de vida eurocêntricos (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2026; Souza, 2021).

Compreendemos a importância da demarcação da cisgeneridade, da branquitude e do elitismo no movimento de desconstrução das colonialidades de raça, gênero e classe. Considerando que, apesar das estratégias de manutenção do grupo enquanto padrão universal de existência, aos corpos/subjetividades brancos, cisgêneros e elitizados é permitido o silenciamento, a omissão e a distorção da racialização, da generificação e da classificação, esbarrando numa suposta neutralidade de raça, gênero e classe fundamentada em pactos coloniais (Carone e Bento, 2024; Lugones, 2008).

O racismo, a transfobia e o elitismo são compreendidos enquanto produtores de sofrimentos psicossociais na trajetória de meninas-mulheres trans e travestis negras que se encontram em situação de rua, impactando prejudicialmente na construção de identidades, corporalidades e subjetividades que evidenciem as potencialidades das existências afrodiaspóricas. Dessa forma, convocamos as psicologias a refletirem sobre os atravessamentos históricos das colonialidades na construção de nossos saberes e fazeres, visando estabelecer um compromisso ético-afetivo-político com as identidades contrahegemônicas e desviar dos processos de normatização, patologização, criminalização e culpabilização produzidos no decorrer do *Maafa* (Ani, 1994).

Ressaltamos a importância de compreendermos as ideologias coloniais de raça, gênero e classe para além das violações situadas no campo simbólico, ampliando a percepção para os impactos que acarretam também ao campo material. Mapeamos os movimentos que deslizam entre a garantia e a negligência de acesso aos direitos sociais da população negra, transgênera e travesti em situação de rua. A partir das narrativas dos psicólogos em atuação, realizamos os caminhos que as psicologias têm traçado entre as políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e ao direito à convivência familiar e comunitária.

O destaque à atuação das psicologias no âmbito das políticas públicas emerge com o intuito de compreender as nossas atuações para além da prática comumente associada à profissão (preservada entre as quatro paredes ditos *settings* terapêuticos e escutas individualizadas), demonstrando como o comprometimento dos direitos sociais produz

sofrimento psicossocial e a impossibilidade de construção da saúde mental/atenção psicossocial distanciada de um fazer coletivo e intersetorial. Dessa forma, convidamos as psicologias a pensarem um saber-fazer para além dos muros, nos territórios, nas trincheiras: nos becos, nas vielas e nas malocas das ruas de São Paulo. Em diálogo com Sofia Favero (2022), convocamos a deixar de se solidarizar com uma psicologia dita *clean*, pura e assimilacionista, perturbando seu sono e atrapalhando seu calmo jantar: podemos contar outras histórias a partir das narrativas contracoloniais.

O histórico das relações estatais e sociais em relação à população em situação de rua no território em que vivemos é marcado pelo silenciamento, invisibilização e repressão. Alvos de projetos de aniquilação, encarceramento e exclusão, a população em situação de rua foi (e permanece) submetida às práticas de docilização e mortificação de seus corpos e subjetividades, sendo as violações e normatizações validadas durante anos pelas práticas das psicologias. O processo de institucionalização das diferenças está marcado em nossa história, nos quais as existências contrahegemônicas foram vulnerabilizadas e aprisionadas pelas políticas de controle e correção. A patologização, criminalização e culpabilização sistemática de pessoas negras, pobres, mulheres e LGBT+s reconhecemos como ações manicoloniais, denunciando o atrelamento do controle manicomial às existências subalternizadas (David, 2022).

A ausência de medidas que se comprometam com a equidade racial, de gênero e social nas políticas públicas distancia a compreensão de pessoas negras, transgêneras e travestis em situação de rua enquanto sujeitos de direitos, explicitando a relação intrínseca entre o racismo, a transfobia e o elitismo enquanto violações colonialmente estruturadas. Tais ideologias coloniais contribuem para que as negritudes, as travestilidades e as transgeneridades sejam maioria nas ruas e nos espaços de privação de liberdade – como presídios, fundação casa, manicômios, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, entre outros dispositivos de controle (David, 2022).

Isto posto, consideramos que o racismo, a transfobia e o elitismo podem ser compreendidos enquanto Determinantes Sociais de Saúde. Considerados enquanto estruturas que tornam as pessoas negras, transgêneras e travestis mais suscetíveis ao adoecimento psicossocial, as ideologias coloniais precarizam as condições que nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem as existências dissidentes. Alinhar as escutas/ações psicossociais à equidade de raça, gênero e classe é estabelecer um compromisso ético-político-afetivo com as produções de vida e o respeito à singularidade de cada menina-mulher trans e travesti negra que nas ruas se encontram.

Em diálogo com os profissionais em atuação, ressaltamos que assegurar o acesso aos direitos sociais é também prática de cuidado/atenção que deve compor a construção dos acompanhamentos psicossociais. Dessa forma, propomos a reflexão acerca de quais percepções nossos saberes e nossos fazeres estão alinhados ao atuarmos nas políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Trabalho: estamos abrindo caminhos ou construindo (mais) muros que inviabilizam os acessos? A ausência de reconhecimento e enfrentamento do racismo, da transfobia e do elitismo como produtores de instituições, discursos, corporalidades e subjetividades faz com que as políticas públicas avancem lentamente, enquanto as práticas de exclusão caminham a passos largos (Almeida, 2022).

Neste percurso, identificamos a negligência destinada à proteção das infâncias e adolescências trans e travestis negras no que concerne ao direito ao convívio familiar e comunitário. Constatamos a frequente expulsão do ambiente familiar e o destino à situação de rua desde crianças e adolescentes, sendo submetidas às violações de direitos. Destacamos a ausência de políticas públicas e mobilizações efetivas na prevenção e proteção aos riscos pessoais/sociais aos quais meninas trans e travestis negras são submetidas desde cedo, provocando a exclusão de outros meios de participação social no decorrer de suas trajetórias, como o ambiente educacional e o laboral – explicitando a problemática da exposição ao trabalho sexual e ao tráfico enquanto únicas alternativas de geração de renda (Benevides, 2025).

Ao refazer os passos da psicologia enquanto ciência e profissão, podemos notar a extensa contribuição para os processos de normatização, patologização, criminalização e culpabilização das expressões alocadas às margens das categorias hegemônicas. Há um silenciamento acerca das discussões sobre as relações étnico-raciais, de gênero e de classe nos currículos e nas formações das psicologias. Identificamos que ainda somos mais preparados para normatizar do que para desconstruir, evidenciando a precariedade de discussões interseccionais que permeiam a produção de conhecimento em nossos processos formativos através dos currículos ocultos – transmissão de padrões socioculturais hegemônicos da vida comunitária, alinhando-se ao silenciamento das epistemologias marginalizadas (Stona e Carrions, 2021).

Destacamos que os serviços de saúde, durante o período deste estudo, estavam submetidos à gestão da iniciativa privada, apresentando impactos da lógica neoliberal e produtivista nos (des)compromissos estabelecidos institucionalmente no enfrentamento das iniquidades sociais. Considerando que os direitos sociais, nesta lógica, se tornam mercadorias, as formações visando a qualificação (e não a quantificação) das práticas

psicossociais se tornam descontinuidades e impermanentes.

Apesar de currículos ocultos, (des)educações (des)continuadas e (im)permanentes, as psicologias têm traçados linhas de fuga/fraturas através das escutas psicossociais e do fazer coletivo. Enquanto nossa principal ferramenta de ação/intervenção, os profissionais enunciam vivências nas quais a possibilidade da escuta e da partilha entre os pares de profissão se apresenta não somente pelo ouvir, mas no sentir, no pensar e no agir em conjunto com cada menina-mulher trans e travestis negra em situação de rua que nos compartilha suas histórias, potencialidades e fragilidades, abrindo caminhos para um saber-fazer contracolonial nas psicologias.

Na percepção afrodiaspórica, a energia que destinamos à nossa organização-fazer coletivo pode ser compreendida como dimensão de poder – compartilhado pelo *Asili* ancestral que cada descendente de uma cultura que foi dispersa em outro território manifesta enquanto continuidade dos modos de vida e potencialidade de seu povo; distanciando-se do *Asili* europeu que compreende o poder enquanto dominação/exploração. Tal fazer coletivo convida as psicologias aos movimentos de aquilombamento na escuta/ação psicossocial, encontrando na diáspora negra elementos que asseguram a liberdade, a justiça, a igualdade e o respeito (Ani, 1994; David, 2024).

O aquilombamento é compreendido para além da dimensão territorial, mas como modos simbólicos e subjetivos do movimento organizado das diásporas, apresentando enquanto fundamento ético a condição de humanidade das identidades negras. Esse fundamento possibilita que a Rede de Atenção Psicossocial se comprometa com o movimento de organização coletiva proposto pelas comunidades negras, no qual cada corporalidade-subjetividade afrodiaspórica representa um quilombo/kilombo: tornam-se corpos-territórios (Almeida, 2022; David, 2024; Nascimento, 2019; Nascimento, 2021).

As psicologias em atuação traçam faíscas dos movimentos de aquilombação ao narrarem o comprometimento ético-político-afetivo das escutas psicossociais com as vozes de meninas-mulheres trans e travestis negras em situação de rua, compreendendo-as enquanto sujeitos de direitos a partir de suas singularidades, autonomias e do protagonismo em suas trajetórias. A escuta demonstra sua dimensão política, possibilitando a construção de espaços seguros, de trocas e partilhas de afetos/potencialidades que permeiam as corporalidades e subjetividades negras, travestis e transgêneras nas ruas. O acesso aos espaços/escutas acolhedores possibilita a elaboração e reconhecimento das violações impostas pelo racismo, pela transfobia e pelo elitismo e a reconstrução das potencialidades, traçando caminhos alinhados com as diásporas de vida (Almeida, 2022).

Tais construções se expandem para além dos muros da atenção psicossocial quando os profissionais compartilham o fazer rua. Enquanto mais uma faísca dos movimentos de aquilombamento, o fazer rua se destaca como uma estratégia na construção de vínculos com as existências que não ultrapassam os muros institucionais diante dos mais diversos obstáculos. As psicologias se direcionam às ruas no encontro com as travestilidades e as transgeneridades negras, compreendendo a dimensão de corpo-território afrodiaspórico enquanto um ser quilombo/kilombo que (sobre)vive em cada esquina da grande cidade (Ani, 1994; David, 2024; Nascimento, 2021).

Subverter as colonialidades que estruturam historicamente as psicologias exige compreender que o racismo, a transfobia e o elitismo produzem sofrimentos psicossociais e a inacessibilidade aos direitos sociais pela população negra, travesti e transgênera em situação de rua, rompendo com os pactos coloniais que silenciam as iniquidades raciais, de gênero e de classe em nossa sociedade. Retomar e reescrever nossas histórias a partir de saberes contracoloniais (afrodiaspóricos e interseccionais) nos permite traçar movimentos de aquilombamento enquanto práticas/ações desnorteadas do saber-fazer psicologia, abrindo caminhos que manifestam o compromisso ético-político-afetivo com as negritudes, as travestilidades e as transgeneridades.

Agô. Peço licença pra continuar. Pois, embora estes escritos tenham findado, as encantarias e movimentos junto à memória de cada Traviarca entre os becos, as vielas e as malocas da cidade de pedra continuam, para que cada geração de menina-mulher trans e travesti negra em situação de rua possa sonhar com um futuro diferente (Benevides, 2025).

Referências

Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

Almeida, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

Alves, Cândida Beatriz e Delmondez, Polianne. *Contribuições do pensamento decolonial à Psicologia Política*. *Psicologia Política*, v. 15, n. 34, p. 647-661. Setembro-dezembro, 2015.

Amarante, Paulo. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Ani, Marimba. *Yurugu: uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu*. NJ, EU.: Africa World Press, 1994.

Anzaldúa, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. *Revista Estudos Feministas*, p. 229-236, 2000.

Benevides, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

Benevides, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

Bento, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Berth, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de março de 2024.

Brasil. *Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 26 de abril de 2024.

Brasil. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em 26 de abril de 2024.

Brasil. *Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20A%20assist%C3%A2ncia%20social,o%20atendimento%20%C3%A0s%20necessidades%20b%C3%A1sicas. Acesso em 23 de janeiro de 2025.

Brasil. *Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em 26 de junho de 2024.

Brasil. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 26 de junho de 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.* Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS.* Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal.* Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em 25 de abril de 2024.

Carneiro, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser.* Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011.

Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (Org). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

Cavalcanti, Céu. *Patologizações, autodeterminações e fúrias – Uma breve carta de amor.* In: Sousa, Ematuir Teles; Amaral, Marília dos Santos; Santos, Daniel Kerry (Org). *Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização.* Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2019, p. 31–45.

Césaire, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo.* São Paulo: Veneta, 2020.

Clarke, John Henrik. *Pan-Africanismo, Poder Preto e História Preta.* São Paulo: Editora Ananse, 2021.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.* Brasília: CFP, 2017

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Resolução nº 18/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.* Brasília: CFP, 2002.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Resolução nº 1/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.* Brasília: CFP, 2018.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Resolução nº 8/2020. Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.* Brasília: CFP, 2020.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+*. Brasília: CFP, 2023.

Crenshaw. Kimberlé Williams. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188, jan, 2002.

Cruz, Rafaela dos Santos. *A experiência corpórea do sujeito preto na obra Pele Negra, Máscaras Brancas, de Frantz Fanon*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho. Assis, 84 f., 2023.

Cunha, Claudia Madruga. *Princípios da cartografia e o pensamento da diferença em Deleuze - O que quer a pesquisa cartográfica?* Blumenau, v.14, n.3, p. 934-959, 2019.

David, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnortado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial*. Tese (Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 207 f., 2022.

David, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e relações raciais: desnortamento, aquilombação e antimanicomialidade*. São Paulo: Perspectiva, 2024.

Evaristo, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

Ferreira, José Augusto Gerônimo. *Narrativas sobre gêneros e corpos fora da cis-heteronormatividade: uma pesquisa/viagem cartográfica (sobre)vivências trans* não-binárias na universidade*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho. Assis, 152 f., 2020.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Favero, Sofia. *Psicologia suja*. Salvador: Devires, 2022.

Guattari, Félix e Rolnik, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Gonzalez, Lélia e Hasenbalg. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Haraway, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, p. 07-41, 1995.

Jesus, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

Jesus, Jaqueline Gomes de. *Prefácio - Carta aos que virão*. In: Sousa, Ematuir Teles; Amaral, Marília dos Santos; Santos, Daniel Kerry (Org). *Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização*. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2019, p. 9-13.

Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Krenak, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Louro, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Lugones, María. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rasa. Bogotá-Colômbia, n. 9, p. 73-101. Julho-dezembro, 2008.

Mbembe, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mignolo, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

Mombaça, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

Mota, Bruno Correia da. *Na teia do racismo: trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro!* Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 188 f., 2019.

Moura, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Munanga, Kabengele. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

Munanga, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

Nascimento, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019

Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nascimento, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Natalino, Marco. *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)*. Brasília: Ipea, 2024. (Nota Técnica n. 103).

Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador: Editora Devires, 2020.

Oyèwùmí, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: Uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Oyèwùmí, Oyèrónké. *Epistemologias de gênero em África: Tradições, Espaços, Instituições Sociais e Identidades de Gênero*. São Paulo: Editora Ananse, 2022.

Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da; org. *Pistas do método da cartografia - Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020.

Passos, Rachel Gouveia. *Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial*. Revista Em Pauta: n. 45, v. 18, p. 116-129, 2020.

Preciado, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala*. Tradução de Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior. Revista A Palavra Solta [online], novembro, 2020. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em 28 de junho de 2021.

Prefeitura Municipal de São Paulo. *Lei nº 13.689 de 19 de dezembro de 2003. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho e dá outras providências, bem como altera sua denominação para Programa Operação Trabalho*. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13689-de-19-de-dezembro-de-2003>. Acesso em 03 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Decreto nº 58.227 de 16 de maio de 2018. *Confere nova regulamentação ao Programa TransCidadania, instituído pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, bem como institui e inclui, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o “Mês da Visibilidade Trans*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58227-de-16-de-maio-de-2018#:~:text=Confere%20nova%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Programa,%E2%80%9CM%C3%AAs%20da%20Visibilidade%20Trans%E2%80%9D..> Acesso em 03 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo (Censo 2021)*. São Paulo, 2021.

Quijano, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, p. 117-142, 2005.

Quijano, Aníbal. *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. Perú Indígena (Lima), vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

Rocha, Valdivina Francisca de Jesus e. *Racismo estrutural: trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP*. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo. Santos, 154 f., 2021.

Sales, Adriana. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Curitiba: CRV, 2019.

Sales, Adriana; Lopes, Herbert de Proença; Peres, Wiliam Siqueira. *Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos*. Periódicus, n. 5, v. 1, p. 56-72. Maio-outubro, 2016.

Santos, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: Modos e Significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

Silva, Jovanna Cardoso da. *Diálogo de Bonecas*. Rio de Janeiro: Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), 1992. Disponível em: https://issuu.com/jovannacardoso/docs/cartilha_di_logo_de_bonecas. Acesso em 25 de junho de 2024.

Spivak, Gayatri Chakravorty, *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Sousa, Ematuir Teles; Amaral, Marília dos Santos; Santos, Daniel Kerry (Org). *Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização*. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2019.

Sousa, Ematuir Teles; Sposito, Sandra Elena. *A atuação das(os) psicólogas(os) em relação às pessoas travestis e transexuais e o posicionamento ético-político a partir da Resolução CFP nº 01/2018*. In: Sousa, Ematuir Teles; Amaral, Marília dos Santos; Santos, Daniel Kerry (Org). *Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização*. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2019, p. 121-140.

Souza, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Stona, José e Carrion, Fernanda. *O cis no divã*. Salvador: Editora Devires, 2021.

Tena, Ariane Kwanza. *Psicologia preta e afetos: educação e infância em afroperspectiva*. Dissertação (Mestrado – Pós- Graduação em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, 65 f., 2020.

TransEmpregos. *Quem Somos*. Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em 03 de fevereiro de 2025.

TransEmpregos. *Relatório de Dados 2024*. Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/dados2024>. Acesso em 03 de fevereiro de 2025.

Vergueiro, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 244f., 2015.

Werneck, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

ANEXO - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, Marcela de Oliveira Cardoso, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis, responsável pela pesquisa “*Entre becos, vielas e malocas: cartografias sobre(trans)vivências*” sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza, o convido, por meio deste termo, a participar enquanto voluntário deste estudo.

A pesquisa pretende mapear, descrever e analisar as estratégias e conhecimentos utilizadas pela psicologia no atendimento psicossocial de travestis e trans negras que se encontram em situação de rua na região central de São Paulo, investigando a atuação dos psicólogos que atuam em equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos processos de subjetivação e identificação das travestilidades, transgeneridades e negritudes.

Objetiva-se, através dos resultados deste estudo, contribuir com os processos de atuação no atendimento psicossocial de travestis e trans negras em situação de rua no SUS, ofertando uma análise crítica acerca do compromisso ético-político da psicologia com os processos de subjetivação e identificação das travestilidades, transgeneridades e negritudes, tensionando as perspectivas binárias e universais de existências e expandindo as potencialidades que a escuta psicossocial pode proporcionar para garantia e acesso aos direitos fundamentais desta população.

A participação dos voluntários será construída através de entrevistas individuais presenciais com roteiro semiestruturado, visando nortear as discussões e objetivos propostos neste estudo. Possuirá duração de acordo com os mapeamentos que surgirem do processo cartográfico e permitindo aos entrevistados ausentar-se das respostas sinalizando possíveis desconfortos, sejam eles individuais, coletivos e/ou institucionais – acarretando, desta forma, a possibilidade de riscos mínimos envolvendo o presente estudo.



As entrevistas serão gravadas por equipamento de áudio, a fim de transcrever e revisitar os diálogos construídos com os psicólogos acerca de suas atuações, pensamentos e práticas; serão armazenadas em computador de acesso restrito à pesquisadora e protegido por senha. Visando garantir o sigilo dos/as/es profissionais, somente a pesquisadora e seu orientador terão acesso às falas na íntegra, propondo a identificação dos entrevistados por codinomes; além disso, o espaço de atuação será preservado, a fim de manter o anonimato e evitar a exposição dos participantes.

As informações da pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas e acadêmicas, ficando vedada a utilização para outros fins.

Ressalta-se que a participação na pesquisa não possuirá despesas aos entrevistados e não haverá compensação pela participação no estudo, sendo este de caráter plenamente voluntário e gratuito.

Durante o período do estudo você possui o direito de tirar quaisquer dúvidas ou pedir quaisquer informações complementares, bastando entrar em contato com a pesquisadora. Você possui o direito de não aceitar participar ou retirar sua permissão, a qualquer momento do processo de entrevistas, sem acarretar em prejuízos ou retaliações pela decisão.

A participação se dará somente com aqueles/as que se declararem de acordo com o presente termo, sendo entregue uma cópia para próprio conhecimento e registro aos entrevistados. Além disso, os voluntários declaram estar em pleno gozo das faculdades biopsicossociais, com autonomia para decidir por si próprio pela participação ou não do estudo.

Alerta-se que você poderá sentir-se cansado/a/e ou apresentar outros desconfortos físicos, psíquicos, emocionais, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais, dependendo de suas experiências e a relação que poderá estabelecer com a pesquisa. Durante o processo, a pesquisadora disponibiliza-se para acolher as expressões, sentimentos e sensações geradas pelos procedimentos, estando o orientador responsável pela pesquisa também disponível para contatos que possibilitem o conforto para estas dimensões. A fim de evitar tais riscos e desconfortos, os seguintes procedimentos serão utilizados para minimizá-los: acompanhamento contínuo da pesquisa pelo orientador responsável; garantia



de apresentação de informações complementares pela pesquisadora e eventuais dúvidas pelo entrevistado em relação ao estudo; possibilidade de recusar-se a participar da pesquisa ou retirar o consentimento, em qualquer fase das entrevistas, ausente de prejuízos na relação com a pesquisadora. Dessa maneira, a participação ou não no estudo e o conteúdo das respostas nas entrevistas não serão utilizados de maneira que possa causar prejuízos ao entrevistado.

Para quaisquer questões ou dúvidas sobre os aspectos éticos relativos a esta pesquisa, poderá ser realizado contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis, situado na Avenida Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário – Assis, São Paulo – SP – 19806-900, pelos telefones: (18) 3302-5607 ou (18) 3302-5830 e pelo endereço eletrônico (e-mail): cep.assis@unesp.br. Também podendo ser realizado contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde (CEP/SMS-SP), situado na Rua Gomes de Carvalho, 250 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04547-001, pelo telefone: (11) 3846-4815 - Ramais 228, 242 e/ou 243 e pelo endereço eletrônico (e-mail): cep.smsgabinete@prefeitura.sp.gov.br.

Além disso, dúvidas e questões referentes ao projeto poderão ser encaminhadas no contato com o orientador e pesquisadora responsáveis, sendo o orientador responsável: Leonardo Lemos de Souza; telefone: (18) 3302-5800; e-mail: leonardo.lemos@unesp.br; e a pesquisadora responsável: Marcela de Oliveira Cardoso. Telefone: (11) 99015-3865. E-mail: m.cardoso@unesp.br.

Dados dos pesquisadores

Mestranda: Marcela de Oliveira Cardoso

Endereço: Avenida Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário – Assis, São Paulo – SP – Brasil. CEP: 19806-900.

Telefone: (11) 99015-3865

Endereço eletrônico: m.cardoso@unesp.br

Orientador: Leonardo Lemos de Souza

Endereço: Avenida Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário – Assis, São Paulo – SP – Brasil. CEP: 19806-900.

Telefone: (18) 3302-5800

Endereço eletrônico: leonardo.lemos@unesp.br

Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos - UNESP Assis

Endereço: Avenida Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário – Assis, São Paulo – SP – Brasil.
CEP: 19806-900.

Telefone: (18) 3302-5607 ou (18) 3302-5830

Endereço eletrônico: cep.assis@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde (CEP/SMS-SP)

Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 250 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04547-001.

Telefone: (11) 3846-4815 - Ramais 228, 242 e 243.

Endereço eletrônico: cep.smsgabinete@prefeitura.sp.gov.br

Autorização

São Paulo, ____ de _____ de 2023

A partir da leitura deste documento e a oportunidade de diálogo com a pesquisadora, a fim de enunciar possíveis dúvidas ou questionamentos acerca do estudo, declaro estar plenamente informado dos termos para realização da pesquisa, estando ciente da participação livre, voluntária e gratuita, podendo retirar este consentimento em qualquer período da entrevista, sem penalidades ou prejuízos. Estou ciente dos objetivos da pesquisas, seus riscos, benefícios, sigilo e informações complementares que se fizerem necessárias sempre que desejar. Declaro estar em pleno gozo de minhas faculdades biopsicossociais, com autonomia para decidir pela participação do estudo. Diante do exposto, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar desta pesquisa.

Assinatura do/a/e voluntário/a/e

Eu, Marcela de Oliveira Cardoso, na qualidade de pesquisadora responsável por esta pesquisa e pela obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste/a voluntário/a/e para a participação neste estudo.

Marcela de Oliveira Cardoso